

Fake news

Ambiência digital e os novos modos de ser



Pesquisa

Estou com sorte

Rafael Zanatta
Sergio Amadeu
Pedro Gilberto Gomes
Ricardo Campos
Antônio Fausto Neto
Anna Bentes
Taís Seibt

Leia também

- **Angélica Massuquetti**
- **Osiel Lourenço de Carvalho**
- **Bruno Lima Rocha**

Fake news

Ambiência digital e os novos modos de ser

O mundo contemporâneo e as sociedades hiperconectadas nos jogam diante de inúmeros desafios. Se por um lado o fenômeno das fake news é efeito desse novo ethos das sociedades em midiatização, a produção desse tipo de conteúdo não se restringe a ele. Trata-se de uma dimensão mais ampla da comunicação mediada não somente pelos usuários das redes, mas por tecnologias de inteligência artificial, sofisticados levantamentos de dados e emulações do comportamento humano por robôs. Toda essa ambiência produz um novo modo de ser e estar no mundo, que exige pensar quais tipos de valores estão sendo propostos. Não parece, contudo, haver dúvida de que estamos diante da necessidade de construirmos uma rede e uma sociedade que não sejam entrópicas e que tenham, como horizonte, o respeito à diversidade e a preservação dos valores da pessoa humana.

Para pensar essa problemática, a revista **IHU On-Line** desta semana reúne uma série de pesquisadores, de diferentes áreas, para pensar a emergência das fake news.

Rafael A. F. Zanatta, pesquisador em Direito e Sociedades Digitais com mestrado em Direito e Economia Política pela International University College of Turin, defende que devemos aprofundar as diferentes taxonomias do que está por trás das fake news.

Sérgio Amadeu, doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo - USP, alerta sobre os riscos de acreditarmos em um “ministério da verdade”.

Segundo o professor, pesquisador e vice-reitor da Unisinos, **Pedro Gilberto Gomes**, estamos vivendo uma anomia ética que requer a produção de um novo pacto social.

Pensando a dimensão das fake news a partir do campo do Direito, **Ricardo Campos**, da Goethe Universität Frankfurt, na Alemanha, afirma que é preciso preservar as instituições caras à democracia.

Para **Antônio Fausto Neto**, doutor em Ciências de La Communication et de L'information - Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, da França, e professor na Unisinos, investir na apuração das fake news é como tentar remendar um cano furado. Por isso ele sugere um “processo de letramento, educar a sociedade para compreender o protocolo de comunicação no qual ela vive”.

A professora e pesquisadora da Unicamp **Anna Bentes** aborda o tema das fake news a partir de uma abordagem linguística analisando os meandros discursivos.

Para a doutoranda e pesquisadora na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS **Taís Seibt**, construir uma cultura que privilegie a verificação das notícias é um dos caminhos para enfrentar as crises produzidas pela circulação de fake news.

Complementam a edição a entrevista com **Angélica Massuquetti**, professora da Escola de Gestão e Negócios da Unisinos, sobre a relação de combate à pobreza e a concentração de renda. A professora debaterá o tema no Ciclo de debates desigualdades no contexto econômico brasileiro, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU, no dia 3 de maio de 2018, das 17h30min às 19h na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU.

Bruno Lima Rocha, na Coluna Internacional do curso de Relações Internacionais da Unisinos, discute a atual situação do governo de Honduras.

Na seção Publicações, apresentamos o artigo de **Osiel Lourenço de Carvalho** intitulado *A perversão da política moderna: a apropriação de conceitos teológicos pela máquina governamental do Ocidente*, a partir da perspectiva da obra de Giorgio Agamben, publicado por Cader nos IHU ideias nº 269.

A todas e a todos uma boa leitura e uma excelente semana!



Foto: Arte IHU

Sumário

- 4 ■ **Temas em destaque**
- 6 ■ **Agenda**
- 8 ■ **Angélica Massuquetti:** Concentração de renda é o principal entrave no combate à extrema pobreza
- 12 ■ **Tema de capa | Rafael Zanatta:** Fake news e o triunfo do reducionismo
- 18 ■ **Tema de capa | Sérgio Amadeu:** A liberdade contra o “ministério da verdade”
- 24 ■ **Tema de capa | Pedro Gilberto Gomes:** Da anomia ética a um novo pacto social
- 29 ■ **Tema de capa | Ricardo Campos:** O sonho libertário virou o pesadelo da liberdade
- 33 ■ **Tema de capa | Antônio Fausto Neto:** Investir na apuração para enfrentar as fake news é como remendar um cano furado
- 41 ■ **Tema de capa | Anna Bentes:** O texto além do texto
- 46 ■ **Tema de capa | Taís Seibt:** Cultura de verificação é um caminho para enfrentar as fake News
- 52 ■ **Crítica internacional | Bruno Lima Rocha:** Honduras: governo ilegítimo e regime autoritário civil
- 54 ■ **Publicações | Osiel Lourenço de Carvalho:** A perversão da política moderna: a apropriação de conceitos teológicos pela máquina governamental do Ocidente
- 55 ■ **Outras edições**

IHU ON-LINE
Revista do Instituto Humanitas Unisinos

ISSN 1981-8769 (impresso)

ISSN 1981-8793 (on-line)

A IHU On-Line é a revista do **Instituto Humanitas Unisinos - IHU**. Esta publicação pode ser acessada às segundas-feiras no sítio www.ihu.unisinos.br e no endereço www.ihuonline.unisinos.br.

A versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8 horas, na Unisinos. O conteúdo da IHU On-Line é copyleft.

Diretor de Redação

Inácio Neutzling
(inacio@unisinos.br)

Coordenador de Comunicação - IHU

Ricardo Machado – MTB 15.598/RS
(ricardom@unisinos.br)

Jornalistas

João Vitor Santos – MTB 13.051/RS
(joaovs@unisinos.br)

Patricia Fachin – MTB 13.062/RS
(prfachin@unisinos.br)

Vitor Necchi – MTB 7.466/RS
(vnechi@unisinos.br)

Revisão

Carla Bigliardi

Projeto Gráfico

Ricardo Machado

Editores

Gustavo Guedes Weber

Atualização diária do sítio

Inácio Neutzling, César Sanson, Patrícia

Fachin, Cristina Guerini, Evlyn Zilch, Anielle Silva, Victor Thiesen, William Gonçalves, Stefany de Jesus Rocha, Wagner Fernandes de Azevedo e Eric Machado.



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Instituto Humanitas Unisinos - IHU

Av. Unisinos, 950 | São Leopoldo / RS
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 | Ramal 4128
e-mail: humanitas@unisinos.br

Diretor: Inácio Neutzling
Gerente Administrativo: Jacinto Schneider
(jacintos@unisinos.br)

Entrevistas completas em www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias

Confira algumas entrevistas publicadas no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU na última semana.

Os desafios da economia brasileira



“Para crescermos de uma forma sustentável, teremos que pensar no futuro com uma estratégia para a indústria.”

Ricardo Carneiro, mestre e doutor em Ciência Econômica pela Unicamp. Professor aposentado e professor colaborador da Unicamp.

Expansão de cana-de-açúcar coloca em xeque serviços ambientais



“Se o próprio setor de biocombustíveis não apoia essa proposta, como pode-se dizer que ela vai gerar renda e será viável para a região?”

Lucas Ferrante, graduado em Ciências Biológicas pela Unifal, mestre e doutorando em Ecologia pelo Inpa.

4

As eleições cubanas 50 anos depois de maio de 68



“A defesa das liberdades democráticas e individuais que teve tanta presença nos movimentos de 1968 na Europa, com caráter sobretudo de luta antiautoritária, infelizmente teve pouco espaço para o seu desenvolvimento em Cuba.”

Sílvia Cezar Miskulin, graduada em História, mestra e doutora em História Social pela USP. Leciona na Universidade de Mogi das Cruzes.

Anapu - PA, um barril de pólvora minado pelo latifúndio



“Na região sudeste do Pará, o município de Anapu tem sido muito cobinado pelo latifúndio porque essa é a última fronteira agrícola do Pará.”

Paulo Joanil da Silva, padre dos Missionários Oblatos de Maria Imaculada - OMI, assessor da Comissão Pastoral da Terra da regional Norte 2.

Capitalismo ‘humano’ de ontem é a fonte do capitalismo ‘selvagem’ de ontem e de hoje



“Sempre tive claro que eles prenderiam Lula. E não vão parar aí: a ofensiva inclui destruir o PT.”

Valter Pomar, graduado em História, mestre e doutor em História Econômica pela USP. Professor da UFABC e dirigente nacional do PT.



Textos na íntegra em www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias

Confira algumas notícias públicas recentemente no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU

“A luta é o caminho eterno da vida.” Entrevista com José Pepe Mujica

Pepe Mujica está muito preocupado com o que ocorre no Brasil com seu amigo Lula e por seu impacto na região. Na conversa, não se privou de se posicionar sobre todos os assuntos.

Entrevista de Gonzalo Arias, publicada por Página/12 em 15-4-2018, disponível em <https://bit.ly/2HMOe7Q>.

Fé evangélica abraça as urnas na América Latina

Doutrina se transformou em um ator político determinante em muitos países da região, impondo valores ultraconservadores e fazendo retroceder as liberdades, escassas em muitos lugares.

Reportagem de Talita Bedinelli, Ana Marcos e Javier La fuente, publicada por El País em 16-4-2018, disponível em <https://bit.ly/2EYbTPF>.

Assassinatos no campo batem novo recorde e alcançam maior número desde 2003

Os assassinatos decorrentes de conflitos no campo no transcurso de 2017 bateram recorde e atingiram o maior número desde 2003, com 70 mortes. Um aumento de 15% em relação ao que foi registrado em 2016.

Reportagem de Joelma Pereira, publicada por Congresso em Foco em 16-4-2018, disponível em <https://bit.ly/2HcxS0D>.

Empresários querem o SUS conveniente aos seus interesses

Em meio a um cenário de desmonte das políticas sociais como um todo, e às políticas de saúde especificamente, a proposta de construção de um “Novo Sistema Nacional de Saúde”, ainda mais partindo de uma entidade representativa do setor empresarial, foi vista como um ataque direto ao SUS.

Entrevista com José Sestelo concedida a André Antunes, publicada no portal EPSJV/Fiocruz em 13-4-2018, disponível em <https://bit.ly/2JaTKk7>.

43% das novas empresas da “lista suja” do trabalho escravo são do agronegócio

No período entre 2003 e 2014, o agronegócio foi campeão absoluto na utilização do trabalho escravo, com praticamente 80% dos trabalhadores libertados do trabalho em lavouras, plantação de cana, desmatamento e pecuária. Só esta última foi responsável por 30% dos casos.

Reportagem de Julia Dolce, publicada por Brasil de Fato em 13-4-2018, disponível em <https://bit.ly/2K17aAq>.

“Deus é um problema também para os crentes”. Entrevista com José Tolentino Mendonça

Vivemos numa sociedade de satisfação permanente, diz Tolentino Mendonça. Por isso, precisamos de reaprender a ter sede. O novo livro que reúne os textos das meditações feitas perante o Papa e a Cúria Romana foi posto à venda. A propósito dele, o autor de A Noite Abre os Meus Olhos diz que a espiritualidade não se pode “confundir com um conjunto de abstrações”. Crer não é “ter as soluções”, mas é “habitar o caminho, habitar a tensão, viver dentro da procura”.

Entrevista publicada por por Público, 15-04-2018, disponível em <http://bit.ly/2HLYEa3>.

Programação completa em ihu.unisinos.br/eventos

Trabalho e as desigualdades no Vale do Sinos

24/abr

Horário
14h30min às 17h

Palestrante
Profa. MS Vanessa de Souza Batisti – Unisinos

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU Campus Unisinos São Leopoldo

Reforma trabalhista e o impacto nas Relações de Trabalho no Brasil

26/abr

Horário
17h30min às 19h

Conferencista
Prof. MS Diego Alberton – Unisinos

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU Campus Unisinos São Leopoldo

Prosperidade sem crescimento: vida boa em um planeta finito. Obra de Tim Jackson

26/abr

Horário
19h30min às 22h

Apresentação
Profa. Dra. Clítia Martins – FEE-RS

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU Campus Unisinos São Leopoldo

6

Seminário de apresentação de pesquisas e de projetos sobre Violências, Resistências e Enfrentamentos

2/mai

Horário
14h às 18h

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU Campus Unisinos São Leopoldo

A produção de violência e morte em larga escala: da biopolítica à tanatopolítica

2/mai

Horário
19h30min às 22h

Conferencista
Prof. Dr. Castor Bartolomé Ruiz – Unisinos

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU Campus Unisinos São Leopoldo

Desigualdade no Vale dos Sinos

3/mai

Horário
17h30min às 19h

Conferencista
Profa. Dra. Angélica Massuquetti – Unisinos

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU Campus Unisinos São Leopoldo

Observa Sinos

OBSERVATÓRIO DA REALIDADE E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO VALE DO RIO DOS SINOS





Concentração de renda é o principal entrave no combate à extrema pobreza

Angélica Massuquetti analisa os índices de desenvolvimento social do Brasil e indica a emergência na geração de emprego e renda

João Vitor Santos

Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Pnad Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, é possível materializar a expansão da pobreza extrema no Brasil nos últimos tempos. Em 2016, eram 13,3 milhões de pessoas nessas condições; agora, em 2017, o número saltou para 14,8 milhões. “Ou seja, 7,2% da população do Brasil encontra-se entre os extremamente pobres, que vivem com menos de US\$ 1,90/dia”, completa a economista e professora Angélica Massuquetti.

Além desse cenário, ela aponta que, ainda segundo o IBGE, em 2017, 43,3% dos rendimentos do Brasil estavam nas mãos de 10% da população com maiores rendimentos, enquanto os 10% com menores rendimentos alcançavam apenas 0,7% deste total. “A concentração de renda na economia brasileira, neste patamar, impede a erradicação da extrema pobreza e, conseqüentemente, da fome no país”, avalia.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Angélica aponta que o maior desafio para reverter essa realidade “é a geração de emprego formal, já que dá mais segurança socioeconômica, com acesso aos direitos trabalhistas e mais facilidade de obtenção de crédito”. E acrescenta: “não

alcançamos o bem-estar da população apenas com uma distribuição de renda mais igual, precisamos ampliar as liberdades dos indivíduos com relação às suas capacidades e às oportunidades que estão à sua disposição”.

Angélica Massuquetti possui doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, com parte da formação na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales - Paris/França. É mestra em Economia Rural e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Atualmente, é professora da Escola de Gestão e Negócios da Unisinos, onde dedica-se a projetos de pesquisa e ao ensino em nível de Graduação e Pós-Graduação.

A professora ministrará a palestra *Desigualdade no Vale dos Sinos*, dentro do **Ciclo de debates desigualdades no contexto econômico brasileiro**, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos - IHU, no dia 3 de maio, às 17h30min, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU, Campus São Leopoldo da Unisinos. Saiba mais detalhes e a programação completa do Ciclo em <http://bit.ly/2JWwAio>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – No que consiste a desigualdade e como se manifesta na atualidade?

Angélica Massuquetti – Na Economia, aprendemos que a atividade econômica não está distribuída de forma aleatória no território. Há uma

tendência de que as atividades econômicas se concentrem em número relativamente reduzido de locais, principalmente as atividades que envolvem inovação, maior capital humano e maiores investimentos.

Assim, atividade econômica e po-

pulação estão desigualmente distribuídas e observa-se uma correlação entre o grau de urbanização e a renda *per capita*. A aglomeração de pessoas e de empresas, portanto, torna-se a regra e não a exceção. Como consequência, essas aglomerações

“Não alcançamos o bem-estar da população apenas com uma distribuição de renda mais igual”

atraem mais capital físico e humano, reforçando essas assimetrias.

IHU On-Line – Como compreender o conceito de desenvolvimento socioeconômico e em que medida pode emergir como uma alternativa à lógica do desenvolvimento econômico?

Angélica Massuquetti – O Produto Interno Bruto - PIB foi, durante décadas, o principal indicador de desenvolvimento econômico. No entanto, observou-se a necessidade de se alcançar, além do crescimento econômico, um melhor padrão de vida para a população, uma renda mais equitativa, além da erradicação do analfabetismo e de doenças transmissíveis por falta de condições mínimas de moradia e de saneamento, entre outros. Assim, o desenvolvimento deixou de ser estritamente econômico e passou a ser pensado a partir da dimensão social.

Mais recentemente, o desenvolvimento humano tornou-se a expressão mais adequada para transmitir a ideia não apenas de desenvolvimento econômico e social, mas também político e ambiental. Atualmente, as políticas públicas são formuladas com o intuito de promover o desenvolvimento econômico, a segurança, a liberdade, a justiça social etc. Não alcançamos o bem-estar da população apenas com uma distribuição de renda mais igual, precisamos ampliar as liberdades dos indivíduos com relação às suas capacidades e às oportunidades que estão à sua disposição.

IHU On-Line – Como avalia o Rio Grande do Sul em termos de desenvolvimento socioeconômico?

Angélica Massuquetti – Atualmente, o estado do Rio Grande do Sul possui médio desenvolvimento de acordo com o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico - Idese de 2015, apresentando o valor de 0,751. Entre 2014 e 2015, houve redução do desenvolvimento no estado em razão da queda do índice do bloco Renda, que foi de -3,1%. Por outro lado, nos blocos Saúde e Educação houve desenvolvimento, mas em dimensões reduzidas: 0,5% e 0,2%, respectivamente.

IHU On-Line – Em quais regiões do estado estão os maiores e os menores índices socioeconômicos? Como compreender essas diferenças?

Angélica Massuquetti – Ainda considerando o Idese de 2015, identifica-se que o desenvolvimento do estado do Rio Grande do Sul é concentrado em determinadas regiões de acordo com a dimensão investigada. No que se refere ao desenvolvimento num sentido amplo, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento - Coredes Noroeste Colonial e Serra apresentam alto desenvolvimento.

Em relação especificamente à dimensão Renda, é possível incluir o Corede Metropolitano Delta do Jacuí neste grupo. Já no que se refere à Educação, nenhum Corede alcançou o alto desenvolvimento, e os Conselhos que estão em melhor posição no *ranking* do estado são Fronteira Noroeste,

Norte e Noroeste Colonial, mas todos com médio desenvolvimento.

Por fim, na área de Saúde, a grande maioria dos Coredes atingiu o alto desenvolvimento, com exceção apenas dos Coredes Campanha, Vale do Rio dos Sinos, Jacuí-Centro, Fronteira Oeste e Sul. Os Centro-Sul e Sul concentram os menores níveis de desenvolvimento do estado. Dentre os 28 Coredes do Rio Grande do Sul, o Vale do Rio dos Sinos encontra-se apenas na 17ª posição no Idese geral, na 8ª em Renda, na 23ª em Educação e na 25ª em Saúde. As disparidades regionais refletem a concentração dos investimentos públicos e privados em determinadas regiões e atividades econômicas.

IHU On-Line – É pensando na melhora da qualidade de vida das pessoas, logo, melhora nos índices socioeconômicos, que as Nações Unidas lançam os Objetivos para Desenvolvimento do Milênio - ODM. A meta era erradicar a extrema pobreza e a fome até 2015. Pensando na realidade do Brasil e do Rio Grande do Sul, quanto se avançou nesse sentido até 2015?

Angélica Massuquetti – A partir da divulgação dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Pnad Contínua, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, identificou-se que houve uma expansão da pobreza extrema no Brasil, que passou de 13,3 milhões de pessoas, em 2016, para 14,8 milhões de pessoas, em 2017. Ou seja, 7,2% da população

do Brasil encontra-se entre os extremamente pobres, que vivem com menos de US\$ 1,90/dia. Esse aumento de 11,2% pode ser reflexo da recuperação do mercado de trabalho puxada pelo emprego informal e não pelo formal. A região sul, apesar de ser a segunda com o menor número de pessoas nesta situação, também apresentou crescimento neste período.

Ainda segundo o IBGE, em 2017, 43,3% dos rendimentos do Brasil estavam nas mãos de 10% da população com maiores rendimentos. Por outro lado, os 10% com menores rendimentos detinham apenas 0,7% deste total. A concentração de renda na economia brasileira, neste patamar, impede a erradicação da extrema pobreza e, conseqüentemente, da fome no país.

IHU On-Line – Ainda sobre ODM e a realidade brasileira e gaúcha, que desafios se configuram pós-2015?

Angélica Massuquetti – Os maiores desafios para ambos é a geração de emprego formal, já que dá mais segurança socioeconômica, com acesso aos direitos trabalhistas e mais facilidade de obtenção de crédito.

IHU On-Line – Quais os maiores limites das políticas públicas do Brasil de hoje na busca pela redução das desigualdades? E como superá-los?

Angélica Massuquetti – O maior limite das políticas públicas para ação efetiva na redução das desigualdades é o combate à corrupção. A renda, a educação, a saúde, a segurança pública, o saneamento básico, o lazer etc. são afetados diretamente pela corrupção. A superação deste limite é alcançada com transparência e regulação.

IHU On-Line – O Brasil e em especial o Rio Grande do Sul se destacam pela produção agrícola. Em que medida ainda podemos apostar nas riquezas geradas pelo campo para combater as desigualdades?

Angélica Massuquetti – O agronegócio brasileiro vem aumentando sua importância na economia nacional desde o início dos anos 2000. A principal razão foi a expansão econômica de países emergentes, como a China. De acordo com dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC, em 2017, as exportações do agronegócio brasileiro representaram 44,1% do total comercializado pelo país com o resto do mundo. No

que se refere ao Rio Grande do Sul, o agronegócio representou 65,1% do total comercializado pelo estado e 12,1% do total comercializado pelo país com o resto do mundo. Assim, nota-se a relevância deste setor para a economia gaúcha na geração de emprego e de renda.

IHU On-Line – Quais os limites de uma política econômica voltada para exportação, especialmente de produtos agrícolas? De que forma essa opção pelos mercados internacionais pode impactar os índices de desenvolvimento socioeconômico?

Angélica Massuquetti – As políticas públicas necessárias para a expansão das exportações de produtos agrícolas estão relacionadas à infraestrutura logística e energética. Os produtores agropecuários são competitivos, mas o Custo Brasil impede que os produtos nacionais consigam ser mais competitivos no mercado internacional. A literatura tem apontado que uma das principais razões para a recente redução da pobreza global é a elevação das taxas de crescimento econômico, impulsionada pela maior participação das economias em desenvolvimento nos fluxos de comércio internacional. ■

2º Ciclo de Estudos

REVOLUÇÃO 4.0

Impactos aos modos de produzir e viver

15 de março a 06 de junho de 2018

Prof. Dr. Cesar Alexandre de Souza – USP

Prof. Dr. Fábio do Prado – FEI – SP

Prof. Dr. Massimo Canevacci – USP

MS Rafael Augusto Ferreira Zanatta – Idec – SP

Prof. MS Gilberto Faggion – Unisinos

Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz – Unisinos

UNISINOS

LAB

Se você é aluno de graduação da Unisinos, o IHU disponibiliza 10 vagas gratuitas para o Simpósio através da plataforma Unisinos LAB.

Confira a relação dos nossos eventos em ihu.unisinos.br/eventos e matricule-se pela plataforma do LAB.

Fake news e o triunfo do reducionismo

Rafael Zanatta explica que precisamos produzir uma taxonomia da desinformação para compreendermos a complexidade das disputas políticas e informacionais contemporâneas

Ricardo Machado

Em março deste ano o Facebook, uma das maiores empresas do mundo, viu-se diante de sua maior crise de imagem com o escândalo da Cambridge Analytica. A repercussão do caso foi tamanha que Mark Zuckerberg teve que ir ao Congresso dos Estados Unidos para responder a uma sabatina de senadores e deputados. O episódio trouxe à tona a manipulação de dados de 80 milhões de usuários da rede social que foram utilizados na campanha eleitoral de Donald Trump. “Esse caso mostra algo muito importante, a interconexão, interdependência entre processos de coletas de dados obscuros e um novo mercado de manipulação eleitoral que é estruturado a partir de técnicas de psicométrica. Esse é o resumo que o caso revela. Ele é muito maior que o problema das notícias falsas”, avalia Rafael Zanatta em entrevista por telefone à **IHU On-Line**.

“O episódio coloca um ponto de interrogação para saber o que está acontecendo com os nossos processos de escolha democrática, com os mecanismos eleitorais que se tornam muito porosos e muito influenciáveis pela tecnologia da informação”, destaca Zanatta. Para o pesquisador, a solução para este problema é complexa e exige a mobilização de vários atores sociais e políticos. “As ONGs podem fazer muito mais cartilhas e projetos de envolvimento com a população, as

universidades podem fazer muito mais. Não se trata de apontar o dedo na cara de um setor ou de uma pessoa e dizer “você é o responsável” para o problema da desinformação. É preciso, antes, fazer um papel muito crítico de autoavaliação dos múltiplos papéis que nós temos como profissionais e cidadãos”, pontua.

Além disso, superar uma visão reducionista do problema, incapaz de perceber as nuances desse tipo de guerra informacional, é primordial. “É importante produzir uma taxonomia de diferentes formas de desinformação. Ela pode acontecer não necessariamente com a produção de um conteúdo falso, uma notícia falsa, mas, por exemplo, com a publicação proposital de uma notícia de quatro anos atrás fora de contexto. Ou mesmo com a mobilização de vários robôs para reforçar um tipo de discurso opinativo, que tem um caráter muito agudo, desestabilizador”, complementa.

Rafael A. F. Zanatta, pesquisador em Direito e Sociedades Digitais, mestre em Direito e Economia Política pela International University College of Turin e mestre em Sociologia Jurídica pela Universidade de São Paulo - USP, onde foi coordenador do Núcleo de Direito, Internet e Sociedade. Graduou-se em Direito na Universidade Estadual de Maringá - UEM.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como o escândalo do Facebook com a Cambridge Analytica trouxe à tona a interferência das tecnologias digitais na política?

Rafael A. F. Zanatta – Esse é um caso paradigmático porque explicitou uma série de questões que pesquisadores da área do direito digital e da democracia já vinham apontando há muito tempo. Um dos principais problemas é o risco de uma coleta intensiva de dados digitais e o repasse para uma finalidade que não aquela para a qual foi coletada.

do há muito tempo. Um dos principais problemas é o risco de uma coleta intensiva de dados digitais e o repasse para uma finalidade que não aquela para a qual foi coletada.



“O episódio coloca um ponto de interrogação para saber o que está acontecendo com os nossos processos de escolha democrática”

Por exemplo, esse caso do Facebook com a Cambridge Analytica¹ é muito significativo, porque todo o esquema estava estruturado na pesquisa de cientistas para um teste de personalidade chamado *This is your digital life* (Esta é sua vida digital, em tradução livre). Era um teste que coletava informações que os usuários já tinham publicado no Facebook e a tese do professor era a de que, com as informações públicas (postagens, curtidas, geolocalização) era possível atribuir um perfil psicométrico. A metodologia utilizada era do campo da psicologia comportamental e esse estudo era capaz de identificar a possível orientação política do usuário.

O problema particular desse teste é que ele foi desenvolvido com interesse público. Tratava-se de um estudo acadêmico que tinha por finalidade demonstrar o quanto as pessoas estão expostas e quanto é possível deduzir informações sobre uma pessoa que está na rede social. O grande problema é que Aleksandr Kogan², o investigador da Universidade de Cambridge, vendeu a metodologia para uma empresa privada de consultoria política chamada Cambridge Analytica. Esta empresa

foi criada por Robert Mercer³, que é um multimilionário financeiro dos Estados Unidos, juntamente com Steve Bannon⁴, o estrategista chefe de Donald Trump⁵ no início de 2016.

Cambridge Analytica

Era um grupo que tinha interesses de manipulação de eleições, chamado por eles de “conquista dos votos indecisos”. Todo esse aparato foi usado para criar imagens de impacto que eram destinadas precisamente ao perfil psicométrico já predefinido de acordo com os dados pessoais coletados no Facebook. Então para uma pessoa que seria mais de esquerda e com preocupações do poder dos grandes bancos financeiros na sua vida, as mensagens de Trump chegavam com um viés nacionalista: “vamos retomar a economia, diminuir o poder dos grandes bancos e reforçar os comércios locais”. Para alguém mais orientado à ideia

de livre mercado, a mensagem chegava mais ou menos assim: “nosso governo vai derrubar os acordos da Organização Mundial do Comércio - OMC e vamos ampliar o livre comércio longe das amarras dos acordos internacionais”. As várias estratégias e mensagens foram criadas para atingir determinados perfis psicológicos e todas as informações foram coletadas sem as pessoas saberem o que estava acontecendo.

O episódio demonstrou esta coleta irrestrita e o não controle do Facebook de quem recebia essas informações. O que gerou todo esse caos foi a API do Facebook, a estrutura tecnológica de formato aberto que a rede social disponibiliza para os desenvolvedores. O jornal *The Guardian* mostrou agora em março, com declarações de ex-funcionários da Cambridge Analytica, como Christopher Wylie⁶, o primeiro que denunciou publicamente, mostrando que as ações eram ainda mais brutais porque a análise não era feita somente com quem tinha feito testes de personalidade, mas também conseguiam coletar informações, inclusive, dos amigos dessas pessoas. O alcance foi de 80 milhões de usuários, porque aproveitaram o próprio efeito em rede do Facebook para gerar essa bomba que foi o escândalo da Cambridge Analytica.

Tudo isso fez com que Zuckerberg prestasse depoimento de dois dias no Congresso dos Estados Unidos. Esse caso mostra algo muito impor-

1 **Cambridge Analytica:** É uma empresa privada que combina mineração e análise de dados com comunicação estratégica para o processo eleitoral. Foi criada em 2013, como um desdobramento de sua controladora britânica, a SCL Group para participar da política estadunidense. Em 2014, a CA participou de 44 campanhas políticas. A empresa é, em parte, de propriedade da família de Robert Mercer, um estadunidense que gerencia fundos de cobertura e que apoia muitas causas politicamente conservadoras. A empresa mantém escritórios em Nova York, Washington, DC e Londres. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Aleksandr Kogan** (1985): é uma acadêmica da área de psicologia de dados da Universidade de Cambridge. Foi ele quem desenvolveu a metodologia de psicométrica dos usuários de redes sociais comprada para Cambridge Analytica para a campanha presidencial de Donald Trump. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Robert Mercer** (1946): é um cientista da computação nos Estados Unidos que trabalha com inteligência artificial a partir de análises de bancos de dados. A empresa Cambridge Analytica é de propriedade de sua família. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Steve Bannon** (1953): é um assessor político estadunidense que serviu como assistente do presidente e estrategista-chefe da Casa Branca no governo Trump. Como tal, participou regularmente do Comitê de Diretores do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos, entre 28 de janeiro e 5 de abril de 2017, quando foi demitido. Antes de assumir tal posição da Casa Branca, Bannon foi diretor executivo da campanha presidencial de Donald Trump, em 2016. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Donald Trump** (1946): Donald John Trump é um empresário, ex-apresentador de reality show e atual presidente dos Estados Unidos. Na eleição de 2016, Trump foi eleito o 45º presidente norte-americano pelo Partido Republicano, ao derrotar a candidata democrata Hillary Clinton no número de delegados do colégio eleitoral; no entanto, perdeu no voto popular. Entre suas bandeiras estão o protecionismo norte-americano, por onde passam questões econômicas e sociais, como a relação com imigrantes nos Estados Unidos. Trump é presidente do conglomerado The Trump Organization e fundador da Trump Entertainment Resorts. Sua carreira, exposição de marcas, vida pessoal, riqueza e modo de se pronunciar contribuíram para torná-lo famoso. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Christopher Wylie** (1989): ex-empregado da Cambridge Analytica que denunciou o escândalo do uso ilegal de dados dos usuários do Facebook para manipulação eleitoral. (Nota da **IHU On-Line**)

tante, a interconexão, interdependência entre processos de coletas de dados obscuros e um novo mercado de manipulação eleitoral que é estruturado a partir de técnicas de psicométrica. Esse é o resumo que o caso revela. Ele é muito maior que o problema das notícias falsas. Há toda uma estrutura necessária para que isso aconteça e essa estrutura está fortemente centrada em empresas que se tornaram consultorias políticas a partir da expertise em tecnologia de comunicação e processos de coleta de dados que são ilegais e obscuros. Tudo isso precisa ser discutido e combatido imediatamente, especialmente no Brasil, em que estamos na reta final da elaboração de uma lei de dados pessoais.

IHU On-Line – Parece haver uma nova ecologia da manipulação política?

Rafael A. F. Zanatta – Exatamente, mas se trata de uma coisa completamente diferente do que a teoria política produziu nos últimos séculos. Por exemplo, se alguém pegar textos de Francis Bacon⁷, do século XVI/XVII, há um deles que disserta sobre boataria e os impactos políticos, como aqueles para desmerecer certas lideranças. Esse é um problema antigo, muito antigo.

O novo é uma ecologia específica em que se torna possível coletar muitos dados que serviriam para uma finalidade específica, mas cujo pacto é quebrado, aliado ao desenvolvimento muito acelerado de técnicas de psicométrica. Além disso tem a construção desses perfis psicológicos voltados à orientação política, isso também é algo recente no campo da psicologia em termos de desenvolvimento teórico. Esses dois fenômenos são novos e fazem parte desta nova ecologia das notícias falsas, por assim dizer.

⁷ **Francis Bacon** (1561-1626): político, filósofo, ensaísta inglês, barão de Verulam e visconde de Saint Alban. É considerado como o fundador da ciência moderna. Desde cedo, sua educação orientou-o para a vida política, na qual exerceu posições elevadas. Em 1584 foi eleito para a câmara dos comuns. Sucessivamente, durante o reinado de Jaime I, desempenhou as funções de procurador-geral (1607), fiscal-geral (1613), guarda do selo (1617) e grande chanceler (1618). Como filósofo, destacou-se com uma obra onde a ciência era exaltada como benéfica para o homem: o *Novum Organum*. (Nota da **IHU On-Line**)

Isso é diferente do que estávamos acostumados a debater na teoria política dos últimos séculos. Isso sim é específico e merece um cuidado muito grande dos cidadãos para entender o que está acontecendo e para tomar decisões políticas do que fazer, como remediar e solucionar.

IHU On-Line – Em um mundo não somente globalizado, mas altamente conectado por tecnologias e redes digitais, ainda faz sentido falar em democracia?

Rafael A. F. Zanatta – Acredito que ainda faz. A democracia está no *corner* sendo espancada, em um momento de recuo diante da tendência de crescimento das políticas autoritárias insuflada por todo esse aparato de vigilância e controle que a Internet e todos os dispositivos tecnológicos permitem. Há toda uma discussão que acontece no ativismo e na academia com a ideia de um duplo movimento, de modo que há um conjunto de ameaças massivas, que chamamos de capitalismo de vigilância, materializada na capacidade de as grandes empresas de tecnologias transformarem nossos dados em *commodities*. Isso produz um jogo muito perverso de interesses entre corporações e governos, que querem manter o controle populacional e estabelecer regimes de verdade. Mas, ao mesmo tempo, há um envolvimento de resistências que tentam construir a regulação social dos mercados. Uma tentativa de reestabelecer a ordem democrática.

Todo o movimento social estruturado em torno da proteção de dados pessoais e da ideia de que é preciso estabelecer uma série de limites e controles tenta empoderar a população, no sentido de saber como esses fluxos informacionais acontecem. Ainda tem a luta por direitos fortes de demarcação, de imunidade e das limitações de transpor dados de uma plataforma para outra. As empresas não podem reunir minhas escolhas e dados pessoais para montar uma nota de crédito sobre mim. Toda essa disputa é muito intensa nos últimos anos e esses novos ativismos

mostram um quadro que é dinâmico. O próprio fato de Zuckerberg ser enquadrado por dois dias no Congresso, em uma bateria de perguntas de senadores e deputados (com perguntas enviadas pela população), é importante para registrar isso em ata e ter registros oficiais de que o Facebook e outras empresas cruzaram a linha da razoabilidade e que algo precisa ser feito. É uma espécie de tentativa de controle democrático dessa economia de dados que se tornou perversa.

O que acontece agora é muito importante para se observar uma nova possibilidade dos movimentos sociais que se voltam para esse problema e conseguem catalisar as organizações civis e os seus representantes na estrutura política existente para pensar, inclusive, em inovações institucionais. Atualmente o que se tem discutido é uma adaptação do que foi o painel de catástrofes ambientais há 30 anos, falando-se, então, de catástrofes digitais com centros de pesquisas no Massachusetts Institute of Technology - MIT e na Inglaterra com previsões de cenários catastróficos para daqui 50/60 anos. Por exemplo, a expansão irrefreada dos drones com capacidade de reconhecimento facial das pessoas, possibilidade de imprimir armas com impressoras 3D e um barateamento muito grande das impressoras, a produção de vídeos falsos de lideranças políticas a partir de tecnologias muito acessíveis de criação de vídeos na Internet (o que começou com a indústria pornô se transformou em um mercado político, como aquele do Barack Obama anunciando a parceria com a Coreia do Sul⁸). É interessante observar que há um conjunto de ativistas e lideranças políticas trabalhando com a perspectiva de prospectar os cenários mais catastróficos para já informar a população e pensar em alternativas de controle democrático dessas economias.

Moinho demoníaco

No fundo é um retorno ao Karl Polanyi⁹, o grande autor que vai ser

⁸ O vídeo pode ser visto no link: <https://www.youtube.com/watch?v=AmUC4m6wIwo>. (Nota da **IHU On-Line**)

⁹ **Karl Polanyi** (1886-1964): economista austríaco. Sua obra principal é *A Grande Transformação - as origens de*

resgatado para entender o que está acontecendo. Um estudioso das ideias de Marx¹⁰ que foi muito além dele nas análises de economia de mercado, explicando que, ao mesmo tempo que ocorrem esses processos de comodificação do nosso trabalho, da terra, do dinheiro, há uma ideologia de mercado livre (chamado por ele de moinho satânico) que destrói o tecido social, acabando com nossas esperanças democráticas.

Há, sim, estratégias novas da sociedade civil, formas de combate e resistência. Ainda que seja uma briga de Davi e Golias, eu não desmereceria o papel dos pequenos e a capacidade deles de enfrentar esses movimentos históricos. Da mesma forma que há cinco anos Edward Snowden¹¹ criou um momento muito rico para se pensar os processos de vigilância massiva e tentar experimentar coisas novas, para se discutir a privacidade na esfera internacional, para impulsionar novas ONGs que trabalham com proteção aos dados pessoais, estamos aproveitando esse momento para construir coisas a mais com o caso do Facebook que catalisa muitos outros problemas. O episódio coloca um ponto de interrogação para saber o que está acontecendo com os nossos processos de escolha democrática, com os mecanismos eleitorais que se tornam muito porosos e muito influenciáveis pela tecnologia da in-

formação. É um momento riquíssimo para pesquisar, para viver e para atuar politicamente.

IHU On-Line – Mas essa relação de resgate do Polanyi parece ser uma coisa nova...

Rafael A. F. Zanatta – Sim, e a visão de socialismo do Polanyi era a de regulação social e democrática dos mercados. Nesse sentido é uma espécie de resgate a uma visão que não é a do velho socialismo, o socialismo real como tínhamos referência da experiência soviética. É interessantíssimo o momento que estamos vivendo, de resgate ao Polanyi, porque ele está sendo estudado nos vários movimentos sociais e de centros de pesquisa que estão discutindo tecnologias e sociedades; por exemplo, a Rede Latino-Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade - Lavits, de Campinas.

Há dois anos houve um encontro de ativistas no México e quem participou foi Shoshana Zuboff¹², uma pesquisadora americana que desde 1989 investiga essa nova economia política da informação, que trouxe o conceito de capitalismo de vigilância para o debate. Atualmente ela está trabalhando em um livro, que deve ser lançado em 2018, fazendo uma aproximação com os movimentos sociais contemporâneos que têm contornos ainda não muito bem identificados. Trata-se da união dos pesquisadores com os cidadãos em torno de uma pauta comum.

IHU On-Line – Do que se trata a parceria formada pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE e o Exército juntamente com a Polícia Federal para aferir a veracidade das notícias?

Rafael A. F. Zanatta – A parceria entre o TSE e o Centro de Inteligência da Informação do Exército foi anunciada no segundo semestre do

ano passado. Em novembro de 2017, no Fórum da Internet do Rio de Janeiro, questionamos os representantes do Exército sobre essa parceria e eles confirmaram a existência. Depois, quando Gilmar Mendes¹³, em dezembro de 2017, criou o Conselho Consultivo de Internet e Eleições, ele convidou os representantes do Exército para essas reuniões. De fato, os militares estão acoplados a essa estrutura que eles chamam de multissetorial, alegando que colocaram junto a Fundação Getulio Vargas - FGV, o Ministério Público - MP e a Agência Brasileira de Inteligência - Abin. A coalizão de ativistas e acadêmicos que lidam com direitos digitais, chamada Direito na Rede, da qual faço parte, tem acompanhado muito de perto esse processo.

O que nós temos de conclusão disso tudo? Parece que foi muito mais um jogo de mídia falar que o Exército estava participando para dar uma resposta ao problema que é global sobre notícias falsas. Uma tentativa de tentar construir e de dizer que estão fazendo algo para lidar com um problema que é mundial e que o governo Trump trouxe como caso para ser estudado pelo mundo inteiro nas eleições.

Em segundo lugar, houve uma pressão enorme da sociedade civil e das próprias empresas. É bom lembrar que tanto o Facebook quanto o Twitter são absolutamente contra a parceria entre TSE e Exército na tentativa de criar monitoramento on-line, vigilantismo em rede e a eliminação automática de conteúdo. Suponha que alguém da inteligência do Exército identifique um conteúdo falso, ele teria o poder de notificar a empresa, que tem a obrigação de remover dado conteúdo em até 24 horas. As empresas, felizmente, estão contra isso e defendem a estrutura que existe no Marco Civil, em que é necessária a avaliação do judiciário,

nossa época (Rio de Janeiro: Campus, 2000), escrita nos Estados Unidos de 1940 a 1943. Sobre o economista a IHU On-Line 147, de 27-06-2005, dedico o tema de capa *A grande transformação. As origens da nossa época. Os 60 anos da obra clássica de Karl Polanyi*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon147>. (Nota da IHU On-Line)

10 **Karl Marx** (1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século 20. A edição 41 dos Cadernos IHU ideias, de autoria de Leda Maria Paulani, tem como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173lFhO>. Também sobre o autor, a edição número 278 da revista **IHU On-Line**, de 20-10-2008, é intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <https://goo.gl/7aYkWZ>. A entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira, foi publicada na edição 327 da IHU On-Line, de 3-5-2010, disponível em <http://bit.ly/2p4vpGS>. A IHU On-Line preparou uma edição especial sobre desigualdade inspirada no livro de Thomas Piketty *O Capital no Século XXI*, que retoma o argumento central de *O Capital*, obra de Marx, disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/449>. (Nota da IHU On-Line)

11 **Edward Snowden** (1983): Analista de sistemas, ex-funcionário da CIA e da NSA, a Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos. Tornou-se conhecido por revelar detalhes do sistema de Vigilância Global norte-americano. Sobre o tema, acesse *"Abandonar Snowden é uma causa indigna"*. Entrevista especial com Sérgio Amadeu, no de 19-12-2013, disponível em <http://bit.ly/ihusnowden>, no sítio do IHU. (Nota da IHU On-Line)

12 **Shoshana Zuboff** (1951): é professora aposentada pela Harvard Business School. Uma das primeiras mulheres a ser professora titular na Harvard Business School, é Ph.D. em psicologia social da Universidade de Harvard e bacharel em filosofia pela Universidade de Chicago. (Nota da IHU On-Line)

13 **Gilmar Mendes** (1955): Ex-advogado, professor, magistrado e jurista brasileiro. Atualmente exerce o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) desde 2002. Foi indicado pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em cujo governo exercera o cargo de Advogado-Geral da União desde janeiro de 2000. É o atual presidente do Tribunal Superior Eleitoral (Nota da IHU On-Line)

por meio de uma denúncia de algum aspecto difamatório, claramente ofensivo ou de discurso de ódio, e se remove depois de uma decisão judicial cautelar.

Com essa pressão da sociedade civil parece que houve um recuo, de modo que eles decidiram não avançar no assunto. Sempre que eles são perguntados sobre isso, as respostas são vagas, dizendo que não tem nada definido e que estão apenas participando do comitê consultivo de eleições para acompanhar os desdobramentos da justiça eleitoral. Os membros do Ativismo na Rede ficaram bastante preocupados quando isso aconteceu em novembro passado, mas agora me parece que foi mais um jogo midiático do que algo estruturado. É provável que a justiça eleitoral tenha recuado um pouco com essa ideia de criar mecanismos prévios de verificação e retirada automática de conteúdo.

empresas, do governo, da Anatel, do Ministério de Ciência e Tecnologia, foi um debate muito aberto e plural com três dias de discussões sobre as chamadas fake news.

Foi produzida uma carta de recomendações a partir do que foi discutido. A primeira delas é que devemos abandonar o conceito de fake news, pois precisamos trabalhar com a ideia de desinformação. É importante produzir uma taxonomia de diferentes formas de desinformação. Ela pode acontecer não necessariamente com a produção de um conteúdo falso, uma notícia falsa, mas, por exemplo, com a publicação proposital de uma notícia de quatro anos atrás fora de contexto. Ou mesmo com a mobilização de vários robôs para reforçar um tipo de discurso opinativo, que tem um caráter muito agudo, desestabilizador. Há processos de desinformação que se combinam com crimes, que é o discurso de ódio. Essas diferentes formas de desinformação merecem um tratamento adequado para cada uma delas. Mais importante do que isso, a solução não passa pela via legalista, de crime, de criar novos tipos penais de criminalização, porque já existe regulação para crimes de injúria e difamação. O fenômeno novo é o entendimento de outras formas de desinformação que passam ao lado do que era tipificado.

Estratégias de enfrentamento

Algumas estratégias estão sendo recomendadas, como empoderar os cidadãos e os canais de verificação de fatos para que as pessoas sejam mais ativas na reação ao conteúdo que chega via WhatsApp, por exemplo, para que possam verificar se é falso ou não. Uma das ideias é publicar cartilhas para que as pessoas possam verificar se há embasamento, fonte, referências. Além disso, é fundamental ter mais diversidade de mídias, pois quanto mais concentrada a mídia, mais problemas de desinformação. É preciso aprovar a lei de dados pessoais e ter um controle muito rigoroso de como os

dados são coletados, tratados e divulgados, porque toda a indústria de fake news se estrutura a partir desses processos ilegais de coleta de dados. É preciso, também, o envolvimento dos bibliotecários, das escolas, para falar abertamente sobre educação e formação cidadã, que é caixa de ferramentas do cidadão do século XXI para enfrentar o cenário que está posto de que existe uma guerra informacional com empresas trabalhando ilegalmente para desinformar e grupos políticos contratando esse serviço. Por fim, é preciso ter um cuidado com as regras já existentes, especialmente com o Marco Civil da Internet, para que a justiça eleitoral não crie coisas que vão confrontar o modelo de regulação civil da Internet.

É interessante também a ideia de que a responsabilização tem que ser de todo mundo, as empresas precisam fazer muito mais coisas, dar mais transparência à forma como os conteúdos são impulsionados, se há utilização de robôs ou não em suas redes, é preciso apresentar os fluxos de informação muito intensos de um determinado conteúdo que podem demonstrar um ataque informacional. As ONGs podem fazer muito mais cartilhas e projetos de envolvimento com a população, as universidades podem fazer muito mais. Não se trata de apontar o dedo na cara de um setor ou de uma pessoa e dizer “você é o responsável” para o problema da desinformação. É preciso, antes, fazer um papel muito crítico de autoavaliação dos múltiplos papéis que nós temos como profissionais e cidadãos.

Esse aspecto é muito importante para combater um tipo de resposta como “bala de prata”, capaz de resolver todos os problemas, o que é uma tendência muito grande do Congresso nacional, empolgado com a vontade de criar leis de combate às notícias falsas. Ainda tem o fato de que eles [os congressistas] se beneficiam com isso, pois minam as críticas e as sátiras contra eles e corremos um risco muito grande de silenciar vozes alternativas. Se aprovarmos um modelo jurídico que abre a possibilidade

“Os mecanismos eleitorais se tornam muito porosos e muito influenciáveis pela tecnologia da informação”

IHU On-Line – De que ordem são os problemas das fake news? Não se trata de algo mais amplo, que rompe as fronteiras do teor conteudístico?

Rafael A. F. Zanatta – O Comitê Gestor da Internet fez um seminário, na primeira quinzena de abril, que foi muito rico na discussão. Foram convidados integrantes de Centros de Pesquisas, jornalistas da mídia tradicional, jornalistas de novas mídias de *fact checking*, mídias alternativas, representantes das

de retirada do conteúdo sob o risco de multa, o Google e o Facebook terão um incentivo muito grande para retirar do ar um material que pode até mesmo ter sido apurado. Isso é praticamente um processo duplo de restrição da liberdade e de controle. Em suma, os processos de remoção automática de conteúdo são inviáveis pelas consequências que eles produzem.

“Há processos de desinformação que se combinam com crimes, que é o discurso de ódio”

IHU On-Line – Como combater a produção das fake news sem escorregar na censura?

Rafael A. F. Zanatta – Tem uma publicação recente chamada de *The science of fake news*, publicada em março na Revista Science, assinada por oito dos principais acadêmicos de internet no mundo, incluindo Jonathan Zittrain que escreveu *The future of Internet* (Virginia: Yale University Press, 2008). Mesmo todos esses pesquisadores concordam que a resposta à pergunta é que não há respostas de como combater as fake news. O ponto principal é a necessidade de reorientar o discurso para além das fake news reconhecendo essas várias falas de desinformação e a intencionalidade dos agentes.

Existe uma diferença profunda entre a página do movimento terraplanista – dos defensores de que a terra é plana – e uma notícia da *Folha de São Pedro*, dois dias antes das eleições, dizendo que a Marina Silva cheira cocaína. Há uma diferença profunda, porque a *Folha de São Pedro* tenta fazer a manchete mimetizando o formato de uma mídia tradicional e gerando uma notícia fraudulenta. Há uma intencionalidade específica, que é uma reversão monetária obtendo recursos com cliques e a produção de uma guerra informacional para destruir a base votante da Marina. Por outro lado, a página do movimento terraplanista é uma crença não fundamentada cientificamente. Não dá para colocar as duas coisas no mesmo balaio. Esta é a necessidade de separar as coisas e fazer uma taxonomia.

Se nós pudéssemos olhar com algumas variáveis, é preciso ver primeiro a forma, as notícias falsas tentam emular ou mimetizam a estrutura da mídia tradicional; a intencionalidade, o que o agente produtor está querendo com isso; e ver qual a dimensão do dano que isso causa. Esse último ponto é um dos mais difíceis de se avaliar atualmente. No mês de março a União Europeia publicou o relatório do *High Level Group of Fake News*. Estes estudiosos chegaram, justamente, ao problema de como dimensionar o dano causado pelos diferentes tipos de desinformação, fazendo um apelo para que as universidades e as entidades civis se unam para a criação de metodologias de coisas que podem funcionar para combater.

No Brasil temos o exemplo do Pegabot, uma plataforma desenvolvida pelo Instituto de Tecnologia e Sociedade - ITS e Instituto de Tecnologia

e Equidade - ITE, que são centros de pesquisa de direito e tecnologia. Eles lançaram essa plataforma que identifica a probabilidade de um perfil no Twitter ser um robô, a partir de uma metodologia acadêmica de um *paper* apresentado três anos atrás. Trata-se de uma espécie de barômetro de robôs usados para manipulação eleitoral. É uma forma de usar os próprios robôs para combater robôs de manipulação. Ainda precisamos mensurar para ver se vai dar certo, inclusive pelo risco de esses robôs pegarem perfis verdadeiros e identificá-los como falsos. Estamos em um momento muito interessante para experimentar com várias soluções que não são simplesmente jurídicas, mas sociotécnicas e educacionais, e combater a formação dessa indústria específica, chamada pela revista *Science* de *fake news outlet*. Trata-se, de fato, de indústrias que foram construídas para criar notícias fraudulentas e vender esse serviço para consultorias políticas. Isso sim é uma questão a ser criminalizada. Esse tipo de empresa não pode operar, porque o objeto jurídico da empresa é ilegal, tem que ter, inclusive, um mecanismo de fiscalização tributária, de registro e de utilização do nosso direito comercial já existente para impedir que estas empresas operem. Isso é diferente de criminalizar as condutas e fiscalizar as redes sociais para ver o que está sendo publicado de verdadeiro ou falso, o que é inviável, de colocar na responsabilidade de alguém essa função de determinar a verdade. Isso é o que nós temos que evitar. Há agora um momento de pensar fora da caixinha, experimentar soluções com diferentes atores e avaliá-las a tempo. No caso do Brasil temos poucos meses pela frente para fazer esse exercício coletivo. ■



A liberdade contra o “ministério da verdade”

Para Sérgio Amadeu o mais importante é construir valores sociais que sejam fundamentados no respeito à diversidade e à diferença como força tensionadora aos grupos hegemônicos

Ricardo Machado e Wagner Fernandes de Azevedo

Os sistemas de poder se estabilizam a partir de regimes de verdade construídos socialmente. Embora não haja nenhuma novidade na frase que abre esta entrevista, as sociedades tecnocientíficas nos jogam diante de um desafio de escalas exponenciais no que diz respeito ao enfrentamento coletivo das fake news. “Nós precisamos ter muita clareza de que a luta contra as fake news não pode virar uma ação de censura prévia ou a perseguição de determinados grupos não hegemônicos na sociedade”, pontua o professor e pesquisador Sérgio Amadeu, em entrevista por telefone à IHU On-Line. “Eu temo muito que o governo e órgãos de Estados tentem construir um ‘ministério da verdade’, porque isso coloca em risco a democracia”, acrescenta.

Some-se a isso um certo modo de ser no ambiente *web*, mas também socialmente, que pode ser caracterizado por aquilo que o entrevistado chama de “razão cínica”, que acaba gerando visões impositivas e odiosas. “O importante era que começássemos a construir valores baseados na liberdade e na diversidade. Um mundo sem diversidade é pobre e autoritário. Esses valores temos que tentar construir dioturnamente nas redes, no cotidiano, nas famílias, nas escolas e onde estivermos”, pondera Amadeu. Sobre a verificação acerca das informações publicadas nas redes digi-

tais, o professor é enfático ao ressaltar que é uma tarefa muito mais ampla do que a de definir o que seria uma notícia falsa ou não. “A checagem de fatos precisa ser feita por grupos grandes e coletivos, porque isso vai ajudar as pessoas a não ficar tão contaminadas pelo ódio, o que é muito ruim para a sociedade e destruturante para a democracia, que fica fragilizada à medida que é estruturada por calúnias, inverdades e em discursos completamente descontextualizados”, complementa.

Sérgio Amadeu, doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo - USP, participou da implementação dos Telecentros na América Latina e da criação do Comitê de Implementação de Software Livre - CISL. Também foi presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI da Casa Civil da Presidência da República. É professor na Universidade Federal do ABC - UFABC. É autor de, entre outros, *Exclusão digital: a miséria na era da informação* (São Paulo: Perseu Abramo, 2001); *Software Livre: a luta pela liberdade do conhecimento* (São Paulo: Perseu Abramo, 2004) e *Comunicação Digital e a Construção dos Commons: redes virais, espectro aberto e as novas possibilidades de regulação* (São Paulo: Perseu Abramo, 2007).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como o senhor compreende o problema das fake news nas sociedades contemporâneas?

Sérgio Amadeu – Primeiro que nossas sociedades são, cada vez mais, hiperconectadas, cuja importância da comunicação é crescente. Então os

processos de desinformação, principalmente a partir das redes sociais, passam a adquirir uma qualidade diferente do período pré-internet.

“A desinformação adquiriu uma velocidade maior e ela se transformou em parte do jogo político de nossas sociedades”

A manipulação, desinformação e o exagero existem há muito tempo e eles foram ferramentas políticas em processos que conhecemos desde o século XIX. Contudo, a desinformação adquiriu uma velocidade maior e ela se transformou em parte do jogo político de nossas sociedades. Esse foi o cenário em 2016 que levou uma série entidades norte-americanas a declararem que as fake news eram o grande novo problema nos processos democráticos. Para começo de conversa esse problema não é novo; segundo que, apesar de ser um problema, ele é totalmente solucionável. Eliminar da política o exagero e a desinformação dos processos de embate parece ser uma missão impossível. O que nós podemos fazer é, cada vez mais, buscar a qualidade da internet também com velocidade, intensidade e amplitude para mostrar que uma série de notícias não são procedentes e são mentirosas.

Recentemente vimos no caso da Marielle¹ grupos caluniando a memória e a imagem da vereadora que trabalha na defesa dos direitos humanos, feminismo e da luta antirracista. Foi preciso mostrar que muitas daquelas informações eram mentiras. Não se trata de estabelecer padrões sobre o que é a verdade, pois isso é muito mais complicado do que fazer a checagem do fato e ver se ele foi relatado com exagero ou não. Nós

precisamos ter muita clareza de que a luta contra as fake news não pode virar uma ação de censura prévia ou a perseguição de determinados grupos não hegemônicos na sociedade.

IHU On-Line –O que está por trás do desejo irrefreável do Estado em combater as fake news? O que prevalece é o interesse público ou dos governantes em não “manchar” a própria imagem?

Sérgio Amadeu – Essa pergunta é bastante pertinente no cenário atual. A grande mídia durante muitos processos eleitorais praticou a distorção dos fatos, apoiou empresários e cometeu exageros para beneficiar certos candidatos. Tentar fazer no momento atual, sobretudo na internet que é onde existe um contraponto aos grandes meios de comunicação, uma definição de qual seria o discurso da verdade não é possível (o que já foi tentado fazer pela filosofia e pela sociologia).

Nós estamos muito preocupados que a própria justiça eleitoral tenha sido a proponente de um grupo, composto por Polícia Federal, militares do Exército, membros do Ministério Público, que seria responsável por policiar os veículos e definir o que é e o que não é fake news. Isso é muito perigoso e nos coloca diante de um equívoco, a justiça não deve se comprometer com a definição do que é notícia falsa ou não, porque ela vai julgar o que a sociedade vai apresentar a ele e não pode, de antemão, dizer que existe uma verdade perene. Isso é um absurdo e corre o

risco de termos um processo de criminalização de discursos contra-hegemônicos.

A campanha promovida pelo governo Temer a favor da reforma da Previdência foi claramente exagerada com o agravante de que foi paga com verbas publicitárias do dinheiro público. O que nós podemos fazer? Podemos levar esse discurso à justiça para debater se aquilo era verdadeiro. O próprio governo Temer dizia que se não houvesse a reforma da Previdência o Brasil iria parar, e o país não parou, tanto que a proposta foi recuada. Era efetivamente uma campanha exagerada baseada em inverdades. Contudo, como ela era promovida pelo governo Executivo ela tinha o status de verdade, mas evidentemente não é verdadeiro. Eu temo muito que o governo e órgãos de Estados tentem construir um “ministério da verdade”, porque isso coloca em risco a democracia.

Nos Estados Unidos, que é uma democracia liberal antiga, nós percebemos nas práticas discursivas que a democracia convive com um grau de inverdade, que, inclusive, é elevado. Porém ela não convive com a censura e a perseguição política porque isso destrói as bases da cultura democrática. Curiosamente a pauta das fake news vem para o Brasil dos Estados Unidos e é comprada por determinados grupos incrustados na máquina do Estado que passam a dizer que esse é o maior problema nacional. É muito difícil aceitar isso, ainda que reconheçamos que há, sim, a disseminação dos discursos não verdadeiros, exagerados, des-

¹ **Marielle Francisco da Silva ou Marielle Franco** (1979-2018): foi uma socióloga, feminista, militante dos direitos humanos e política brasileira. Filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), elegeu-se vereadora do Rio de Janeiro na eleição municipal de 2016, com a quinta maior votação. Crítica da intervenção federal no Rio de Janeiro e da Polícia Militar, denunciava constantemente abusos de autoridade por parte de policiais contra moradores de comunidades carentes. Em 14 de março de 2018, foi assassinada a tiros. (Nota da **IHU On-Line**)

contextualizados e descabidos.

Isso tudo existe, mas é tarefa dos jornalistas, dos meios de comunicação, dos blogs, dos acadêmicos e até mesmo, quando for um caso como o relatado da Marielle, do próprio Judiciário, incluído aí o Ministério Público, já que ela foi caluniada por uma juíza. Esse caso mostra que a origem da fake news no Brasil está muito vinculada ao discurso de ódio. Os grupos que mais pilham notícias falsas são aqueles que têm uma identificação muito grande com ideias racistas, homofóbicas, misóginas, anticomunistas e preconceito religioso (praticado inclusive por religiosos fundamentalistas).

IHU On-Line – Por que a propaganda paga nas redes sociais, os famosos impulsionamentos do Facebook, geram um problema social?

Sérgio Amadeu – Primeiro que os usuários não percebem que os anúncios que aparecem no *feed* estão sendo pagos. É muito comum que nos grupos de WhatsApp se divulguem informações falsas sob a justificativa de que a pessoa viu no Facebook. A própria regra eleitoral não permite a propaganda na internet, mas admite o impulsionamento de conteúdo pago, ou seja, privilegiando o poder econômico e a disseminação de mentiras na rede. Uma série de grupos, incluídos aí a JBS, principalmente os ligados às forças conservadoras e os sistemas de eleição no Brasil se instituíram com o financiamento de empregados. Isso é preocupante na campanha eleitoral. Há uma mediação algorítmica, o Facebook ganha com o impulsionamento, e ele não tem a obrigação de fazer uma checagem se aquele conteúdo é ou não mentiroso.

Deveria ser proibido que partidos e candidatos gastassem dinheiro impulsionando conteúdo na rede social. Alguém poderia dizer que os públicos apoiadores poderiam fazer essa disseminação, o que ocorreria sem dúvidas, mas aí precisaria haver mecanismos de cobrar do Facebook e

outras redes a checagem dos fatos às mensagens ofensivas a pessoas que foram atingidas por memes notoriamente mentirosos. A JBS, cujos áudios divulgados são de conhecimento público, apareceu em vários memes da internet como sendo propriedade do ex-presidente Lula², mas o que ninguém diz é que ela financiou o Movimento Brasil Livre - MBL.

É preciso que essa ideia do financiamento de postagens nas redes sociais seja aberta à sociedade civil para que se tenha acesso a essas informações, de modo que isso permitiria uma maior transparência de quem está pagando por esse tipo de disseminação. Alguns pagamentos são muito caros, gastam-se milhares de reais com isso e a sociedade tem o direito de saber quem está pagando.

IHU On-Line – É possível produzir um algoritmo capaz de identificar notícias falsas? Quais os riscos implicados nestas estratégias?

Sérgio Amadeu – Eu não acho possível o algoritmo identificar notícias falsas. Pense em uma notícia assim: “a senadora ‘X’ falou à Al Jazeera conclamando grupos terroristas para apoiar a sua causa”. Esse é um dos memes realmente divulga-

dos por uma senadora que é do Rio Grande do Sul contra outra senadora de Curitiba. Veja, aparentemente fazer a filtragem de uma notícia por meio de um algoritmo pode parecer fácil, mas ele, por mais inteligente que seja, para qualificar o discurso vai ter que entender a semântica e entender o que aquela pessoa realmente falou para a Al Jazeera, mas isso é muito perigoso.

No caso da Marielle, uma série de grupos disseminaram que ela era casada com Marcinho VP. Para provar o contrário, as pessoas têm que ir na comunidade que ela morava, conversar com a família, ir no cartório e fazer uma apuração para descortinar se aquilo é uma mentira. O algoritmo não sai na rua fazendo apurações, que é um trabalho muito difícil realizado, normalmente, pelo jornalista. O algoritmo precisa da intermediação de alguém que faça a checagem dos fatos.

Há outro fator. Uma vez que os fatos são checados é possível descobrir onde aqueles memes que divulgam mentiras foram distribuídos. Uma das tarefas que poderiam ser úteis para as redes sociais é pegar uma notificação e informar a todos que receberam o meme que aquilo foi checado e é claramente mentiroso. Mas mesmo esta estratégia é perigosa porque nem toda a notícia pode ser qualificada como verdadeira ou mentira, ela tem um grau de exagero e aí é que mora o grande perigo, simplesmente porque não dá para falar que um texto de um jornalista é simplesmente uma mentira porque se trata de uma opinião não vinculada a fatos. Eu temo muito pelo uso dos algoritmos como solução ao combate às inverdades.

IHU On-Line – Até que ponto essa economia do escândalo político midiático é efeito da crise da democracia representativa?

Sérgio Amadeu – O Manuel Castells³ vincula a política do escândalo

² **Luiz Inácio Lula da Silva** (1945): Trigesimo quinto presidente do Brasil, cargo que exerceu de 2003 a 1º de janeiro de 2011. É co-fundador e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores – PT. Em 1990, foi um dos fundadores e organizadores do Foro de São Paulo, que congrega parte dos movimentos políticos de esquerda da América Latina e do Caribe. Foi candidato a presidente cinco vezes: em 1989 (perdeu para Fernando Collor de Mello), em 1994 (perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e em 1998 (novamente perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e ganhou as eleições de 2002 (derrotando José Serra) e de 2006 (derrotando Geraldo Alckmin). Lula bateu um recorde histórico de popularidade durante seu mandato, conforme medido pelo Datafolha. Programas sociais como o Bolsa Família e Fome Zero são marcas de seu governo, programa este que teve seu reconhecimento por parte da Organização das Nações Unidas como um país que saiu do mapa da fome. Lula teve um papel de destaque na evolução recente das relações internacionais, incluindo o programa nuclear do Irã e do aquecimento global. É investigado na operação Lava-Jato e foi denunciado em setembro de 2016 pelo Ministério Público Federal (MPF), apontado como receptor de vantagens pagas pela empreiteira OAS em um triplex do Guarujá. No dia 12 de julho de 2017, Lula foi condenado pelo juiz federal Sérgio Moro, em primeira instância, a nove anos e seis meses de prisão em regime fechado por crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. No dia 24 de janeiro de 2018, por unanimidade, os três desembargadores da 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região confirmaram a condenação de Lula, elevando a pena para 12 anos e um mês de prisão. No dia 7 de abril de 2018 Lula, após mandado de prisão expedido pelo judiciário, entregou-se à Polícia Federal onde se mantém sob custódia na Superintendência do órgão em Curitiba. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Manuel Castells** (1942): sociólogo espanhol. Entre 1967 e 1979 lecionou na Universidade de Paris, primeiro no

com a crise da democracia representativa. Eu agregaria um outro fator a isso. O Guy Debord⁴, em 1968, publicou o livro *A sociedade do espetáculo* (Rio de Janeiro: Contraponto, 1997) e de lá para cá a mercantilização extrema, que é a base da sociedade da espetacularização, avançou sobre o jornalismo transformando o telejornalismo em um verdadeiro espetáculo. Quanto à política, ela passou a discutir menos seus programas nos horários gratuitos e nos debates para se focalizar nos escândalos. A espetacularização é efeito de uma sociedade que se volta para o mercado.

Na própria relação de compra e venda de produtos, o refrigerante não vende um objeto, mas uma experiência fenomenal, um mundo em torno dele, vende antes de mais nada uma estética. A política acompanhou isso com a completa incapacidade da democracia representativa de resolver problemas cruciais das nossas sociedades. A cada quatro anos o liberal acredita que se elege um funcionário – essa é a noção do deputado – para atender os interesses da sociedade. O ponto é que esse deputado está descolado dos interesses da sociedade e, mesmo estando vinculado a uma base, é muito diferente a tarefa de fiscalizar as votações que são cruciais para a vida dela.

Nós tínhamos que fazer valer os mecanismos da nossa Constituição Federal de 1988, que é muito avançada porque ela mantém o trânsito com uma democracia representativa e amplia a possibilidade de participação da população. Nós deveríamos ampliar soluções de participação e envolvimento das pessoas e tornar a política real, e não algo “para inglês

ver”, criando mecanismos de deliberação mais próximos da sociedade. Como isso não é feito, nós temos um processo eleitoral cada vez mais focado na criminalização do discurso do outro.

Como nada disso é feito, nós temos um processo eleitoral cada vez mais focado na criminalização do discurso do outro, então não basta que o inimigo do neoliberal seja uma pessoa que defenda a igualdade, ele tem que ser apresentado como um criminoso, um falsário. Por isso não basta atacar as políticas do ex-presidente Lula, não basta atacar as ideias de Bolsa Família ou de renda mínima, citada inclusive por Elon Musk⁵, do Vale do Silício. Aqui no Brasil, inclusive por conta da crise, não basta criticar as políticas do ex-presidente, ele tem que ser transformado em um falsário, de modo que o personagem com maior apoio popular em uma eleição seja retirado da disputa eleitoral.

IHU On-Line – Que tipo de regime de verdade tenta ser produzido a partir de todo o debate em torno das fake news?

Sérgio Amadeu – Não há poder, como diria Foucault⁶, sem o estabelecimento do que seria a verdade. Não há poder que diga que determinada política será apresentada independente de se aquilo proposto se refere a fatos verdadeiros ou não. O governo sempre vai apresentar uma proposta vinculada à verdade. Os regimes de verdade dão suporte (no sentido de sustentar) às ações

do poder político. O Bush⁷, quando compartilhava a ideia do aquecimento global, se escorava em cientistas que afirmavam que a Terra aquece normalmente e o crescimento das temperaturas não tem nada a ver com a queima de combustíveis fósseis. Contrariamente há uma série de outros cientistas, a maioria inclusive, que demonstravam que era necessário assinar o Protocolo de Kyoto⁸ e reduzir drasticamente os poluentes. Nós temos um grau elevado de evidências e informações que o aquecimento se acelerou depois da industrialização, mas há uma disputa sobre o tema. Com isso o poder político vai fazer determinadas ações construindo aqueles discursos que lhes darão sustentação.

Os Estados Unidos “nunca” invadiram um país por interesse econômico, eles sempre invadem em defesa de interesses humanitários. Então eles armam os guerrilheiros dentro da Síria contra o Assad⁹ porque seu governo é uma ditadura e depois fazem operações militares lá porque “querem implantar a democracia na Síria”. O historiador que vai olhar friamente a história norte-americana vai perceber que nada disso é verdadeiro, porque distante poucos quilômetros dali os Estados Unidos estão sustentando um governo muito tirano, que é o da Arábia Saudita. Apesar da Arábia Saudita ser sunita e fundamentalmente religiosa, ela é, efetivamente, aliada dos Estados Unidos. Então o regime de verdade da invasão do Iraque, que é para combater o ditador e encontrar ar-

campus de Nanterre e, em 1970, na “École des Hautes Études en Sciences Sociales”. No livro “A sociedade em rede”, o autor defende o conceito de “capitalismo informacional”. Foi nomeado em 1979 professor de Sociologia e Planejamento Regional na Universidade de Berkeley, Califórnia. Em 2001, tornou-se pesquisador da Universidade Aberta da Catalunha em Barcelona. Em 2003, juntou-se à Universidade da Califórnia do Sul, como professor de Comunicação. Segundo o Social Sciences Citation Index Castells foi o quarto cientista social mais citado no mundo no período 2000-2006 e o mais citado acadêmico da área de comunicação, no mesmo período. (Nota da **IHU On-Line**)

⁴ **Guy Debord** (1931-1994): filósofo e sociólogo francês, autor de *A sociedade do espetáculo – Comentários sobre a sociedade do espetáculo* (Rio de Janeiro: Contraponto) e fundador da Internacional Situacionista (IS). Sobre ele, confira ainda a autobiografia *Panegyrique* (Paris: Éditions Gérard Lebovici). (Nota da **IHU On-Line**)

⁵ **Elon Reeve Musk** (1971) é um empreendedor e filantropo sul-africano, envolvido na estruturação de empresas como Paypal, SpaceX e Tesla Motors. (Nota da **IHU On-Line**)

⁶ **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte), situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas do termo. Em várias edições, a **IHU On-Line** dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>; edição 203, de 6-11-2006, disponível em <https://goo.gl/C2rx2k>; edição 364, de 6-6-2011, intitulada ‘*História da loucura*’ e o *discurso racional em debate*, disponível em <https://goo.gl/wjqFL3>; edição 343, *O (des)governo biopolítico da vida humana*, de 13-9-2010, disponível em <https://goo.gl/M95yPv>, e edição 344, *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <https://goo.gl/RX62qN>. Confira ainda a edição nº 13 dos Cadernos IHU em formação, disponível em <http://bit.ly/ihuon13>, *Michel Foucault – Sua Contribuição para a Educação, a Política e a Ética*. (Nota da **IHU On-Line**)

⁷ **George W. Bush** (1946): foi o 43º presidente dos Estados Unidos, sucedendo Bill Clinton em 2001. Em 2009, foi sucedido por Barack Obama. Foi governador do Texas entre 1995 e 2000. (Nota da **IHU On-Line**)

⁸ **Protocolo de Kyoto ou Protocolo de Quioto**: consequência de uma série de eventos iniciada com a Toronto Conference on the Changing Atmosphere, no Canadá (outubro de 1988), seguida pelo IPCC’s First Assessment Report em Sundsvall, Suécia (agosto de 1990) e que culminou com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (CQNUMC, ou UNFCCC em inglês) na ECO-92 no Rio de Janeiro, Brasil (junho de 1992). Também reforça seções da CQNUMC. Constitui-se no protocolo de um tratado internacional com compromissos mais rígidos para a redução da emissão dos gases que agravam o efeito estufa, considerados, de acordo com a maioria das investigações científicas, como causa antropogênica do aquecimento global. (Nota da **IHU On-Line**)

⁹ **Bashar Hafez al-Assad** (1965): é um político sírio e o atual presidente de seu país e Secretário Geral do Partido Baath desde 17 de julho de 2000. Sucedeu a seu pai, Hafez al-Assad, que governou a Síria por 30 anos até sua morte, no comando do país. (Nota da **IHU On-Line**)

mas químicas de destruição em massa, foi baseado em mentiras.

O regime de verdade é um elemento crucial do poder político. Ele impulsiona e se coloca na sociedade a partir dessa legitimação das ações que são articuladas como verdade.

IHU On-Line – Pensando as fake news somente como a ponta do iceberg de um processo mais amplo, que valores estão sendo produzidos no interior das redes digitais?

Sérgio Amadeu – Essa é uma pergunta muito difícil de responder. A tecnologia da internet é ambivalente. Ela tanto é potente para que possamos disseminar valores éticos e importantes, como as garantias à diversidade cultural, social e de gênero (como já é realizado), mas ao mesmo tempo tem uma rede distribuída e veloz, e cada vez mais crescente, que é capaz de disseminar o ódio, a mentira e valores que restringem a liberdade.

Na época do Marco Civil da Internet, um apoiador do deputado Jair Bolsonaro¹⁰, que defende a ditadura

militar, dizia “que o Marco Civil queria tolher a nossa liberdade”. Mas como alguém que defende a ditadura é capaz de falar em liberdade? Na verdade, era uma postura para combater uma lei que assegurava alguns direitos na rede, mas usada de maneira cínica. Atualmente, na internet, a razão cínica prepondera em muitos grupos. Há um embate em uma rede que serve à liberdade e ao totalitarismo.

O fascismo hoje não é aquele como foi organizado pelo Mussolini¹¹ ou pelo Partido Nacional Socialista alemão, ele é disseminado pela lógica da supremacia neoliberal em seus arranjos mais inusitados. Há analistas que defendem que a Amazônia é muito cara para o Brasil manter e que, portanto, é melhor ela ser administrada pelos Estados Unidos. Os nacionalistas militares defendem a venda da Embraer para a Boeing. Então, veja, a defesa de um nacionalismo mais clássico que defende a unidade territorial ou razões de Estado de viés nacionalista aparece de forma completamente distorcida. É um discurso pelo Brasil e pela nacionalidade, mas entrega todas as riquezas porque é o canto da sereia neoliberal que está regendo essas ações.

Temos tudo isso na rede, a ponto de o Jornal Nacional ler uma postagem no Twitter de um general para mandar um recado ao Supremo Tribunal Federal - STF. Mas qual é o recado? Uma ameaça de ruptura institucional por parte das Forças Armadas. Tudo isso está presente na rede, inclusive a replicação desta mensagem do general Villas Boas por robôs, de modo que grande parte dos milha-

res de curtidas que ele teve foram de bots, de mecanismos automáticos, para dar impressão que ele teve mais apoio do que de fato ocorreu.

O importante era que começássemos a construir valores baseados na liberdade e na diversidade. Um mundo sem diversidade é pobre e autoritário. Esses valores temos que tentar construir dioturnamente nas redes, no cotidiano, nas famílias, nas escolas e onde estivermos.

IHU On-Line – Como combater a produção das fake news sem escorregar na censura?

Sérgio Amadeu – Primeiro isso passa por uma postura individual, de modo que é preciso desconfiar de tudo antes de publicar, mesmo que seja muito favorável às ideias que a pessoa acredita. Eu mesmo recebi postagens dizendo que a Globo era dona da Mapfre, uma empresa de previdência privada. Para mim aquilo seria a consolidação do que eu acho ser a reforma da previdência, que é ampliar o espaço das empresas privadas, já que em nosso país é um mercado pequeno em relação a outros. Isso faria todo o sentido, mas era mentira. Ainda bem que eu apurei e não divulguei, pois estaria atrelado à divulgação de uma mentira.

Boa parte da sociedade não está interessada nisso, ao contrário, está interessada em defender a própria opinião com os recursos disponíveis. Mas é preciso que a imprensa, a sociedade civil e a academia, o máximo de organizações possíveis, contribuam com a checagem de fatos para distribuir informações contra a mentira na rede. Não acredito que a política agora, por conta da preocupação com a desinformação, vá construir algo positivo, muito menos que será capaz de criminalizar a mentira por meio da própria política. Não há poder que não construa a sua verdade e o problema é que quando se constrói a verdade do poder do Estado e da política, passa-se a definir que as outras visões devem ser consideradas não verdadeiras e combatidas, inclusive pelo poder judiciário, o que, de novo, é muito perigoso.

¹⁰ **Jair Bolsonaro (1955)**: militar da reserva e deputado federal nascido em Campinas (SP). De orientação política de extrema direita, conservadora e nacionalista, cumpre sua sétima legislatura na Câmara Federal. Em janeiro de 2018, anunciou sua filiação ao Partido Social Liberal (PSL), o nono partido político de sua carreira. Foi o deputado mais votado do estado do Rio de Janeiro nas eleições gerais de 2014. Ficou conhecido pela luta contra os direitos LGBT, pela defesa da ditadura e da tortura. Seus embates contra os direitos humanos são constantes. Suas declarações controversas já lhe renderam cerca de 30 pedidos de cassação e três condenações judiciais, desde que foi eleito deputado em 1989. Documentos produzidos pelo Exército Brasileiro na década de 1980 mostram que os superiores de Bolsonaro o avaliaram como dono de uma “excessiva ambição em realizar-se financeira e economicamente”. Seguindo o superior de Bolsonaro na época, o coronel Carlos Alfredo Pellegrino, “[Bolsonaro] tinha permanentemente a intenção de liderar os oficiais subalternos, no que foi sempre repellido, tanto em razão do tratamento agressivo dispensado a seus camaradas, como pela falta de lógica, racionalidade e equilíbrio na apresentação de seus argumentos”. É notório o seu machismo, como evidenciam as agressões e ofensas direcionadas a suas colegas parlamentares. Seu desrespeito à condição feminina não poupou nem a filha. Em abril de 2017, em um discurso no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro, Bolsonaro fez uma menção à caçula, então com seis 6 anos: “Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens, aí no quinto eu dei uma fraquejada e veio uma mulher”. Em uma entrevista para a revista Playboy, em junho de 2011, sua agressividade dirigiu-se aos gays: “Seria incapaz de amar um filho homossexual”. Ainda disse preferir que um filho “morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí”. Em abril de 2017, durante um discurso no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro, afirmou que acabará com todas as terras indígenas e comunidades quilombolas do Brasil caso seja eleito presidente em 2018. Também disse que terminará com o financiamento público para ONGs: “Pode ter certeza que se eu chegar lá não vai ter dinheiro pra ONG. Se depender de mim, todo cidadão vai ter uma arma de fogo dentro de

casa. Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou pra quilombola”. (Nota da **IHU On-Line**)

¹¹ **Benito Mussolini (1883-1945)**: jornalista e político italiano, governou a Itália com poderes ditatoriais entre 1922 e 1943, autodenominando-se Il Duce, que significa em italiano “o condutor”. Baseando-se numa filosofia política teoricamente socialista, conseguiu a adesão dos militares descontentes e de grande parte da população, alargou os quadros e a dimensão do partido. Após um período de grandes perturbações políticas e sociais, quando alcançou grande popularidade, guindou-se a chefe do partido, e em 1922 organizou a famosa marcha sobre Roma, um golpe de propaganda. Usando as suas milícias para instigar o terror e combater abertamente os socialistas, conseguiu que os poderes investidos o nomeassem para formar governo. Foi nomeado Primeiro Ministro pelo rei Vitor Manuel III, alcançando a maioria parlamentar e, consequentemente, poderes absolutos. (Nota da **IHU On-Line**)

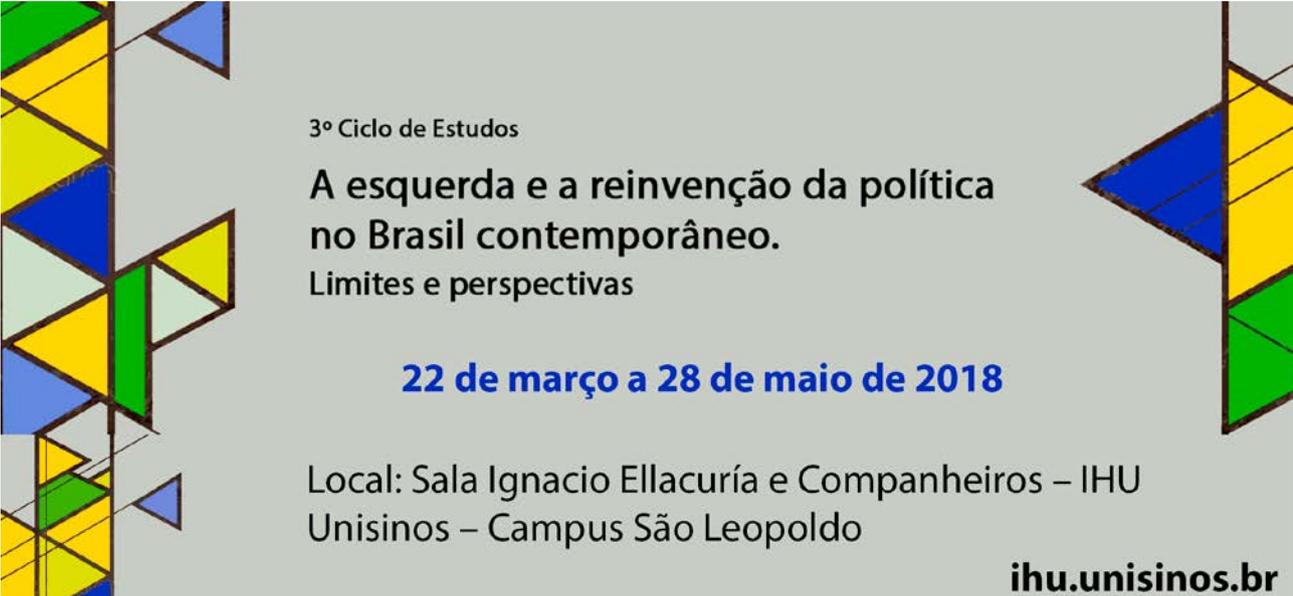
O que eu sugiro é que as pessoas, mesmo com suas convicções, procurem não reproduzir de pronto aquilo que seria a explicação de tudo. Por outro lado, a checagem de fatos precisa ser feita por grupos grandes e

coletivos, porque isso vai ajudar as pessoas a não ficar tão contaminadas pelo ódio, o que é muito ruim para a sociedade e desestruturante para a democracia, que fica fragilizada à medida que é estruturada

por calúnias, inverdades e em discursos completamente descontextualizados. Não vejo fórmula mágica capaz de combater a desinformação na rede, é uma tarefa múltipla e de muitas organizações da sociedade. ■

Leia mais

- **O fim da neutralidade e a transformação da internet numa rede de supermercado.** Entrevista especial com Sérgio Amadeu, publicada nas Notícias do Dia, de 11-1-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <https://bit.ly/2qJNWHy>.
- **“Uma internet mais cara para quem é mais pobre”. Empresas de telecomunicações atualizam as desigualdades no Brasil.** Entrevista especial com Sérgio Amadeu, publicada nas Notícias do Dia, de 21-2-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <https://bit.ly/2qN8Wx7>.
- **‘Internet no país, elogiada no mundo inteiro, está sob ataque do governo golpista’.** Entrevista especial com Sérgio Amadeu, publicada nas Notícias do Dia, de 22-7-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <https://bit.ly/2HMuXmQ>.
- **Marco Civil da Internet. “A guerra recém começou.”** Entrevista especial com Sérgio Amadeu, publicada nas Notícias do Dia, de 10-4-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <https://bit.ly/1hDi9c4>.
- **“Abandonar Snowden é uma causa indigna.”** Entrevista especial com Sérgio Amadeu, publicada nas Notícias do Dia, de 19-12-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <https://bit.ly/2HGGZR5>.
- **Marco Civil da Internet: a disputa pela rede.** Entrevista especial com Sérgio Amadeu, publicada nas Notícias do Dia, de 9-1-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <https://bit.ly/2qMI8wU>.
- **Creative Commons: um bem coletivo.** Entrevista especial com Sérgio Amadeu, publicada nas Notícias do Dia, de 7-2-2011, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <https://bit.ly/2HCm1TA>.



3º Ciclo de Estudos

**A esquerda e a reinvenção da política
no Brasil contemporâneo.**
Limites e perspectivas

22 de março a 28 de maio de 2018

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Unisinos – Campus São Leopoldo

ihu.unisinos.br

Da anomia ética a um novo pacto social

Pedro Gilberto Gomes analisa o problema das fake news em perspectiva com a nova ambiência das sociedades em midiatização

Ricardo Machado

24

Do princípio da comunicação humana, na pré-história, ao salto quântico comunicacional contemporâneo, os desafios éticos relacionados à comunicação foram ganhando proporções cada vez mais exponenciais. “No nosso caso, com toda essa ambiência de digitalização, devemos trabalhar e discutir o que é fundamental para a existência humana e os tipos de valores que devemos afirmar. Mais do que isso, a questão é como devemos reinterpretar alguns valores capazes de criar uma estrutura para que a ação das pessoas seja por elas balizada”, destaca o professor e pesquisador Pedro Gilberto Gomes, em entrevista concedida pessoalmente à **IHU On-Line**.

Essa construção de um novo paradigma ético nas novas ambiências digitais precisa encontrar sintonia com a multiplicidade de nossas sociedades. “O que deve ser trabalhado são as coisas fundamentais em termos de respeito à diferença, respeito às opções de cada um, à dignidade humana, aos direitos humanos, a questão da sustentabilidade e, a partir disso, em comunidade, construir um arcabouço novo de paradigmas que nos ajudem a trabalhar essa dimensão para que não seja essa anomia ética que estamos vivendo”, reitera.

“Nós temos que fazer o trabalho nesta dimensão com as pessoas para o desenvolvimento de princípios universais autoescolhidos. Trata-se do respeito à

diferença, ao diálogo, o respeito à vida, o direito à educação, à alimentação, à saúde, enfim, o direito de ser respeitado como tal. Aí, nesse tipo de trabalho, é que vamos fazer com que a ação de fake news seja diminuída, porque a censura não resolve”, pontua Gomes. “É importante discutir as fake news, colocar em pauta, conversar para ver o que fazer. A solução não é censurar, mas educar, compreender, articular dentro dos saberes, tendo a percepção de que a midiatização das sociedades veio para ficar”, complementa.

Pedro Gilberto Gomes é vice-reitor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Possui graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, especialização em Teologia pela Pontifícia Universidad Católica de Santiago, mestrado e doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo - USP. Atualmente atua, também, como professor titular da Unisinos. É autor e organizador de diversos livros, dos quais destacamos *10 Perguntas para a produção de conhecimento em comunicação* (São Leopoldo: Editora Unisinos, 2013), *Da Igreja Eletrônica à sociedade em midiatização* (São Paulo: Edições Paulinas, 2010) e *Filosofia e ética da comunicação na midiatização da sociedade* (São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como pensar a relação das fake news em perspectiva com as sociedades em midiatização?

Pedro Gilberto Gomes – Evidentemente as fake news são notícias falsas, manipulações para levar alguma vantagem financeira ou para diminuir

o outro. Esse tipo de jornalismo marrom sempre existiu. A diferença é que quando os Estados Unidos estavam com o problema do jornalismo mar-

“Com a sociedade em midiatização em que as pessoas interagem e, inclusive, com um celular na mão podendo produzir conteúdo em rede com o mundo todo, a dimensão das fake news se agudizou”

rom houve toda uma reformulação nas práticas e criou-se a pirâmide invertida para dar credibilidade ao jornalista. Atualmente, com a sociedade em midiatização em que as pessoas interagem e, inclusive, com um celular na mão podendo produzir conteúdo em rede com o mundo todo, a dimensão das fake news se agudizou. Como estamos em um tempo onde há uma espécie de anonimato na rede, as pessoas não têm mais nenhum compromisso com a verdade, essas pessoas são a revista na rede. Esse mundo que estamos vivendo hoje, de uma ambiência em midiatização, onde as crianças desde pequenas têm contato com o celular, de hiperconectividade, transforma ações que antes eram apenas do mundo do jornalismo em algo exponencial de cada indivíduo, que é anônimo e pode colocar o que quiser.

Ainda tem a dimensão de que a pessoa diz coisas na rede que não diria ao vivo, pois baseado no anonimato o que se diz na rede é muito forte. Hoje a prática de manipular notícias e buscar escândalos, que sempre existiu mas tinha uma certa limitação porque as pessoas liam e não praticavam, inverteu-se, de modo que as pessoas nem leem, apenas compartilham conteúdo manipulado. Resumindo, aquilo que sempre existiu é potencializado em uma sociedade hiperconectada.

IHU On-Line – As redes sociais parecem ter dado materialidade à “película pensante” de Teilhard de Chardin¹. O que

¹ Pierre Teilhard de Chardin (1881-1955): paleontólogo, teólogo, filósofo e jesuíta que rompeu fronteiras entre a ciência e a fé com sua teoria evolucionista. O cinquente-

significa esse salto quântico comunicacional?

Pedro Gilberto Gomes – A questão da película pensante, que McLuhan² vai trabalhar depois nos seus próprios termos, diz respeito à ideia de que existe uma película que envolve toda a terra. Teilhard vai falar que as coisas são cada vez mais complexas, então quanto mais contraído está o mundo em uma rede inconsútil, dirá McLuhan sobre o tema, mais relativizamos certos paradigmas, como, por exemplo, espaço-tempo, porque posso estar aqui no Brasil e falar com alguém na Coreia sem nenhum problema, rompendo com a interpretação linear destas duas dimensões. As redes sociais são a expressão desta dimensão em escala global.

O salto quântico diz respeito à física. Mas a analogia que faço é no

nário de sua morte foi lembrado no *Simpósio Internacional Terra Habitável: um desafio para a humanidade*, promovido pelo IHU em 2005. Sobre ele, leia a edição 140 da **IHU On-Line**, de 9-5-2005, *Teilhard de Chardin: cientista e místico*, disponível em <http://bit.ly/ihuon140>. Veja também a edição 304, de 17-8-2009, *O futuro que advém. A evolução e a fé cristã segundo Teilhard de Chardin*, em <http://bit.ly/ihuon304>. Confira, ainda, as entrevistas *Chardin revela a cumplicidade entre o espírito e a matéria*, na edição 135, de 5-5-2005, em <http://bit.ly/ihuon135> e *Teilhard de Chardin, Saint-Exupéry*, publicada na edição 142, de 23-5-2005, em <http://bit.ly/ihuon142>, ambas com Waldecy Tenório. Na edição 143, de 30-5-2005, George Coyne concedeu a entrevista *Teilhard e a teoria da evolução*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon143>. Leia também a edição 45 dos Cadernos IHU ideias *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica*, disponível em <http://bit.ly/1161WAC>; a edição 78 dos Cadernos de Teologia Pública, *As implicações da evolução científica para a semântica da fé cristã*, disponível em <http://bit.ly/1pvlEG2>; e a edição 22 dos Cadernos de Teologia Pública, *Terra Habitável: um desafio para a teologia e a espiritualidade cristãs*, disponível em <http://bit.ly/1pvlJL>. (Nota da **IHU On-Line**)

² **Herbert Marshall McLuhan** (1911-1980): sociólogo canadense. Fez, em suas obras, uma crítica global de nossa cultura, apontando o fim da era do livro, com o domínio da comunicação audiovisual. Seus principais livros são *A galáxia de Gutenberg* (1962) e *O meio é a mensagem* (1967). Confira a edição 357 da IHU On-Line, de 11-4-2011, intitulada *100 anos de McLuhan: um teórico de vanguarda*, disponível em <http://bit.ly/oZJlrh>. (Nota da **IHU On-Line**)

seguinte sentido: a espécie humana vem em um nível e em determinado momento faz um salto, subindo de patamar para outra realidade. Este salto tem a característica de ser irreversível e, muito embora pareça uma novidade absoluta, ele é consequência do caminho trilhado até então. Na história da humanidade houve um momento em que os hominídeos começaram a desenvolver a linguagem, até por conta de sua característica gregária e pela necessidade de defesa comum no ambiente. Em outro momento aconteceu o primeiro salto quântico, que foi a escrita. A partir dela a humanidade foi desenvolvendo vários ciclos de aperfeiçoamento de comunicação e com isso teve consequências que o próprio McLuhan chamou de destrabalização. Isto é, de uma vida em tribo e tradição oral para uma sociedade em que, com a escrita, não se precisa mais dos anciãos para contar histórias. No caso dos hieróglifos egípcios, que não são outra coisa senão sinais sagrados, quem podia lê-los eram os sacerdotes. Então, a humanidade foi se desenvolvendo e mais tarde criou o alfabeto, que é uma simplificação, mas que deu origem à possibilidade do pensamento lógico.

No século XV houve a invenção dos tipos móveis, que foi o que completou esse primeiro salto quântico. Depois a passagem do vapor para a eletricidade nos levou a outro patamar. Foi a eletricidade que permitiu uma série de desenvolvimentos significativos, inclusive com os meios analógicos, mas com a digitalidade temos mais um salto quântico. Essa película pensante é a materialização

dessa interconectividade e dentro do processo de evolução ocorrido ela não regressa, do mesmo modo como não podemos nos lembrar de como era quando éramos analfabetos. Nós não voltaremos atrás nesta digitalidade, a menos que ocorra um cataclismo, a tendência é ela se agudizar. Todo este desenvolvimento, segundo Teilhard, está ligado ao desenvolvimento do homem em busca do ponto ômega, o noético.

IHU On-Line – Qual a necessidade e como estruturar um projeto de ética, no sentido de “maneira de ser”, alinhado com os desafios contemporâneos das sociedades tecnocientíficas?

Pedro Gilberto Gomes – Um dos capítulos do meu último livro – *Dos meios à midiatização* (São Leopoldo: Editora Unisinos, 2017)³ – trata da questão de uma nova ética, uma nova moral. Como faço uma distinção entre ética (ética comunitária) e a moral social vigente, explico que nossas sociedades vêm num modo de agir, que é o nosso cotidiano, em que apenas reproduzimos sem raciocinar muito. Contudo, existe uma dimensão maior e mais universal que permanentemente está julgando esse novo modo de estar no mundo e que pode, por meio de uma perspectiva crítica, expressar uma nova maneira de agir, que se transformará em uma nova moral social vigente.

No nosso caso, com toda essa ambiência de digitalização, devemos trabalhar e discutir o que é fundamental para a existência humana e os tipos de valores que devemos afirmar. Mais do que isso, a questão é como devemos reinterpretar alguns valores capazes de criar uma estrutura para que a ação das pessoas seja por elas balizada. Por exemplo, no caso das fake news, se a pessoa tem acesso ilimitado à rede e não tem nenhum compromisso com a verda-

de, o respeito e a responsabilidade, isso produz um novo modo de agir e perceber que tipos de valores estão sendo construídos, porque certos paradigmas que tínhamos no passado não funcionam mais hoje.

O que deve ser trabalhado são as coisas fundamentais em termos de respeito à diferença, respeito às opções de cada um, à dignidade humana, aos direitos humanos, a questão da sustentabilidade e, a partir disso, em comunidade, construir um arcabouço novo de paradigmas que nos ajudem a trabalhar essa dimensão para que não seja essa anomia ética que estamos vivendo.

Dentro de uma visão da humanidade, ousaria dizer que hoje o grande passo a ser dado pelas pessoas que estão trabalhando questões sobre as redes digitais, incluídas aí as fake news, é o desenvolvimento de uma consciência moral. Isso porque sequer superamos a fase da anomia, quanto mais chegar à heteronomia, de modo que a autonomia é um ponto distante no horizonte. A autonomia entendida como o agir de acordo com os princípios éticos universais autoescolhidos, enquanto a anomia é a ação de acordo com as consequências imediatas de uma determinada ação.

IHU On-Line – Como as sociedades em midiatização agenciam um novo modo de ser? Até que ponto as fake news são, também, efeito desse novo *ethos*?

Pedro Gilberto Gomes – É efeito de novo *ethos*, mas não se trata de pensar que foi esse novo *ethos* que criou as fake news. No momento em que se colocam notícias falsas para ganhar algo ou mesmo para desfazer o outro que é meu inimigo, há a possibilidade de fazer isso em nossas sociedades hipermediatizadas sem depender de ninguém, muito menos de instituições e com o agravante do anonimato. Por exemplo, o sujeito tem um desafio e tem a chance de colocar uma foto comprometedor na rede e dizer qualquer coisa. Con-

tudo, se a pessoa tem princípios e autonomia, ela recua caso as informações que pretende publicar não sejam verdadeiras.

É curioso, porque existem pessoas que no dia a dia são decentes no trato pessoal e quando se colocam diante de um computador soltam todas as suas amarras, seus complexos e jogam na rede. É isso que está acontecendo no Brasil do ponto de vista político. O que disseram de mentira a respeito, por exemplo, da Dilma e do Lula ou mesmo do Gilmar Mendes, da Cármen Lúcia, do Aécio Neves e do Sérgio Moro é um absurdo. Inclusive fizeram uma matéria dizendo que a ex-mulher do Lula, a Marisa, não tinha morrido e que estava na Itália, cortando a foto em que ela aparecia com o papa para aparecer somente ela.

Essas coisas ocorrem por causa do anonimato e esse é o grande problema pelo qual a humanidade deve passar. Hoje a humanidade, e em nosso caso particular o Brasil, precisa de um novo pacto social, democrático e republicano para podermos construir um novo país. O nosso tecido social está esgarçado, as pessoas fazem o que querem, e as redes sociais são as grandes possibilitadoras, pois as pessoas “podem” dizer o que querem.

IHU On-Line – A nova ambiência produzida pelas tecnologias digitais de comunicação estão produzindo um “humanismo sem transcendência” ou seria uma nova ordem de transcendência manifestada no alargamento da noção de presença?

Pedro Gilberto Gomes – Eu não diria que são as redes sociais que produzem um humanismo sem transcendência. Hoje na Europa, principalmente na França, há alguns filósofos que estão pensando em uma religião sem deus. A transcendência não é função das redes sociais, elas apenas expressam e acolhem todo esse modo de viver. Como os paradigmas antigos não dão mais conta do que está acontecendo, esse

³ A revista **IHU On-Line** publicou dois textos acerca desse livro. O último na edição 519, de 9-4-2018, intitulado *A transformação do mundo em película pensante*, disponível em <http://bit.ly/2HUHHYO>; e o *Dos Meios à Midiatização. Um Conceito em Evolução*, na edição 517, de 18-12-2017, disponível em <http://bit.ly/2qTJTNq>. (Nota da **IHU On-Line**)

novo modo de ser no mundo da instantaneidade, da interconexão, está fazendo com que as pessoas questionem uma série de valores que eram estabelecidos, no que toca à religião e à transcendência.

No que corresponde ao tipo de sociedade que criamos, a questão da transcendência será sempre um problema para a humanidade. Porque a transcendência vai dar um referente para além da história, que, segundo acreditamos, oferece uma saída para nossas limitações e finitude. A transcendência está presente e será sempre um ponto de referência, mas o que pode mudar é a referência à transcendência.

Até agora, para grande parte da humanidade, trata-se de uma entidade transcendente que nós tematizamos como Deus. Hoje, por exemplo, a esquerda é vista como uma religião, mas não tem transcendência. Por outro lado, tem quem diga que a verdadeira religião é o capitalismo, de novo sem transcendência. Os marxistas diziam que o comunismo era a etapa final do capitalismo em que a pessoa do campo passava pelo capitalismo, mas ia em direção ao comunismo. E o comunismo era colocado como uma religião, porque a pessoa estava vivendo em determinado momento, mas tinha que acreditar na promessa que estava sendo feita de que lá adiante haveria a sociedade perfeita do comunismo, no entanto nós vimos que não aconteceu. Esta é uma ideia que está muito presente na vida em sociedade, mas a questão é o tipo de transcendência que estamos construindo, que tipo de visão de transcendência está surgindo hoje na ambiência que estamos vivendo.

Enquanto eu dava esta resposta lembrei de um personagem de Albert Camus⁴, no livro *A peste* (Rio de Janeiro: Record, 1997), que se passa na cidade de Orã (na Argélia), que foi cercada. Dentre os protagonistas, havia um que era ateu e cujo grande projeto de vida era ser san-

to. Os companheiros dele perguntaram como ele poderia ser santo, já que era ateu. “Esse é o meu problema, como ser santo sem Deus”, era a resposta do personagem. Esse é, de novo, o grande questionamento da humanidade hoje, qual a transcendência que será construída, mas isso, repito, não é criado pelas redes sociais.

“Aquilo que sempre existiu é potencializado em uma sociedade hiperconectada”

IHU On-Line – Como pensar o enfrentamento às fake news sem cair na censura?

Pedro Gilberto Gomes – [*ritos seguidos de silêncio*] A censura nunca é a melhor solução. O grande enfrentamento para a realidade das fake news é, justamente, um problema de educação, do desenvolvimento de uma consciência moral constituída em que valores fundamentais da vida sejam explicitados e observados. Trata-se daquilo que comentei no início, de um novo pacto republicano em que há coisas que não devemos fazer não porque são legalmente proibidas, mas porque temos valores. Assim como existem coisas proibidas que são feitas em busca de um bem maior.

Nós temos que fazer o trabalho nesta dimensão com as pessoas para o desenvolvimento de princípios universais autoescolhidos. Esses princípios também deverão ser relidos e reestruturados a partir dessa nova ambiência, porque existe uma dupla face. Não se trata, simplesmente, de resgatar um princípio do século XVIII e fazer valer em nossa realidade, o que as religiões fazem às vezes. Trata-se do respeito à diferença, ao diálogo, o respeito à vida, o direito

à educação, à alimentação, à saúde, enfim, o direito de ser respeitado como tal. Aí, nesse tipo de trabalho, é que vamos fazer com que a ação de fake news seja diminuída, porque a censura não resolve.

O que não podemos compactuar é com a impunidade, de modo que cada um é responsável pelos seus atos. Cada um faz o que quer, mas quem pratica atos ilegais deve ser responsabilizado. Não censurar não é sinônimo de impunidade, mas deverá ser sempre uma ação por consequência de uma ação anterior. Hoje, estamos claudicando nessa tarefa porque queremos que nossos direitos sejam respeitados, mas, ao mesmo tempo, não queremos ser punidos e nem respeitar os direitos do outro. Essa é a ideia de uma formação para combater ou minimizar o problema das fake news.

Com o jornalismo marrom nos Estados Unidos não houve censura, inclusive alguns jornais continuam praticando esse tipo de jornalismo até hoje, como no caso da Inglaterra, em que há jornais que perseguem sistematicamente a família real inglesa. Se esses jornais ultrapassarem os limites, são processados. Mas, voltando aos Estados Unidos, o combate a esse jornalismo foi feito por meio de educação na formação do jornalista, desenvolvendo a questão da objetividade da notícia, o famoso “quem fez o quê como aonde e por quê” e a redação de notícias em pirâmide invertida. Esse tipo de jornalismo causou influências no mundo todo e a origem foi a emergência do jornalismo marrom, que causou uma relação tremendamente complicada para o campo porque as pessoas o estavam rejeitando. Estamos no mesmo dilema, de modo que ou criamos alguma coisa ou as pessoas acabarão rejeitando. Essa é a grande discussão da fake news hoje. Daí a necessidade de um novo pacto social e republicano para podermos conviver, que permita sermos pessoas humanas e honestas.

IHU On-Line – No fundo o que está acontecendo é uma reor-

⁴ **Albert Camus** (1913-1960): escritor, novelista, ensaísta e filósofo argelino. Confira a entrevista *Camus entre a emoção e a graça*, concedida por Waldecy Tenório e para IHU On-Line em 3-2-2010, disponível em <http://bit.ly/ihu030210>. (Nota da IHU On-Line)

ganização da economia política da comunicação...

Pedro Gilberto Gomes – Exatamente. Há toda uma reorganização, inclusive ela é uma nova ambiência, um novo modo de ser e viver em sociedade. Sabemos como está o cenário? Sabemos somente como está

começando, mas não temos ideia de como vai terminar. Eu certamente não verei esse processo na plenitude, talvez os netos das gerações que estão entrando na universidade agora poderão ver.

É importante discutir as fake news, colocar em pauta, conversar para ver

o que fazer. A solução não é censurar, mas educar, compreender, articular dentro dos saberes, tendo a percepção de que a midiatização das sociedades veio para ficar. No fundo, não é uma questão binária de sociedade e midiatização, é uma coisa só, está mudando tudo. ■

Leia mais

- **Um projeto para o nosso tempo.** Artigo de Pedro Gilberto Gomes publicado nas Notícias do Dia, de 19-3-2011, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2goQc2V>.

- **A nova versão do meio como mensagem.** Entrevista especial como Pedro Gilberto Gomes publicada na revista IHU On-Line, nº 357, de 11-4-2011, disponível em <http://bit.ly/2gH9PUq>.

- **A tecnologia digital está colocando a humanidade num patamar distinto.** Entrevista especial como Pedro Gilberto Gomes publicada na revista IHU On-Line, nº 289, de 13-4-2009, disponível em <http://bit.ly/2gcdLsK>.

- **O impacto da midiatização na sociedade latino-americana.** Entrevista especial com Pedro Gilberto Gomes publicada nas Notícias do Dia, de 30-8-2008, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2fZrhCv>.

- **Processo de midiatização: da sociedade à Igreja.** Entrevista especial com Pedro Gilberto Gomes publicada nas Notícias do Dia, de 18-11-2007, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2gtPIG6>.

- **Processos Midiáticos e Construção de Novas Religiosidades.** Cadernos IHU ideias, edição nº 8, disponível em <http://bit.ly/2gtMAdl>.

- **Teologia e Comunicação: reflexões sobre o tema.** Cadernos IHU ideias, edição nº 12, disponível em <http://bit.ly/2gHaTro>.



 medium.com/@_ihu

Giorgio Agamben

A força de um pensamento que percebeu o traço profano da racionalidade moderna

ihu.unisinos.br



O sonho libertário virou o pesadelo da liberdade

Para Ricardo Campos, é necessário não deixar de lado instituições caras à consolidação das democracias modernas, adaptando-se aos tempos digitais

Ricardo Machado | Edição: Vitor Necchi

Uma das consequências da disseminação desenfreada de fake news são as tentativas de coibi-las, mas surgem outros problemas, como a possibilidade de censura. Na Alemanha, por exemplo, conforme o professor Ricardo Campos, a lei prevê que as próprias plataformas excluam o conteúdo ilegal em 24 horas, caso contrário a pena é o pagamento de uma multa de 50 milhões de euros. “Isso acabou por gerar ‘chilling effects’, nos quais as empresas, para evitar dúvidas de interpretação posterior, acabam por excluir muitos conteúdos tidos como limítrofes ou mesmo legais”, comenta em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**.

Campos trabalhou na elaboração de um projeto de regulação de fake news no Brasil que deve ser votado no início do próximo ano. “Terminamos a lei antes mesmo dos escândalos atuais, o que colocou ainda mais a necessidade de uma regulação inteligente no debate”, afirma. “Colocamos no centro parâmetros mais rígidos para o reconhecimento de uma autoridade de autorregulação a ser criada pelas redes sociais.” Ele

ressalva que, da maneira como foi feito, não há perigo de censura.

Frente à expansão de fake news, cogita-se a possibilidade de robôs avaliarem conteúdos supostamente falsos. “O grande risco de se gerar conteúdo falso é de se criar uma esfera pública artificial, que não condiz com a real expressão da representatividade dos meios de comunicação ou mesmo da sociedade”, avalia Campos. “Tornar a esfera pública artificial é um perigo para os regimes democráticos, mas pode ser um bom fator de estabilização para sociedades que não precisam ou não querem lidar com a pluralidade, como regimes autoritários.”

Ricardo Campos é assistente de docência na cátedra de Direito Público e Teoria do Direito da Goethe Universität Frankfurt am Main. É mestre em Teoria do Direito pela Goethe Universität, Frankfurt am Main. cursou graduação em Direito na Universidade Federal de Juiz de Fora, na Goethe Universität Frankfurt am Main e na Universität Passau.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Há leis internacionais que estabelecem a retirada de conteúdos falsos das redes sociais? Quais são? Que efetividade têm na regulação desses textos, dado que as corporações que as propagam, como Facebook e Google, são globais?

Ricardo Campos – Sim, há propostas legislativas, como na França e no Brasil, e leis concretas, como na Alemanha. No caso do Brasil e da França, é difícil visualizar qual proposta será por fim convertida em lei, o que apenas aumenta a especulação em torno do tema. Na Alemanha, por sua vez, desde outubro do último

ano está em vigor a *Netzwerkdurchsetzungsgesetz*, a qual visa implementar padrões de condutas legais nas redes sociais.

IHU On-Line – Como combater a produção das fake news sem escorregar na censura?

Ricardo Campos – O caminho alemão da nova lei de fato dá ensejo a se questionar sobre o perigo da censura. Mesmo nos debates no parlamento alemão durante a tramitação, esse foi um dos temas colocados em questão, pois a lei alemã prevê que as próprias plataformas devem excluir conteúdo manifestamente ilegal num prazo de 24 horas, sob pena de multa de 50 milhões de euros. Entretanto, até então, a remoção de conteúdo somente era possível por sentença judicial, reservados casos em que a remoção decorria de violação dos termos de uso da rede social, como o de pornografia. Isso acabou por gerar “chilling effects”, nos quais as empresas, para evitar dúvidas de interpretação posterior, acabam por excluir muitos conteúdos tidos como limítrofes ou mesmo legais.

30 “Aprender com os erros principalmente e incorporar os acertos de experiências internacionais como a da Alemanha é de suma importância”

IHU On-Line – Na Alemanha, está em desenvolvimento a proposta de criação de um marco normativo que obriga as empresas que produzem conteúdo à autorregulação. De modo que quem não cumprir certos parâmetros, como ter autoria dos textos, descumpra a lei. Do que se trata essa proposta?

Ricardo Campos – De fato a lei alemã prevê o reconhecimento de

uma instituição de autorregulação. Entretanto, muito tem-se criticado nos debates sobre a lei alemã especialmente a forma como foi regulamentada a hipótese de inserção da autorregulação. Ela foi prevista para os casos limítrofes, ou seja, em que não se tem certeza sobre a ilicitude ou não do conteúdo veiculado em redes sociais. À primeira vista, parece uma boa solução. Porém, devido aos “chilling effects” decorrentes da pesada multa de 50 milhões de euros, a previsão regulamentar da autorregulação ficou apenas no plano simbólico, visto que as empresas preferem remover todo conteúdo antecipadamente, a entrar na autorregulação. Não há incentivos para se entrar na autorregulação, pelo contrário.

IHU On-Line – O senhor acredita que essas experiências poderiam ser aplicadas no Brasil?

Ricardo Campos – Sim, com certeza. Aprender com os erros principalmente e incorporar os acertos de experiências internacionais como a da Alemanha é de suma importância. Não podemos ser ingênuos em achar que inventaremos novamente a roda, ou que iniciaremos a história de um novo marco zero. Trabalhei num projeto de regulação de fake news, que devido à janela atual fechada pelas eleições de outubro do Congresso Nacional, será submetida no início do próximo ano. Terminamos a lei antes mesmo dos escândalos atuais, o que colocou ainda mais a necessidade de uma regulação inteligente no debate. Colocamos no centro parâmetros mais rígidos para o reconhecimento de uma autoridade de autorregulação a ser criada pelas redes sociais. E tudo isso respeitando o art. 19 do Marco Civil da Internet¹, que impõe a reserva de

jurisdição para os casos de remoção de conteúdo. Ou seja, não há perigo de censura nesse projeto em detrimento de tantos outros que correm no Congresso Nacional atualmente, os quais chegam até a ser perigosos para a tradição brasileira da liberdade de expressão.

IHU On-Line – O Direito, que parece estar formatado ainda aos moldes da imprensa de Gutenberg, organizou sua prática e produziu inúmeros manuais e constituições. Contudo, como a dobra do mundo em sua versão digital exige do campo um outro tipo de abordagem sobre esses desafios? De que ordem eles são?

Ricardo Campos – Nosso direito moderno e a sociedade moderna são produto de duas grandes aquisições evolutivas: a imprensa e a dimensão organizacional da sociedade. Se observarmos com cuidado a gramática social, grande parte do conhecimento social vinha sendo gerado e reproduzido dentro de organizações. Nos setores alimentício, farmacêutico, nas universidades, nos hospitais e também, como grande tema do sociólogo Max Weber², a burocracia estatal. Esse conhecimento social manejado por organizações passa a ser confrontado com uma nova dinâmica surgida depois da Internet.

O jornalismo, em especial, tem sentido isso. Antes, o jornalismo vinculado a organizações, grandes veículos da democracia de massa, passa por uma crise profunda depois da Internet. Se, por um lado, não se exige mais um vínculo organizacional para se produzir conteúdo, por

trai os princípios das consultas públicas. Entrevista especial com Marcelo Branco, publicada em 13-11-2012, disponível em <http://bit.ly/W6Z20a>; e Por um Marco Civil da Internet. Entrevista especial com Marcel Leonardi, publicada em 15-12-2009, disponível em <http://bit.ly/1ch1JY7>. (Nota da IHU On-Line)

² **Max Weber** (1864-1920): sociólogo alemão, considerado um dos fundadores da Sociologia. *Ética protestante e o espírito do capitalismo* (São Paulo: Companhia das Letras) é uma das suas mais conhecidas e importantes obras. A **IHU On-Line** dedicou-lhe a sua edição 101, de 17-5-2004, intitulada *Max Weber. A ética protestante e o espírito do capitalismo 100 anos depois*, disponível em <http://bit.ly/ihuon101>. Sobre Max Weber, o IHU publicou o Cader- nos IHU em Formação nº 3, de 2005, chamado *Max Weber – o espírito do capitalismo* disponível em <http://bit.ly/ihuem03>. (Nota da **IHU On-Line**)

outro não se exige a necessidade do papel. Isso também ocorre com a economia. A organização banco e a impressão de papel eram o centro. Novas tecnologias do mundo digital, como *blockchain*³, colocam em xeque esses dois pilares: a geração de confiança não necessita de organização, e a impressão de papel perde sentido. A máquina de impressão de Gutenberg⁴ passa a ser mais uma peça de museu. Como diria Marshall McLuhan⁵, *the medium is the message*, e a nova mensagem é o mundo digital, e não mais a impressão ou mesmo a televisão.

IHU On-Line – Ainda sobre o tema do Direito e da Modernidade, radicalmente fundamentados em uma visão antropocêntrica, quais são os desafios para se pensar a regulação midiática em um contexto em que os robôs (bots) passam a assumir certo protagonismo na circulação de conteúdos (falsos ou não)?

Ricardo Campos – Esse é outro problema que surge da descentrali-

zação do papel das organizações na sociedade moderna. O conhecimento social passa a ser gerado pela Inteligência Artificial e por robôs. Essa expressão midiática é ainda somente a primeira delas. Teremos ainda no âmbito da medicina, temos já os *smart contracts*⁶ e assim por diante. Problemas surgirão, como o da responsabilidade civil. Quem responderá pelos danos causados? Somente um sistema de securitização?

IHU On-Line – Como o senhor vê a possibilidade de robôs (bots) avaliarem conteúdos supostamente falsos? Quais as potencialidades e os riscos?

Ricardo Campos – O grande risco de se gerar conteúdo falso é de se criar uma esfera pública artificial, que não condiz com a real expressão da representatividade dos meios de comunicação ou mesmo da sociedade. E vale lembrar que a democracia moderna não surge apenas com a institucionalização de um sistema de governo, mas perpassa a formação de uma esfera pública que serve tanto de orientação quanto de censor dos problemas sensíveis de uma sociedade. Tornar a esfera pública artificial é um perigo para os regimes democráticos, mas pode ser um bom fator de estabilização para sociedades que não precisam ou não querem lidar com a pluralidade, como regimes autoritários.

IHU On-Line – Como o senhor caracteriza a chamada esfera pública digital? Não parece haver aí um salto quântico comunicacional?

Ricardo Campos – Sim e não. Houve uma crença nas últimas décadas até a Primavera Árabe⁷ de

que a Internet democratizaria e tornaria o mundo mais transparente. Os “libertarians” levaram esse slogan e até fizeram uma declaração de uma constituição digital. A Primavera Árabe talvez seja um contraexemplo sintomático. Ali a Internet revelou uma face desagregadora de estruturas totalitárias, o que, à primeira vista, é um contraconceito assimétrico no sentido de Koselleck⁸. Não há como ser contra, ou seja, não há como não ver a virtude dessa faceta. Porém, as redes sociais revelaram também a pouquíssima capacidade de reconstruir instituições democráticas estáveis. Quase todos os países da Primavera Árabe mergulharam em um estado de anomalia social, em que o pior exemplo é a Síria. Elas destroem, mas não constroem. Somado a isso, vivemos os escandalosos casos de propaganda falsa dirigida constatada como fraude dos meios de comunicação pela justiça americana nas eleições de Trump⁹. Cada vez mais se vê a necessidade de não deixar de lado instituições caras à consolidação das democracias modernas, logicamente se adaptando aos tempos digitais. O sonho libertário virou o pesadelo da liberdade.

3 **Blockchain**: conhecido como “protocolo da confiança”, trata-se de uma tecnologia que visa a descentralização como medida de segurança. São bases de registros e dados distribuídos e compartilhados que têm a função de criar um índice global para todas as transações que ocorrem em um determinado mercado. Funciona como um livro-ração, só que de forma pública, compartilhada e universal, que cria consenso e confiança na comunicação direta entre duas partes, ou seja, sem o intermédio de terceiros. Está constantemente crescendo à medida que novos blocos completos são adicionados a ela por um novo conjunto de registros. Os blocos são adicionados à blockchain de modo linear e cronológico. Cada nó – qualquer computador que conectado à essa rede tem a tarefa de validar e reparar transações – obtém uma cópia da blockchain após o ingresso na rede. A blockchain possui informação completa sobre endereços e saldos diretamente do bloco gênese até o bloco mais recentemente concluído. É vista como a principal inovação tecnológica do bitcoin, visto que é a prova de todas as transações na rede. Seu projeto original tem servido de inspiração para o surgimento de novas criptomoedas e de bancos de dados distribuídos. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Johannes Gutenberg** (1398-1468): inventor e gráfico alemão que introduziu a forma moderna de impressão de livros – a prensa móvel –, que possibilitou a divulgação e cópia muito mais rápida de livros e jornais. Sua invenção do tipo mecânico móvel para impressão começou a Revolução da Imprensa e é amplamente considerado o evento mais importante do período moderno. Teve um papel fundamental no desenvolvimento da Renascença, da Reforma e da Revolução Científica. Lançou as bases materiais para a moderna economia baseada no conhecimento e na disseminação da aprendizagem em massa. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Marshall McLuhan** (1911-1980): sociólogo canadense. Fez, em suas obras, uma crítica global da cultura, apontando o fim da era do livro, com o domínio da comunicação audiovisual. Seus principais livros são *A galáxia de Gutenberg* (1962) e *O meio é a mensagem* (1967). Confirma a edição 357 da **IHU On-Line**, de 11-4-2011, intitulada *100 anos de McLuhan: um teórico de vanguarda*, disponível em <http://bit.ly/oZJlrh>. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Smart contracts** (contrato inteligente): é um protocolo de computador autoexecutável, criado com a popularização das criptomoedas, feito para facilitar e reforçar a negociação ou desempenho de um contrato, proporcionando confiabilidade em transações on-line. O objetivo principal é permitir que pessoas desconhecidas façam negócios de confiança entre si, pela Internet, sem a necessidade de intermédio de uma autoridade central. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Primavera Árabe**: os protestos no mundo árabe ocorridos de 2010 a 2012 foram uma onda revolucionária

de manifestações, compreendendo o Oriente Médio e o Norte da África. Houve revoluções na Tunísia e no Egito, uma guerra civil na Líbia e na Síria; grandes protestos na Argélia, em Bahrein, em Djibuti, no Iraque, na Jordânia, em Omã e no Iêmen e protestos menores no Kuwait, no Líbano, na Mauritânia, no Marrocos, na Arábia Saudita, no Sudão e no Saara Ocidental. Nos protestos, ocorriam técnicas de resistência civil em campanhas sustentadas envolvendo greves, manifestações, passeatas e comícios, bem como o uso das mídias sociais, como Facebook, Twitter e Youtube, para organizar, comunicar e sensibilizar a população e a comunidade internacional em face de tentativas de repressão e censura na internet por partes dos Estados. (Nota da **IHU On-Line**)

8 **Reinhard Koselleck** (1923-2006): um dos mais importantes historiadores alemães do pós-guerra, destacando-se como um dos fundadores e o principal teórico da História dos Conceitos. As suas investigações, ensaios e monografias cobrem um vasto campo temático. No geral, pode-se dizer que a obra de Koselleck gira em torno da história intelectual da Europa ocidental do século 18 aos dias atuais. Também é notável o seu interesse pela Teoria da História. (Nota da **IHU On-Line**)

9 **Donald Trump** (1946): Donald John Trump é um empresário, ex-apresentador de reality show e atual presidente dos Estados Unidos. Na eleição de 2016, Trump foi eleito o 45º presidente norte-americano pelo Partido Republicano, ao derrotar a candidata democrata Hillary Clinton no número de delegados do colégio eleitoral; no entanto, perdeu no voto popular. Entre suas bandeiras estão o protecionismo norte-americano, por onde passam questões econômicas e sociais, como a relação com imigrantes nos Estados Unidos. Trump é presidente do conglomerado The Trump Organization e fundador da Trump Entertainment Resorts. Sua carreira, exposição de marcas, vida pessoal, riqueza e modo de se pronunciar contribuíram para torná-lo famoso. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line – Ainda faz sentido pensar em democracia em um contexto comunicacional radicalmente impactado pelas tecnologias de comunicação e redes digitais? De que ordem é esta democracia?

Ricardo Campos – Não há como abrir mão da democracia. Especialmente em sociedades complexas e pós-convencionais, onde consensos não mais podem ser pressupostos e têm um custo muito alto de ser alcançado. Estruturar o dissenso das várias pretensões sociais, a pluralidade de visões de mundo, pode ser concebido somente dentro de uma democracia. E num país como o Brasil, onde a população é bem heterogênea, e com um alto grau de regionalização e desigualdade, não há alternativa à democracia. Mesmo que isso tenha um alto custo. O ponto central é estabelecer formas inteligentes de regulação, em que o potencial criativo das empresas não seja bloqueado, mas que ao mesmo tempo os efeitos danosos das tecnologias de comunicação sejam combatidos de forma eficaz. Temos grandes estudiosos em todas as áreas, e também uma crise política, que é sempre uma nova chance. Como diz o romancista alemão Hölderlin¹⁰

¹⁰ Johann Christian Friedrich Hölderlin (1770-1843):

citado por Heidegger¹¹, onde mora o perigo, é lá que também cresce o que pode salvar.

IHU On-Line – Quais os desafios de se produzir um projeto de ética alinhado às perspectivas de transformação de nosso tempo?

Ricardo Campos – Acredito muito pouco nessas construções

poeta lírico e romancista alemão. Conseguiu sintetizar na sua obra o espírito da Grécia antiga, os pontos de vista românticos sobre a natureza e uma forma não ortodoxa de cristianismo, alinhando-se hoje entre os maiores poetas germânicos. Em 1788, iniciou seus estudos em Teologia na Universidade de Tübingen, como bolsista. Lá conheceu Hegel e Schelling, que mais tarde se tornariam seus amigos. Devido aos recursos limitados da família e de sua recusa em seguir uma carreira clerical, Hölderlin trabalhou como tutor para crianças de famílias ricas. Em 1796, foi professor particular de Jacó Gontard, um banqueiro de Frankfurt, cuja esposa, Susette, viria a ser seu grande amor. Susette serviu de inspiração para a composição de Diotima, protagonista de seu romance epistolar *Hyperion*. Sobre Hölderlin, a **IHU On-Line** publicou a edição número 475, em 19-10-2015, intitulada *Hölderlin. O trágico na noite da Modernidade*, disponível em <http://migre.me/sILPN>. (Nota da **IHU On-Line**)

¹¹ **Martin Heidegger** (1889-1976): filósofo alemão. Sua obra máxima é *O ser e o tempo* (1927). A problemática heideggeriana é ampliada em *Que é Metafísica?* (1929), *Cartas sobre o humanismo* (1947) e *Introdução à metafísica* (1953). Sobre Heidegger, confira as edições 185, de 19-6-2006, intitulada *O século de Heidegger*, disponível em <http://bit.ly/iuon185>, e 187, de 3-7-2006, intitulada *Ser e tempo. A desconstrução da metafísica*, disponível em <http://bit.ly/iuon187>. Confira, ainda, Cadernos IHU em Formação nº 12, *Martin Heidegger. A desconstrução da metafísica*, que pode ser acessado em <http://bit.ly/iuem12>, e a entrevista concedida por Ernildo Stein à edição 328 da revista **IHU On-Line**, de 10-5-2010, disponível em <https://goo.gl/dn3AX1>, intitulada *O biologismo radical de Nietzsche não pode ser minimizado*, na qual discute ideias de sua conferência *A crítica de Heidegger ao biologismo de Nietzsche e a questão da biopolítica*, parte integrante do ciclo de estudos Filosofias da diferença, pré-evento do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. (Nota da **IHU On-Line**)

de grandes princípios de orientação de conduta social. Essa tradição da antiga Europa se apresenta atualmente como uma crônica da morte anunciada. Já temos visto o desastre que a teoria dos princípios tem feito no direito brasileiro, um direito frágil, barroso, que destrói toda a função da dogmática jurídica em construir condições de decidibilidade frente à crescente complexidade social, orientando expectativas sociais de forma mais ou menos estáveis e previsíveis. Assim como surgiu uma tirania dos princípios no direito brasileiro, para fazer uma alusão ao livro de Carl Schmitt¹², transplantar isso para âmbitos tecnológicos como o das redes sociais não faz sentido. Não se trata de dizer que implementaremos a dignidade da pessoa humana na Internet. Já estamos amadurecidos o suficiente para vermos que o que precisamos são de soluções inovadoras e inteligentes, e não de princípios de boas intenções. ■

¹² **Carl Schmitt** (1888-1985): jurista, filósofo político e professor universitário alemão. É considerado um dos mais significativos e controversos especialistas em direito constitucional e internacional da Alemanha do século 20. A sua carreira foi manchada pela sua proximidade com o regime nacional-socialista. O seu pensamento era firmemente enraizado na teologia católica, tendo girado em torno das questões do poder, da violência, bem como da materialização dos direitos. (Nota da **IHU On-Line**)

Ciclo de debates

Desigualdades no contexto econômico brasileiro

02 de abril a 07 de novembro de 2018

Profa. Dra. Marta Arretche – USP

Profa. Dra. Clitia Martins – FEE – RS

Profa. Dra. Angélica Massuquetti – Unisinos

Prof. Dr. Róber Iturriet Avila – UFRGS

Profa. Dra. Tatiana Roque – UFRJ

Prof. MS Márcio Eloir Schweig – Unisinos

Prof. Dr. Pedro Herculano de Souza – IPEA – Brasília – DF

Prof. Dr. Carlos Paiva – FEE – RS e FACCAT – RS

Prof. Dr. Christian Laval – Université Paris Nanterre – França

Prof. Dr. Pierre Dardot – Université Paris Nanterre – França

Prof. Dr. Marcelo Medeiros – IPEA – Brasília – DF e UnB





Investir na apuração para enfrentar as fake news é como remendar um cano furado

Para Antônio Fausto Neto, é preciso repensar e ressignificar todo o sistema que gera as notícias falsas e não apenas ficar pontualmente tentando desmentir o que está em circulação

Ricardo Machado e João Vitor Santos

A sociedade de hoje é atravessada pelas lógicas dos processos comunicacionais. É o que o jornalista e professor Antônio Fausto Neto compreende como sociedade em vias de midiatização. Em linhas gerais, é a mudança no tecido social imposta por processos comunicacionais e catapultados por dispositivos tecnológicos, como a internet e as redes sociais. Não há mais um emissor e um receptor. Somos todos emissor e receptor o tempo inteiro e para todo o lado. Não é difícil deduzir que desse cenário podem surgir informações falsas ou mesmo opiniões impostas como verdade. Como enfrentar?

Fausto, na entrevista concedida presencialmente à equipe da IHU On-Line, destaca que não há uma forma definitiva de enfrentamento. Ele prefere ir pelo caminho que consiste em compreender o processo de midiatização como um todo e a forma que se estabelecem as fake news. É algo mais complexo do que um processo de checagem, como alguns propõem. “Isso é uma ação, mas não uma ação sobre o sistema. Precisamos pensar e agir sobre o sistema”, pontua. Para o professor, “fazer só a checagem seria como detectar vazamentos num cano de fluxos de água e colocar um rebite. Não se está agindo sobre o sistema como um todo. Precisamos pensar de forma reflexiva sobre esses processos”.

E é dessa reflexão que imagina que pode

surgir um “processo de letramento, educar a sociedade para compreender o protocolo de comunicação no qual ela vive, desautomatizar a comunicação”. Consiste numa forma de pensar que coloca o sujeito como alguém realmente ativo e interacional no processo, e não um simples reprodutor de informações que circulam pela rede. “Se nós estamos no processo, há um convite desse nível pedagógico e acadêmico no sentido de desenvolver uma autorreflexão sobre o processo no qual estamos engajados”, sintetiza. “O problema não é mais do dispositivo, pois somos nós os atores do dispositivo”.

Antônio Fausto Neto é graduado em Jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora, mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília e doutor em Sciences de La Communication Et de L'information - Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, da França. Atua como pesquisador e professor do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos e também como presidente do Centro Internacional de Semiótica e Comunicação - Ciseco. Entre seus livros publicados, destacamos *O impeachment da televisão* (1995); *Ensinando à TV Escola* (2001); *Lula Presidente - Televisão e política na campanha eleitoral* (2003); e *O mundo das mídias* (2004).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como as sociedades em vias de midiatização produzem um novo modo de ser/estar no mundo?

Antônio Fausto Neto – Durante muitos séculos, a expressão da sociedade, de sua organização social, se fundou em estruturas, as quais pode-

mos chamar de estruturas e seus respectivos campos operadores, no sentido de que passava pelos campos a expressão de saberes, de disciplinas,

de éticas, de conhecimentos. Dentro dessa configuração organizacional, a comunicação se constituía um elemento co-cooperador. É a ideia da comunicação como uma atividade simbólica, mas, fundamentalmente, que ganha um nível exponencial quando os meios aparecem como lugares que seriam organizadores de interações, seriam instâncias de tematização do que se passava nos outros campos e também num certo âmbito de regulação/gestão da atividade na sociedade. É nesse contexto que aparece essa expressão dos meios como o quarto poder, um poder fiscalizatório, um poder de auxiliar das atividades dos outros três poderes.

Entretanto, dentro disso, há uma proeminência desse campo cuja gestão técnico-simbólica apontava para uma problemática pelo fato de ser ele um elo de contato com os demais campos. Isso está na consagrada literatura que trata da sociedade dos meios. Tal perspectiva vale por muitos anos, porque é uma transição de um momento em que a sociedade estava configurada por disciplinas, campos, cujas interfaces se passavam em respeito às fronteiras respectivas desses lugares, desses campos.

O que acontece num ciclo que é muito rápido – afinal, 50 anos não são nada em termos históricos – é uma transformação dessa organização formada em campos, ou numa atividade interacional de campos – como os campos jurídico, econômico, científico etc. – para uma atividade interacional que passa a ter como seu protagonismo não mais os meios como lugares organizadores, mas a expressão de lógicas e operações midiáticas como uma espécie de referência constituinte de um novo modelo de sociedade. Por outras palavras: as práticas sociais de outros campos continuam a funcionar, mas, agora, altamente permeadas por lógicas e operações midiáticas que atravessam todas as práticas sociais, ainda que de forma diversa.

Então, a comunicação que era um elo, um elemento, passa a ser uma referência constituinte da organiza-

ção social. Isso ganha uma expressão forte na medida em que temos no seu bojo o aparecimento do fenômeno internet, que não é uma revolução tecnológica abstrata, mas uma revolução técnica, porque incide sobre as relações sociais, apontando para um novo tipo de relações sócio-técnicas, com elos e vínculos sociais fortemente vigidos por elas. E não é só isso: a própria condição do acesso à rede internet e seu consequente funcionamento é uma revolução.

Revolução e transformações decorrentes dela

E é uma revolução e uma evolução na medida em que reformula o nosso contato com o conhecimento, o nosso contato com as instituições e o nosso contato com o outro. O fato de todos podermos ascender a níveis num processo de interação com muito maior velocidade e menos obstáculos produz uma reformulação na arquitetura comunicacional ou na arquitetura dos processos interacionais. E isso se dá porque é aí que ganha corpo uma ação intensa de comunicação exponenciada pela internet, o que nós vamos chamar de desenvolvimento dos processos de mediação.

Qual o efeito disso mais imediato? Transformação de grandes polos geradores da atividade interacional, polos industriais tecnológicos, mídias, e o polo societário, a recepção, a transformação disso de uma relação ‘um para todos’ de ‘todos para todos’. E isso tem muitas consequências. A mais imediata significa a quebra dessa bipolaridade, dessa atividade irradiadora e, com isso, o esmaecimento do trabalho institucional da comunicação. É a possibilidade de fazer em companhia que se configura e isso é a possibilidade de transferência do fazer de instituições midiáticas para a sociedade.

Havia um conhecimento sólido de que os meios eram os geradores de conhecimentos, segundo suas lógicas próprias, para uma situação em que isso tudo se fratura. Dessa fratura, todos se tornam geradores e receptores de informação, de conhe-

cimento etc. Ou seja, se instaura um novo circuito, uma nova condição de circulação, não mais fundada em dois, no polar, mas fundada numa atividade em que as características de emissão e recepção são frágeis e essas passam quase a ser características mutantes.

IHU On-Line – E todo esse contexto, inevitavelmente, altera as relações sociais entre as pessoas, instituindo uma nova concepção de sociedade. Correto?

Antônio Fausto Neto – Sim. É por isso que dizemos que a mediação afeta todo os circuitos, criando uma nova sociedade, uma nova ambiência. Estamos todos nisso. Não se trata de uma revolução que afetou apenas a instância comunicacional no nível profissional e industrial, é uma mutação que se produz no tecido e na própria organização social. Esse fazer em companhia, fundado em elos, é atravessado por essa lógica e a cultura do capitalismo contemporâneo, do que chamamos do capitalismo líquido. E isso tem uma consequência em nossa vida quando somos convidados a fazer menos pelos elos organizacionais, pelos elos da burocracia, pelos elos das lealdades comunitárias e fazer por si mesmo. É a lógica da cultura autoinstrucional, faça por si mesmo, crie por si mesmo. Isso é uma consequência sobre o que depois você vai acabar chamando de fake news.

Assim, a mediação gera muitos efeitos e impactos e, talvez, o mais importante e que damos pouca atenção, porque foi pouco estudado, é a transformação da circulação, ou as transformações das condições de circulações de mensagem e de sentidos. Há um novo cenário que gera muitas consequências do ponto de vista técnico, ético, jurídico, social e simbólico. Esse cenário se caracteriza pela transformação das instituições, pois todas passam a ser atravessadas com preocupações e injunções de cultura midiática, e dos próprios meios de uma atividade clássica para uma atividade ultraspecífica ou bastante

singular, que são as chamadas instituições industriais que se valem de técnicas digitais. É o Facebook, por exemplo.

E aí se cria um novo cenário comunicacional e informacional que se complexifica no sentido de seu desenvolvimento, mas, também, de seu funcionamento. As ideologias que fundamentam essa mutação contavam como se estivéssemos criando a rede das redes e apontando que estávamos criando mais uma noção de transparência. Mas essas ideologias são de engenheiros, de lógicas lineares que supunham que todo o processo de mutação de sociedade se dava de um modo linear, que as redes gerariam isso e aquilo como consequência. Mas o que vemos? Quanto mais rede, mais nebulosidade, mais obscurantismo. Quanto mais expansão, mais encolhimento, quanto mais funcionamento de ações de mídia, mais a sociedade gera contrapontos e pontos e estratégias de fuga a esses processos. Quanto mais oferta da modernização, da expansão, das condições de interação, mais crise. Olhe para a crise do Facebook que está aí. Isso é uma crise gigantesca, não é uma crise de instituiçãozinha. É a crise de um paradigma sobre o qual nós fizemos repousar muitas crenças de transparência, circulação e interação achando que as redes operariam por si mesmas sem que as mesmas fossem atravessadas por injunções de interesses de projetos, de estratégias empresariais, políticas e de vigilância.

Assim, o que apontávamos como a noção de um novo mundo, resultam em novas problemáticas. O ciclo da comunicação, da mediação, se torna muito importante porque gera muitos feedbacks complexos, e não lineares, onde de fato a sociedade tira proveito disso. Mas também gera impasses e inflexões que merecem ser trabalhadas. Talvez aí é que se coloque o fenômeno das fake news.

IHU On-Line – Então, podemos pensar as fake news como uma espécie de efeito ou con-

seqüência dessa sociedade em vias de mediação?

Antônio Fausto Neto – Sim, pois os modelos de comunicação eram fundados na noção de autorialidade. Quando se pensar num modelo de comunicação, sobretudo comunicação massiva, ela é fundada nas referências de um circuito técnico industrial pesado, nessa noção de autorialidade – o sistema de produção era repousado numa estrutura complexa, eram os jornalistas que faziam –, repousava na ideia de mediação e de certas mediações dos experts, o jornalista, e havia ainda dispositivos regulatórios de retroação.

As práticas jornalísticas eram fundadas sobretudo nas verdades, suas ideologias, instrumentais, mas perpassadas também por referências cujo horizonte apontava que se poderia ir só até certo ponto. Isso porque havia um pacto chamado contrato social. As nossas gramáticas são verdadeiras do ponto de vista da criação da noticiabilidade, mas elas lidam em oposição com constrangimentos regulatórios. Essa é a filosofia, a ideologia do modelo comunicacional industrial que perpassou nossa vida por 30, 40, 100, 200 anos. Por isso que os meios eram meios, meios de uma atividade. Sendo meios, não significa dizer que trabalhavam também com suas aporias e com suas falácias – ou seja, na noção de notícia repousa por trás a afirmação de que sempre é uma formação substitutiva.

A essência do jornalismo foi sempre trabalhar com a reprodução de alguma coisa que se passou em outro momento e circunstância, cujo processo de reprodução passa por leis internas, a cultura de um modo geral, mas, fundamentalmente, as ideologias do jornalismo. E como formações substitutivas compreendemos aquilo que trata de representar alguma coisa que está ausente. E sobre esse processo há muitas discussões, onde o jornalismo deforma, enviesa, onde mente, mas nunca essa noção de falsidade se colocou. Nunca se tratou como notícia falsa no sentido formal, porque de fato o

sistema todo de produção de crenças e sentidos repousava sobre uma noção regulatória, verificacionista. Mas havia uma condição adversativa sobre esse fazer, essa oferta comunicativa. Havia leis que ainda resultavam remanescentes desse processo contratual societário.

IHU On-Line – O que passa de uma coisa para outra? O que provoca essa mudança?

Antônio Fausto Neto – Na medida em que desaparece a autorialidade, na medida em que essa autoria, a fonte, ela se embevece dos instrumentos e insumos midiáticos e passa a fazer o trabalho que o jornalista fazia. Na medida em que a mediação não só jornalística, mas todas as estruturas mediadoras esmaecem a vida social, a tarefa do jornalista, do médico, é cada vez mais atravessada pelo auto-diagnóstico, todos os processos de diagnóstico são atravessados pela emergência de dados, ficam em função dos algoritmos. Assim, na medida que essa atividade mediadora é fragilizada – justamente por essa ideologia do ‘faça você mesmo’ –, significa que também desaparecem os mecanismos regulatórios dessa atividade, que passa a funcionar na mão de todos. Assim, todos são criadores de notícias, todos são criadores de sentido, todos somos veiculadores de leitura e de interpretação.

E desaparece uma noção central no tecido social, que é a noção de referência. Então, essa noção referencial política, ética etc. desaparece no funcionamento da ambiência e do funcionamento da mediação pelo fato de todos fazermos tudo ao mesmo tempo, operando os sentidos. Aquilo que era um trânsito de sentidos construído em mediações e negociações, em noções de verdades e gramáticas específicas, achata-se, isso se diminui e passa a dar lugar a um circuito, numa atividade circulatória em que desaparecem esses parâmetros de mediação, verificação, regulação e referenciação.

IHU On-Line – Dentro dessa lógica de que todos são capazes de gerar conteúdos, não importando o que, há o imenso volume de informação que se põe em circulação. E, dessa lógica, aparecem as fake news. Mas por que eu devo ter mais “medo” das informações postas em circulação por qualquer um, e não tanto “medo” com o que é posto pelo jornalista, já que esse também trabalha com uma construção, uma representação que não necessariamente pode ser real?

Antônio Fausto Neto – Não estou tomando posição de uma coisa ou de outra, estou propondo um exercício de comparação. Quero, com isso, destacar que funcionávamos num modelo de produção de sentido calçado em referências fornecedoras dos elementos que nos possibilitavam, entender, descrever ou enunciar. Não é que esses fenômenos desapareçam no sentido, não é que os sujeitos nem as instituições deixam de criar sentidos. Estou dizendo que se transforma a atividade de produção de sentido ou de enunciação na sociedade na forma ‘de uma para outra’. Fazendo-se esses processos com muito menos constrangimentos e intermediários significa que desaparecem cuidados, deliberações que repercutem sobre o processo de nomeação das coisas na medida em que nós apelamos cada vez menos às mediações referenciais que nos ajudam a afirmar, a nomear, desmentir etc.

Tens razão ao observar que passamos de um estado de mediação, de referência – e não há nenhuma sociedade humana sem referência – para um estágio que é caracterizado informacionalmente por dois tipos de fenômenos: ou os condomínios de opinião – os quais se dão como uma forma de resistência dos meios clássicos de comunicação, pois ainda se aquartelam em unidades, achando que eles podem construir esse front de defesa da informação e da opinião –, ou pelas bolhas que se constituem segundo as mais diferentes estratégias no in-

terior das redes sociais. É um fenômeno que está borbulhando por aí, é uma turbulência altíssima na qual estamos vivendo.

Não estou falando que a inexistência de fake news resolveria uma questão que é cara à Teoria da Comunicação, que é o fato de que quando nós operamos em produção de mensagem e recepção, ou operávamos nos modos clássicos, nós nos baseávamos em gramáticas, em produção e em recepção. As notícias seguiam certas pautas que tinham essas gramáticas de produção e circulação como referência. Acontece que as gramáticas que orientavam os processos de recepção de mensagens parecem desaparecer nesse processo de construção de notícia hoje, na medida em que cada um pode dizer isso recorrendo a pautas e referências genéricas, empíricas, não profissionais, fundadas em bases diversas ou fundadas num opinionismo e significando que se as gramáticas perdem o sentido, perdem a função, significa que você deixa de ter os instrumentos com os quais vai gerar o processo de informatividade na sociedade que vivemos.

A era do ‘tudo vale’

Nesse contexto, tudo vale. E se toda a enunciação vale, no sentido de que não há lógicas de constrangimento, significa que esse conceito de fake news é um conceito equivocado. Isso porque parte do pressuposto de que tudo que era fake news não era verdade. Só que o processo de produção da notícia sempre foi permeado por injunções fortíssimas, mas havia mecanismos verificadores e reguladores na organização social. Com a circulação operando em todos os níveis hoje, diminuam parcialmente essas restrições de verificações, de avaliação, de julgamento, de deliberação e isso cria uma espécie de plataforma de um correio imenso de opiniões fundadas em impressões, onde, se tudo vale, cabe também a exacerbação de pontos de vista dos mais estúpidos e esdrúxulos e que nós estamos chamando de fake news.

Evidentemente que isso passa não só na cabeça das pessoas individu-

almente, mas também passa pelas atividades das organizações sociais. Como as instituições estão também permeadas por essas injunções não lógicas e não mais gramáticas, há instituições especializadas em produzir ações exasperadas sobre não importa ‘o que’ ou ‘quem’ no mundo em que vivemos. Observe o paradoxo: falamos muito em regulação hoje, mas por muito tempo nós fizemos atividade intensa de desregulação do contrato social, das regras do jogo, dos serviços à sociedade. Desregulamos economia, energia, telecomunicações, aviações e criamos o nível terciário, um “pseudonível regulatório” de avaliações. E isso não funcionou. Passamos desse estágio da desregulação para um estágio ‘faça por você mesmo’, e agora se fala novamente de regulação.

Uma outra regulação

O que estão fazendo os países europeus diante dessa crise do Facebook? Estão instituindo dispositivos regulatórios que possam corrigir o funcionamento de um avanço do capitalismo no que diz respeito ao funcionamento e produção da informação. É essa criação de leis que vão aparecer logo, logo na Alemanha, França, Itália etc. Volta-se à ideia de que é preciso frear, administrar, porque de fato há expansão numa forma para além daquilo que as culturas poderiam suportar e projetar. A questão das fake news é um conceito que merece ser debatido porque, senão, vai se automatizar a sua compreensão, quando, na verdade, precisa ser estudado, pois abandonamos um conceito rico na compreensão da sociedade humana que foi o conceito de boato.

IHU On-Line – Como o senhor concebe o conceito de fake news? E no que esse fenômeno se difere das falsas notícias de antes, do boato e até fofoca caluniosa que existe quase desde a primeira organização social na terra?

Antônio Fausto Neto – Observe que, se você nomeia isso como fal-

sas notícias, já está revelando um julgamento de valor cujo funcionamento do fenômeno trata de dissipar e apontar uma outra compreensão. Ou seja, toda a sociedade que nos precedeu foi fundada em narrativas, ideologias, crenças, leis cuja explicação se fundava mais com normas espirituais, com lógicas de uma racionalidade de outra ordem. Nessa sociedade, havia também outros tipos de *gatekeepers* que não os modernos. Eram as pitonisas antigas, os narradores antigos de quem Benjamin¹ fala. Era uma sociedade que estabelecia uma crença direta com um poder divino, um poder superior na medida em que suas lógicas passavam por uma racionalidade mais “cabeça a cabeça”. Não havia intermediações, aquilo que fugia à explicação e inteligibilidade ganhava um circuito novo de interpretação que poderia ser chamado de falsa notícia ou boato etc. É um estágio da imaginação humana, é um estágio do modo de funcionamento dos imaginários.

Esse imaginar em voz alta, ou expressar esse ato de imaginar, ganharia circuitos, mas não tinha essa exasperação de um deslizamento de uma intensidade promovida e animada, dinamizada pela lógica industrial-capitalista-midiática. É outra problemática. Pena que tenhamos abandonado isso e naturalizado essa transferência automática de uma notícia para outra. É preciso estudar isso porque muitos autores se preocuparam com isso, mas foi um capítulo da sociologia dos coletivos, quando nós estávamos ainda pre-

ocupados com a opinião pública, e quando fundamos a ideia de opinião pública, a Sociologia, a Psicologia Social, nós racionalizamos o conceito da fabricação de crenças. Quando estudávamos o processo das ideologias, das crenças do modo clássico, como assim pensou a Psicologia Social, Freud² e os grandes autores pensaram a massa com categorias muito mais refinadas do que aquilo que a estatística moderna racionalizou grandes fenômenos coletivos em mensurações estatísticas.

A estatística foi uma espécie de representação muito curta de fenômenos complexos. E, lá atrás, podemos ver o conceito de boato na literatura da Psicologia Social. E emana de lá com muito mais força, com uma virulência explicativa muito mais rica do que hoje até então fez a estatística social. Quando fundamos a noção de opinião pública, nós naturalizamos um conceito forte através de uma noção automatizante. A tal ponto que a ideia de opinião pública é uma noção reideologizada modernamente, nessa perspectiva racional.

Um exemplo disso é o juiz Sérgio Moro³. Quando ele fala que quer prestar conta do que faz a opinião pública, de que opinião pública está falando? Está falando de uma opi-

nião pública que é recalcada no texto dele como os editores de jornais, que são os formadores de opinião, que são os que tomam as decisões no mercado econômico, mas não a opinião pública como um tecido muito mais complexo. Porque sobre isso não há acordo. Opinião pública não é um conceito automatizante e uniforme, é composto de muitas leis e inquietudes. O máximo que foi tentado explicar sobre isso, pela psicologia, foi por veios muito mais sofisticados como o conceito de *homem ordinário* em Freud. É um homem dotado de uma potência, mas ele singularizou essa potência, a explicação da significação, na condição do humano, do indivíduo. Toda obra de Freud é atravessada por esse conceito do *homem ordinário*.

Fake news

Do ponto de vista da Teoria da Comunicação, fake news é um estágio que simboliza o resultado da exasperação desse circuito, onde saímos do contexto comunicacional de fazer em companhia, dos campos, dos contatos, das relações, das negociações, para um ‘faça por ti mesmo’. Foi um convite dirigido ao indivíduo a tal ponto que não foi algo abstrato. A sociedade se organizou individualmente para produzir, por conta própria, por meio dos atos dos indivíduos, sentidos. A tal ponto que você pode dizer qualquer coisa, não importa o que você diga hoje, pois você pode refazer amanhã, pois isso não tem mais uma força de expressão de verdade, de julgamento, de valoração pública, porque os próprios atores políticos de hoje são portadores desse tipo de comportamento. Observe Trump⁴. É um típico operador de fake news nesse sentido que estamos dando aqui. Perdeu-se

1 **Walter Benjamin** (1892-1940): filósofo alemão. Foi refugiado judeu e, diante da perspectiva de ser capturado pelos nazistas, preferiu o suicídio. Associado à Escola de Frankfurt e à Teoria Crítica, foi fortemente inspirado tanto por autores marxistas, como Bertolt Brecht, como pelo místico judaico Gershom Scholem. Conhecedor profundo da língua e cultura francesas, traduziu para o alemão importantes obras como *Quadros parisienses*, de Charles Baudelaire, e *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust. O seu trabalho, combinando ideias aparentemente antagônicas do idealismo alemão, do materialismo dialético e do misticismo judaico, constitui um contributo original para a teoria estética. Entre as suas obras mais conhecidas, estão *A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica* (1936), *Teses sobre o conceito de história* (1940) e a monumental e inacabada *Paris, capital do século XIX*, enquanto *A tarefa do tradutor* constitui referência incontornável dos estudos literários. Sobre Benjamin, confira a entrevista *Walter Benjamin e o império do instante*, concedida pelo filósofo espanhol José Antonio Zamora à **IHU On-Line** nº 313, disponível em <http://bit.ly/zamora313>. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Sigmund Freud** (1856-1939): neurologista nascido em Freiberg, Tchecoslováquia. É o fundador da psicanálise. Interessou-se, inicialmente, pela histeria e, tendo como método a hipnose, estudou pessoas que apresentavam esse quadro. Mais tarde, interessado pelo inconsciente e pelas pulsões, foi influenciado por Charcot e Leibniz, abandonando a hipnose em favor da associação livre. Estes elementos tornaram-se bases da psicanálise. Desenvolveu a ideia de que as pessoas são movidas pelo inconsciente. Freud, suas teorias e o tratamento com seus pacientes foram controversos na Viena do século 19 e continuam ainda muito debatidos. A edição 179 da **IHU On-Line**, de 8-5-2006, dedicou-lhe o tema de capa sob o título *Sigmund Freud. Mestre da suspeita*, disponível em <http://bit.ly/ihuon179>. A edição 207, de 4-12-2006, tem como tema de capa *Freud e a religião*, disponível em <https://goo.gl/wL1FIU>. A edição 16 dos Cadernos IHU em formação tem como título *Quer entender a modernidade? Freud explica*, disponível em <http://bit.ly/ihuem16>. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Sérgio Fernando Moro** [Sérgio Moro] (1972): juiz federal brasileiro que ganhou notoriedade por comandar o julgamento dos crimes identificados na Operação Lava Jato. Formou-se em direito pela Universidade Estadual de Maringá em 1995, tornando-se juiz federal em 1996. Também cursou o programa para instrução de advogados da Harvard Law School em 1998 e participou de programas de estudos sobre lavagem de dinheiro promovidos pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos. É mestre e doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Além da Operação Lava Jato, também conduziu o caso Banestado. No caso do Escândalo do Mensalão, a ministra do Supremo Tribunal Federal Rosa Weber convocou o juiz Sergio Moro para auxiliá-la. Em 2014, Moro foi indicado pela Associação dos Juizes Federais do Brasil para concorrer a vaga deixada por Joaquim Barbosa no STF, porém, em 2015, a vaga foi preenchida por Luiz Fachin. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Donald Trump** (1946): Donald John Trump é um empresário, ex-apresentador de reality show e atual presidente dos Estados Unidos. Na eleição de 2016, Trump foi eleito o 45º presidente norte-americano pelo Partido Republicano, ao derrotar a candidata democrata Hillary Clinton no número de delegados do colégio eleitoral; no entanto, perdeu no voto popular. Entre suas bandeiras estão o protecionismo norte-americano, por onde passam questões econômicas e sociais, como a relação com imigrantes nos Estados Unidos. Trump é presidente do conglomerado The Trump Organization e fundador da Trump Entertainment Resorts. Sua carreira, exposição de marcas, vida pessoal, riqueza e modo de se pronunciar contribuíram para torná-lo famoso. (Nota da **IHU On-Line**)

valor ao que se diz, dá-se valor ao poder dizer.

É tão verdade isso que os curadores dizem que a sociedade precisa resolver, precisamos controlar, criar mecanismos de checagem. Mas é a checagem de um circuito que é incontrolável. Saímos dos campos, fomos para os circuitos, os circuitos bifurcam-se e aí ganham níveis de indeterminação sobre o que não se pode pensar suas retroações. É um ir adiante infinito.

IHU On-Line – E qual a solução para esse estado?

Antônio Fausto Neto – Não existe uma solução normativa para isso. Países europeus estão à beira de criar normas regulatórias, mas a regulação cabe a escapes e pontos de desvio, porque é um fenômeno enraizado, é a expressão do efeito do modelo de comunicação. Existem alternativas em processo de formulação. Um deles é o processo de letramento, educar a sociedade para compreender o protocolo de comunicação no qual ela vive, desautomatizar a comunicação ou desautomatizar a posição de receptor. Nós éramos agentes que esperávamos a leitura, esperávamos chegar o jornal, o horário do noticiário do rádio e da TV, mas agora abandonamos esse estágio de espera, estamos no processo. Se nós estamos no processo, há um convite desse nível pedagógico e acadêmico no sentido de desenvolver uma autorreflexão sobre o processo no qual estamos engajados.

É como compreender essa ação comunicacional que foi proposta num nível muito abstrato por Habermas⁵. Quando ele pensou ação comunicacional fundada no diálogo, estava pensando numa sociedade com altos níveis de simetria. O diálogo é possível quando há uma simetria de

posições e de intercambialidades sócio-linguísticas e políticas. Ora, passamos desse estágio do espaço público habermasiano e estamos num estágio muito mais complexo de relação de forças onde cada um diz e o valor do que se diz não está no que se diz, mas no modo de dizer.

“Se nós estamos no processo, há um convite desse nível pedagógico e acadêmico no sentido de desenvolver uma autorreflexão sobre o processo no qual estamos engajados”

IHU On-Line – Uma forma de enfrentar as fake news sem cair na censura pode se dar por essa via do letramento que o senhor cita? Isso é ensinar a ler e observar a informação nesse novo ambiente?

Antônio Fausto Neto – Sim, mas esse ensinar a ler a informação no novo ambiente é muito mais do que isso. É desenvolver processos longos que passem pelas instituições que têm sua força ainda, como a universidade, a família, e os atores dessas instituições em que vivemos se concernirem compreensivamente e reflexivamente dessa condição

na qual nos encontramos todos. É desenvolver um concernimento reflexivo sobre isso, é nos desautomatizar. É complicado, pois temos como desafio a posição de uma geração que já nasce nessa cognição. As crianças já nascem sendo convidadas a dar um salto nisso, que nelas é uma potencialidade que é a habilidade do movimento, do contato, do tátil.

Falava-se muito que é preciso educar para os meios, desenvolver a leitura crítica quando se dizia que éramos reféns da comunicação, dos meios, da televisão, diziam que eles nos alienam. Não é essa a problemática, é de outra ordem, até porque nós passamos por isso. E passamos pelo fato de reconhecermos que a midiatização é irreversível, que a midiatização afeta as práticas sociais, todas, mas de modo diverso, que a midiatização realiza sua atividade através de feedbacks complexos, entre lógicas diferentes, e é da tentativa de esses feedbacks serem desenvolvidos de forma crítica e analítica que avança nosso processo de compreensão de nossa vida comunicacional.

Há uma defasagem estrutural na atividade da comunicação. Ainda que estejamos desenvolvendo uma comunicação face a face, ela está fundada numa atividade em que não se sabe o que um vai dizer e vice-versa. Passamos por isso nas interações dos meios quando lógicas de produção e recepção fundavam o contato humano, contatos sociais entre mídias e sociedade – por isso que a mídia não tem a capacidade de fazer a cabeça do indivíduo – e hoje ingressamos no terceiro nível, que é a interpenetração dessas lógicas.

Emergência de reflexão

Há uma interpenetração que precisa ser estudada, pois estamos em contato muito profundo entre nossas práticas com essa oferta comunicacional ou digital, porque também somos autores. O problema é que não vivemos compreensivamente o que significa essa interpenetração e já passamos para outro estágio, que

⁵ Jürgen Habermas (1929): filósofo alemão, principal estudioso da segunda geração da Escola de Frankfurt. Herdando as discussões da Escola de Frankfurt, Habermas aponta a ação comunicativa como superação da razão iluminista transformada num novo mito, o qual encobre a dominação burguesa (razão instrumental). Para ele, o logos deve se construir pela troca de ideias, opiniões e informações entre os sujeitos históricos, estabelecendo-se o diálogo. Seus estudos voltam-se para o conhecimento e a ética. (Nota da IHU On-Line)

é do deslizamento. Há mais ditos, mais opinião e não concatenamos isso por inexistência de um protocolo reflexivo. E isso é muito difícil, porque a sociedade vai para frente, é o ir adiante. E esse ir adiante sem obstáculos e constrangimentos é o que produz essa exasperação de pontos de vista. O que se produz quando alguém pensa isso reflexivamente? É a reação da sociedade à frase de Umberto Eco⁶, que disse algo como “todos os internautas são imbecis”.

Ele não disse que as pessoas são moralmente imbecis. Disse que eram imbecis porque não sabiam o que significavam certas operações que estavam realizando no interior das redes. Todos nós temos maneiras de fazer mundo, mas as maneiras de fazer mundos eram pautadas por referências e hoje há um deslizamento. É como se não houvesse esses limites interpretativos fundados em certos argumentos de verdade para um e ideologias para outros, mas tudo passa a ser a impressão como opinião. E nesse bojo todo é que se situa o fenômeno fake news. O que se está chamando de notícia falsa é aquilo que se oporia ao que normativamente é dito como verdade, mas que também está impregnado de construções e de incertezas. E nós não nos interrogamos sobre isso, porque temos a compreensão disso automatizada.

IHU On-Line – Quais os desafios para lidar diária e objetivamente com as fake news? Por exemplo, recentemente, circulou a notícia em redes de WhatsApp dizendo que a vacina aplicada pela rede pública como prevenção à gripe não será efi-

ciente em função de um novo supervírus que surgiu. Como lidar com esses processos?

Antônio Fausto Neto – Uma coisa é ter a clareza de que você não controla o circuito. Outrora se dizia que recebeu como um sujeito que recebia de algum lugar, que ela tinha procedência — um circuito fechado. Hoje, você recebeu concomitantemente a muitos. Por isso, controlar o circuito é impossível do ponto de vista da dinâmica. Agora, é possível lutar pela resignificação do circuito. Seria fazer com que certos elos responsáveis por eles tivessem outra atividade e não atividade de se passivizar diante do funcionamento do circuito, deixando-o seguir adiante sem nenhuma intervenção interpretativa e que dê a ele uma outra valoração.

Nesse seu exemplo, ouvimos isso inclusive atribuído a uma fonte médica, mas não ouvimos circular nenhuma intervenção de segmentos de experts médicos dizendo que isso é fake news e esclarecendo a questão. É como se as coisas pudessem ser naturalizadas e vai se deixando ir adiante. Qual é o problema? Indo adiante essas informações são atraídas pelos indivíduos pelos seus vieses de interpretação, concernimento e intenção. Aí se constitui a bolha. Ou seja, quem fabrica a crença da coisa não é a oferta só, é o nó, enlace que se faz nisso. Os mediadores parecem ter abandonado essa posição de resignificação.

Caso Marisa Letícia

Em outro exemplo: o episódio da doença de Marisa Letícia⁷, esposa do Lula⁸, em que médicos fizeram circu-

lar via WhatsApp informações sobre o estado de saúde e inferindo desejos de que ela morresse, como uma forma de castigo. Veja como isso vai passando pelas redes médicas e vai sendo dinamizado, até com as inferências de que deveriam ter feito isso ou aquilo para mata-la dentro do hospital. É um exemplo típico de como operam hoje as mediações, no circuito dos experts. Eles não só cruzam os braços diante da circulação desses enunciados, como também são autores dos enunciados. Abandonam a posição de informadores e intérpretes, ocupando outro lugar nessa cadeia que é o lugar de pôr adiante aquilo que é codinamizado por seus pares e de uma maneira irresponsável.

Mas, ao mesmo tempo, é preciso que se destaque que há a quebra da mediação. Quando o especialista médico coloca uma informação específica em circulação, ele o faz sem a ação de um mediador jornalista, assessor de imprensa ou até o chefe da equipe médica. Estamos entregues aos circuitos e como eles são momentâneos, perdem a autoridade ou a responsabilidade da autoridade. Qualquer um pode dizer, e até dizer que aquilo que foi dito por qualquer um, e a cadeia de significantes continua em construção. O problema não é mais do dispositivo, pois somos nós os atores do dispositivo. Esquecemos que a rede se constitui hoje como campo de batalha, mas operado por agentes e entidades sociais. Somos nós que estamos batalhando lá dentro.

⁶ **Umberto Eco** (1932 —2016) escritor, filósofo, semiólogo, linguista e bibliógrafo italiano de fama internacional. Foi titular da cadeira de Semiótica e diretor da Escola Superior de ciências humanas na Universidade de Bolonha. Ensinou temporariamente em Yale, na Universidade Columbia, em Harvard, Collège de France e Universidade de Toronto. Colaborador em diversos periódicos acadêmicos, dentre eles colunista da revista semanal italiana L'Espresso, na qual escreveu sobre uma infinidade de temas. Eco foi, ainda, notório escritor de romances, entre os quais O nome da rosa e O pêndulo de Foucault. Junto com o escritor e roteirista Jean-Claude Carrière, lançou em 2010 “N'Espérez pas vous Débarrasser des Livres” (“Não Espere se Livrar dos Livros”, publicado em Portugal com o título “A Obsessão do Fogo” no Brasil como “Não contem com o fim do livro”). (Nota da **IHU On-Line**)

⁷ **Marisa Letícia Lula da Silva** (1950 —2017): nascida Marisa Letícia Rocco Casa foi uma primeira-dama do Brasil, ocupando o posto entre 1º de janeiro de 2003 e 1º de janeiro de 2011, período em que o seu marido, Luiz Inácio Lula da Silva, exerceu o cargo de presidente da República. (Nota **IHU On-Line**)

⁸ **Luiz Inácio Lula da Silva** (1945): Trigésimo quinto presidente do Brasil, cargo que exerceu de 2003 a 1º de janeiro de 2011. É co-fundador e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores – PT. Em 1990, foi um dos fundadores e organizadores do Foro de São Paulo, que congrega parte dos movimentos políticos de esquerda da América Latina e do Caribe. Foi candidato a presidente cinco vezes: em 1989 (perdeu para Fernando Collor de Mello), em 1994 (perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e em 1998 (novamente perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e ganhou as eleições de 2002 (derrotando José Serra) e de 2006 (derrotando Geraldo Alckmin). Lula bateu um recor-

de histórico de popularidade durante seu mandato, conforme medido pelo Datafolha. Programas sociais como o Bolsa Família e Fome Zero são marcas de seu governo, programa este que teve seu reconhecimento por parte da Organização das Nações Unidas como um país que saiu do mapa da fome. Lula teve um papel de destaque na evolução recente das relações internacionais, incluindo o programa nuclear do Irã e do aquecimento global. É investigado na operação Lava-Jato e foi denunciado em setembro de 2016 pelo Ministério Público Federal (MPF), apontado como receptor de vantagens pagas pela empreiteira OAS em um triplex do Guarujá. No dia 12 de julho de 2017, Lula foi condenado pelo juiz federal Sérgio Moro, em primeira instância, a nove anos e seis meses de prisão em regime fechado por crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. No dia 24 de janeiro de 2018, por unanimidade, os três desembargadores da 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região confirmaram a condenação de Lula, elevando a pena para 12 anos e um mês de prisão. No dia 7 de abril de 2018 Lula, após mandado de prisão expedido pelo judiciário, entregou-se à Polícia Federal onde se mantém sob custódia na Superintendência do órgão em Curitiba. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line – É mais do que simplesmente fazer a checagem das informações?

Antônio Fausto Neto – Isso é uma ação, mas não uma ação sobre o sistema. Precisamos pensar e agir sobre o sistema. Fazer só a checagem seria como detectar um vazamento num cano de fluxos de água e colocar um rebite, fazer um remendo onde há vazamento. Não se está agindo sobre o sistema como um todo. Precisamos pensar de forma reflexiva sobre esses processos.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Antônio Fausto Neto – Um livro que ajuda a pensar um pouco mais nessa minha perspectiva é *Polegarzinha: Uma Nova Forma de Viver Em Harmonia, de Pensar as Instituições, de Ser e de Saber*, de Michel Serres⁹ (São Paulo: Bertrand Brasil, 2013). E muito do que falamos por aqui está nas obras *Homo Deus*¹⁰, de Yuval Noah Ha-

rari¹¹ (São Paulo: Companhia das Letras, 2016), *A Cultura do Novo Capitalismo* (Rio de Janeiro: Record, 2006) e *Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação* (Rio de Janeiro: Record, 2012), os dois de Richard Sennett¹². ■

9 **Michel Serres** (1930): filósofo e historiador das ciências francês. Escreveu entre outras obras "O terceiro instruído" e "O contrato natural". Atuou como professor visitante na USP. Desde 1990 ele ocupa a poltrona 18 da Academia Francesa. Professor da Universidade de Stanford e membro da Academia Francesa, escreveu inúmeros ensaios filosóficos e de história das ciências, entre os quais *Os cinco sentidos*, *Notícias do mundo*, *Variações sobre o corpo*, *O incandescente*, *Hominescências* e *Júlio Verne: A ciência e o homem contemporâneo*, todos títulos lançados no Brasil pela editora Bertrand Brasil. (Nota da **IHU On-Line**)
10 A obra vem sendo amplamente trabalhada pelo Insti-

tuto Humanitas Unisinos – IHU, com inúmeras publicações e análises sobre o livro. Além disso, *Homo Deus* foi apresentado em evento no IHU, no dia 16-11-2017. O texto e o vídeo da conferência estão disponíveis em <http://bit.ly/2JgOZ8C>. (Nota da **IHU On-Line**)

11 **Yuval Noah Harari** (1976) professor israelense de História e autor do best-seller internacional *Sapiens: Uma breve história da humanidade* e também do *Homo Deus – Uma Breve História do Amanhã*. Ele leciona no departamento de História da Universidade Hebraica de Jerusalém. (Nota da **IHU On-Line**)

12 **Richard Sennett** (1943): é um sociólogo e historiador norte-americano, professor da London School of Economics, do Massachusetts Institute of Technology e da New York University. É também romancista e músico. Casado com a socióloga Saskia Sassen, sua obra mais conhecida é *O declínio do homem público*. (Nota da **IHU On-Line**)

Leia mais

40

– **Um olhar estrangeiro sobre si mesmo**. Perfil de Antônio Fausto Neto, publicado na revista IHU On-Line nº 512, de 2-10-2017, disponível em <https://bit.ly/2Jcqfyg>.

– **“O processo de construção do voto religioso é perverso”**. Entrevista especial com Antônio Fausto Neto, publicada na revista IHU On-Line nº 347, de 18-10-2010, disponível em <https://bit.ly/2J93mvK>.

– **O Mutirão e a ambiência que nos constitui**. Artigo de Antônio Fausto Neto, publicado na revista IHU On-Line nº 319, de 14-12-2009, disponível em <https://bit.ly/2HDL9ch>.

– **A midiaticização e os governos latino-americanos**. Entrevista especial com Antônio Fausto Neto, publicada nas Notícias do Dia, de 20-9-2009, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <https://bit.ly/2vv9hZX>.

– **“A midiaticização produz mais incompletudes do que as completudes pretendidas, e é bom que seja assim”**. Entrevista especial com Antônio Fausto Neto, publicada na revista IHU On-Line nº 289, de 13-4-2009, disponível em <https://bit.ly/2qOEHEZ>.

– **Descenramento do lugar do jornalismo**. Entrevista especial com Antônio Fausto Neto, publicada na revista IHU On-Line nº 254, de 14-4-2008, disponível em <https://bit.ly/2qOcONI>.

– **As relações entre mídia e política no espaço público contemporâneo**. Entrevista especial com Antônio Fausto Neto, publicada na revista IHU On-Line nº 202, de 30-10-2006, disponível em <https://bit.ly/2HFSAje>.

O avassalador Silêncio de Scorsese

 medium.com/@_ihu

O texto além do texto

Anna Bentes, pesquisadora da área de linguística, analisa a natureza complexa da produção textual das fake news

Ricardo Machado

Dentre as inúmeras nuances do fenômeno das fake news, uma delas é da ordem de estruturação dos textos, cuja estrutura das narrativas é resultado de um trabalho de manipulação e falseamento com diferentes intencionalidades. Com isso se produz o acúmulo de capitais simbólico e financeiro. “O social [simbólico], dado que esses grupos, em geral, vinculam-se a movimentos conservadores e muito poderosos do ponto de vista político e econômico; e o econômico, dado que a produção de fake news é uma atividade altamente rentável, na verdade, um modelo de negócios das plataformas digitais”, pondera a professora e pesquisadora Anna Bentes, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

Não deixa de ser interessante e controverso que o fenômeno das notícias falsas é também sintoma de um certo empoderamento dos usuários, que percebem ser capazes de se tornar fonte de “informação” e, com isso, produzir certo prestígio social. “A sensação de empoderamento experimentada pelos usuários quando percebem que podem ser uma fonte relevante de informação, leva todos a tentarem se mostrar ‘informados’, sabendo da ‘última’ notícia

e divulgando, ‘em primeira mão’, para os seus familiares, amigos e conhecidos do mundo virtual”, descreve a pesquisadora.

Nesse contexto, ter uma postura crítica em relação às intencionalidades de quem compartilha conteúdos requer perceber a própria natureza dos textos. “Eles [os textos] estão sempre sujeitos a operações de descontextualização e recontextualização que envolvem necessariamente disputas entre os sistemas de valores, de crenças e de referências dos interlocutores envolvidos nos processos de produção e compreensão textual”, complementa Anna.

Anna Christina Bentes é graduada em Letras pela Universidade Federal do Pará - UFPA, realizou mestrado em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Fez estágio pós-doutoral no Departamento de Antropologia da Universidade da Califórnia, em Berkeley, Estados Unidos. Atualmente é professora do Departamento de Linguística da Universidade Estadual de Campinas.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual a contribuição da linguística para pensar o fenômeno das fake News?

Anna Bentes – Acredito que as várias áreas da Linguística têm muito a contribuir para a melhor compreensão desse fenômeno. Mas, antes de mais nada, é importante dizer que o campo dos estudos linguísticos, como qualquer outro campo,

é bastante heterogêneo e diversificado. Nele, vamos encontrar teorias cujas bases serão radicalmente diferentes [a esse respeito, recomendo fortemente a leitura do livro *Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos* (São Paulo: Editora Cortez, 2011)]. Pensando em um dos campos da Linguística, o dos estudos do texto, posso afirmar que ele contribui para essa discussão, em

primeiro lugar, quando postula *contextos* para a emergência de qualquer texto. No caso das fake news, os contextos parecem ser o de 1) polarização de visões de mundo; 2) guerra híbrida e 3) possibilidade de disseminação rápida, via grandes plataformas (Facebook, Twitter, Whatts app, Google) de assuntos considerados urgentes, sensacionais e/ou de grande interesse (especialmente po-

lítico, cultural, econômico, científico etc.). Em segundo lugar, é possível observar que *o que é falso* nas fake news resulta de um *deliberado trabalho* de manipulação e/ou de falseamento de determinados elementos estruturadores dos textos com diferentes *intencionalidades*. Cito, então, agora, o psicanalista Christian Dunker, sobre a relação entre as práticas de produção de fake News e o surgimento da chamada pós-verdade: “Em 2011 a verdade das armas químicas que justificaram o ataque ao Iraque mostrou-se uma ficção. O fato de que presidentes e agências de Estado pratiquem mentiras técnicas como essa, retóricas (como a ‘guerra cirúrgica’), jurídicas (como a corrupção dentro da lei), apenas replica a maquiagem de balanços (que estava por trás das bolhas imobiliárias de 2008) e o cinismo como discurso básico do espaço público e da vida laboral”¹.

A observação de Dunker nos leva a pensar em um outro critério importante: aquele que pode explicar o aumento do número de fake news relativas a uma diversidade de temas e de questões sociais. A meu ver, o fato de a mentira, a manipulação, a fraude, o falseamento constituírem *ações de textualização/discursivização que são performatizadas por atores sociais altamente legitimados por vários setores da sociedade*, tais como presidentes da república, políticos em geral, gestores públicos, empresários, líderes de movimentos sociais, acaba por legitimar os grupos que são responsáveis pela produção desse gênero, a “notícia falsa”. Participar da elaboração de fake news pode se constituir em *tipo de distinção* porque possibilita o acúmulo de pelo menos dois tipos de capital: o social, dado que esses grupos, em geral, vinculam-se a movimentos conservadores e muito poderosos do ponto de vista político e econômico e dado que se profissionalizam, constituindo assim o grupo seletivo de experts na produção de um determinado gênero textual que “guia” as massas de pessoas por

caminhos improváveis, para dizer o mínimo; e o econômico, dado que a produção de fake news é uma atividade altamente rentável, na verdade, um modelo de negócios das plataformas digitais. Até aqui, enfocamos *aspectos da produção* das fake news (intencionalidades, perfil social de seus produtores, contexto de produção, característica geral do trabalho linguístico, textual e discursivo performatizado). No entanto, há um último aspecto, *o da recepção e da circulação das fake news*, que pode ser compreendido nos termos do antropólogo e linguista William Hanks (1996), para quem, “as pessoas, para se comunicarem, devem co-participar de uma comunidade interpretativa que possua valores semelhantes no que diz respeito ao que vale como expressão e a forma de compreendê-la”, o que configuraria “um tipo de compartilhamento de conhecimentos necessariamente parcial, perspectivado e socialmente distribuído”. A formulação de Hanks sobre como os atores sociais participam das comunidades interpretativas, especialmente no que diz respeito aos valores assumidos e encenados por determinados participantes no contexto digital, parece embasar a definição de fake news dada no Facebook recentemente: “Fake news não é para enganar ninguém. Fake news é para pessoas se sentirem permitidas a acreditar nas coisas que elas sabem que é mentira” (Ullisses Mattos).

IHU On-Line – Como as pesquisas no campo da linguística estão pensando o fenômeno das fake news?

Anna Bentes – Recentemente, Letícia Sallorenzo, orientada pelo Professor Dionei Moreira Gomes, defendeu uma dissertação de mestrado na Universidade de Brasília intitulada *Gramática e manipulação: análise cognitivo-funcional de manchetes de jornais durante o segundo turno das eleições presidenciais de 2014*. Foram selecionadas as manchetes com os nomes Aécio e Dilma e, nesse corpus, foram analisadas as manchetes com os verbos “atacar” e “derrotar”, e estruturas topicalizadas do tipo:

“Desconfiada, Dilma tem poucos interlocutores”. A autora procede a uma análise com base em conceitos muito importantes no campo da Linguística Cognitiva, dos estudos de Linguagem em Uso e dos Estudos Críticos do Discurso. Uma de suas conclusões é o fato de que as manchetes desses dois grandes jornais construíram a seguinte “narrativa”: “Aécio era o bom moço, capaz, preparado, ponderado e perfeito para a presidência da república; Dilma era a mulher louca, desequilibrada e apaixonada que atacava por desespero”. Além disso, em um universo de 340 manchetes, a autora não conseguiu, por exemplo, produzir um subgrupo de manchetes que fossem desfavoráveis a Aécio. Esse trabalho trata de fake news? Podemos dizer que, em parte, sim. Especialmente se considerarmos a classificação produzida pelo relatório recém divulgado do Conselho da Europa sobre a chamada “desordem informacional”² que assola o mundo. Esse relatório chegou a três classificações para o fenômeno das fake news, que abrange diversas nuances de manipulação. Uma delas é a desinformação (notícias falsas criadas para prejudicar determinados atores sociais). A outra é a malinformação, segundo a qual notícias que apresentam uma base real são editadas de forma a causar danos. O terceiro tipo é a misinformação que se diferencia das outras classificações porque a intencionalidade não é causar danos. Se considerarmos essas nuances de manipulação, as manchetes dos jornais analisados pela pesquisadora acima referida poderiam ser encaixadas na categoria de malinformação, porque selecionam e formatam informações com base nos acontecimentos de forma a produzir uma imagem negativa de um determinado candidato. O título ou a manchete de uma matéria é o grande responsável pelo primeiro

² O relatório do grupo de trabalho criado pela Comissão Europeia para combater a disseminação de fake News foi apresentado em 09 de abril de 2018 e servirá de inspiração para que a secretária europeia da Economia Digital Mariya Gabriel apresente novas medidas, visando as eleições europeias de 2019. Matérias sobre o tema foram publicadas na Folha de São Paulo (<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/04/com-avanco-tecnologico-fake-news-vaio-entrar-em-fase-nova-e-preocupante.shtml>), no Nexo (<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2018/Os-desafios-das-fake-news-na-América-Latina>) (Nota da entrevistada) e no Observador (<https://observador.pt/2018/03/13/comissao-europeia-apresenta-propostas-para-combater-fake-news/>). (Nota da entrevistada)

¹ Disponível em <https://outraspalavras.net/destaques/para-compreender-a-pos-verdade-e-seu-tempo-politico/> (Nota da entrevistada)

impacto do texto no leitor. Dependendo de como as informações estão dispostas, podem levá-lo a experienciar aquele sentido de urgência, tão característico do processo de disseminação de fake news. Assim, constituem elemento estruturador das fake news. Por isso, não é possível dizer que as manchetes são fake news; no entanto, é possível dizer que sua produção também pode ser orientada pelos princípios gerais que edificam o gênero “notícia falsa”: a seleção e a edição da informação baseada em fatos reais e a intenção de causar dano a um determinado ator social.

Sendo assim, acredito que os dispositivos dos vários campos da linguística, desenvolvidos para analisar diferentes aspectos tanto do sistema linguístico como das práticas de linguagem, podem auxiliar na compreensão do fenômeno, desde que o consideremos não em termos de uma oposição absoluta entre verdade ou mentira, mas fundamentalmente buscando perceber as intencionalidades de quem as produz e os efeitos alcançados.

IHU On-Line – Como a compreensão dos textos para além de seu sentido primeiro (gramatical e semântico) ajuda a não cairmos em armadilhas retóricas?

Anna Bentes – É por intermédio de condicionamentos “diferenciados e diferenciadores”, dos quais nos ocupamos um pouco anteriormente, que as práticas de produção, recepção e de circulação de textos nas redes sociais se dão. Aqui é importante afirmar que compreendemos as redes sociais como “um tipo de relação entre seres humanos pautada pela *flexibilidade* de sua estrutura e pela *dinâmica* entre seus participantes”, apresentando “um caráter horizontal”, desprovidas de “uma estrutura rígida”. O caráter relacional das redes é fundamental, dado que são relações entre seus participantes que dão o tom de seu funcionamento. Relações entre atores (pessoas ou plataformas, por exemplo) e relações entre

relações. Conforme Luis Mauro Sá Martino, o que interessaria nas redes seria a maneira como um tipo de interação interfere nas outras interações. Nesse sentido, os textos são os recursos mais fundamentais para o estabelecimento dos mais diversos tipos de interação/relação social. Mais especificamente, são as práticas recorrentes de produção, consumo e divulgação de textos que vão manter ou afrouxar determinados laços, que vão aproximar ou distanciar pessoas e perspectivas, que vão empurrar para o anonimato ou trazer à cena determinados atores sociais.

Se pensarmos nos aspectos práticos do funcionamento das redes sociais, estes dependem fundamentalmente da produção, circulação e recepção ativa de textos preferencialmente multimodais e/ou escritos. Mais especificamente, no caso do Facebook, rede que conta atualmente com mais de 2 bilhões de usuários mensais, uma das práticas mais presentes está relacionada ao que Manuel Castells³ denomina auto-comunicação, que seria a capacidade de cada ator social fazer as vezes de uma fonte de informação. Isso somente pode acontecer se houver ou a produção de textos (curtos ou “texto”), como dizem os usuários) ou o compartilhamento/divulgação de textos de natureza informativa (notícias, reportagens, documentários), ficcional (as narrativas de experiência pessoal, depoimentos, histórias de vida, documentários biográficos), publicitária (gêneros que campanhas governamentais, campanhas sociais, propaganda comercial) crítica e/ou humorística (memes, charges, comentários, tirinhas), artística (poesia, docu-dramas, performances, vídeo-clipes, etc). No caso, estamos

³ **Manuel Castells** (1942): sociólogo espanhol. Entre 1967 e 1979 lecionou na Universidade de Paris, primeiro no campus de Nanterre e, em 1970, na “École des Hautes Études en Sciences Sociales”. No livro “A sociedade em rede”, o autor defende o conceito de “capitalismo informacional”. Foi nomeado em 1979 professor de Sociologia e Planejamento Regional na Universidade de Berkeley, Califórnia. Em 2001, tornou-se pesquisador da Universidade Aberta da Catalunha em Barcelona. Em 2003, juntou-se à Universidade da Califórnia do Sul, como professor de Comunicação. Segundo o Social Sciences Citation Index Castells foi o quarto cientista social mais citado no mundo no período 2000-2006 e o mais citado acadêmico da área de comunicação, no mesmo período. (Nota da **IHU On-Line**)

pensando basicamente em um tipo de divisão dos domínios discursivos e de seus respectivos temas e formatos, a saber, aquele que funciona no interior dos meios de comunicação de massa.

Ainda, se pensarmos que os textos que circulam hoje no interior das redes resultam de um trabalho de construção por parte de quem os produz para esses contextos específicos e que esses mesmos textos dependem, mais do que nunca, de um trabalho de divulgação da parte de seus interlocutores para que os seus efeitos sejam alcançados, é possível dizer que as ações de textualização representam, da maneira mais concreta e visível, o trabalho de textualização que contempla tanto a tarefa de estar no mundo, um modo múltiplo de conexão, como disse Roberto de Beaugrande, como também uma forma simbólica, uma forma linguístico-discursiva de ação, em ação.

Acredito que as redes sociais potencializaram esse trabalho de textualização como um modo de estar no mundo e como uma forma de ação em relação a um conjunto amplo de interlocutores e também uma forma de interação entre produtores, textos e os interlocutores.

Considerando esse contexto mais geral, a compreensão dos textos é altamente contingenciada. Como dissemos antes, ela é sempre parcial, perspectivada e socialmente distribuída. Um dos fatores cruciais para que a disseminação de informações falsas na rede possa ser reduzida é o desenvolvimento de uma atitude de maior responsabilidade dos usuários em relação ao que divulgam. A sensação de empoderamento experimentada pelos usuários quando percebem que podem ser uma fonte relevante de informação e que, conseqüentemente, podem adquirir algum prestígio social em função disso, leva todos a tentarem se mostrar “informados”, sabendo da “última” notícia e divulgando, “em primeira mão”, para os seus familiares, amigos e conhecidos do mundo virtual. Nesse sentido, os usuários pensam estar colaborando com a dissemina-

ção de informação socialmente relevante e não com a desinformação estritamente orientada para certos fins, mais frequentemente, fins políticos. Lidar com essa boa-fé das pessoas é tarefa para experts. Os textos devem ser encarados, então, de uma forma geral, como construtos que resultam de trabalho sobre recursos linguísticos, textuais e discursivos específicos.

IHU On-Line – As fake news parecem ser, também, efeito de uma certa incapacidade de leitura. O que de fato é aprender a ler em um mundo radicalmente saturado de textos (linguísticos, visuais, estéticos)?

Anna Bentes – Em função do que falei antes, o leitor é, de fato, a parte mais fraca dessa cadeia toda e é preciso fornecer a ele ferramentas precisas de forma que ele possa se movimentar nesse contexto de “desordem informacional”. Do lado da produção, temos as grandes plataformas que têm interesses mercadológicos muito definidos e que têm contribuído para o fortalecimento desse contexto de caos informacional. Recentemente, no entanto, os Estados individualmente ou Comunidades Internacionais, como a Comunidade Europeia, têm buscado enfrentar essa questão de forma a proteger seus cidadãos dos impactos dessas práticas massivas de desonestidade intelectual.

Os textos podem nos fornecer boas pistas sobre essas práticas, mas, se eles resultam, como disse antes, de um trabalho que busca alcançar certos objetivos, é preciso ler os textos - orais ou escritos - e os hipertextos de forma cada vez mais atenta. Um primeiro aspecto a ser observado é questão da confiabilidade das fontes. Mas, mesmo que as fontes sejam confiáveis, é preciso perceber de que perspectiva elas organizam seus textos. Se as fontes não são muito conhecidas, a atenção deve ser redobrada. Vejamos o exemplo da recente polêmica em torno de uma declaração em vídeo da senadora Gleisi Hoffmann a TV Al Jazeera. Em seu texto, a senadora basi-

camente faz uma série de denúncias, sendo a principal delas a natureza política da prisão do ex-presidente Lula⁴. Ao final do vídeo, ela fala: “Convido a todos e a todas a se juntarem conosco nessa luta. Lula livre”. Esse enunciado é reinterpretado de várias maneiras por seus adversários. A senadora Ana Amélia, em sua primeira fala sobre a declaração da senadora Gleisi Hoffmann à TV Al Jazeera, faz uma série de críticas ao discurso da senadora do Partido dos Trabalhadores e, ao final, afirma: “Eu só espero que essa exortação feita pela senadora do Partido dos Trabalhadores não tenha sido para convocar o Exército Islâmico para vir ao Brasil fazer as operações de proteção ao Partido que perdeu o poder e agora parece ter perdido também a compostura, o respeito e o apoio popular”. A recategorização (“exortação”) que a senadora Ana Amélia faz do trecho final da fala da senadora Gleisi Hoffman (que fez um “convite”) já indicia que ela vai preencher todas as lacunas deixadas pelo texto genérico e ao mesmo tempo metafórico da senadora Gleisi Hoffmann: as expressões “todos” e “todas” são reinterpretadas como “Exército Islâmico” e a ação de se “juntar na luta” (luta por Lula livre) é reinterpretada como “vir ao Brasil fazer as operações de proteção ao Partido que perdeu o poder”.

Essa releitura da fala da senadora Gleisi Hoffmann imediatamente parece ter inspirado a produção de um conjunto de fake news: “PT apela ao mundo islâmico”; “Gleisi Islâmica Hoffman faz vídeo para a TV Al Jazeera”; “Gleisi pode ser presa por incitação ao terrorismo” etc. A associação direta entre o “mundo árabe”, mencionado pela senadora Gleisi Hoffmann em certo momento do vídeo, a “terrorismo” foi feita por muitos ato-

res sociais. No entanto, nesse caso, e em muitos outros, a leitura por nós empreendida do percurso de construção de fake news envolve um texto primeiro (uma declaração gravada em vídeo para ser publicada no portal de vídeos da TV Al Jazeera feita pela senadora Gleisi Hoffmann) e as suas releituras, tanto por atores mais legitimados (como é o caso do comentário feito em uma das comissões do Senado da senadora Ana Amélia sobre o citado vídeo), como pelos produtores das fake news. Para concluir, é importante termos em mente que os processos de produção de fake news, especialmente no campo político, pressupõem práticas violentas de propaganda política com o intuito de desmoralizar o adversário. Por isso, o processo de compreensão do fenômeno como fake news está relacionado à compreensão da própria natureza dos textos: eles estão sempre sujeitos a operações de descontextualização e recontextualização que envolvem necessariamente disputas entre os sistemas de valores, de crenças e de referências dos interlocutores envolvidos nos processos de produção e compreensão textual.

IHU On-Line – É possível pensar o fenômeno das fake news como uma espécie de triunfo (ainda que não hegemônico) das contradições lógicas?

Anna Bentes – Como disse anteriormente, assumo que a questão das fake news está mais relacionada a disputas entre sistemas de referências, de crenças e de valores. Essas disputas estruturam e organizam as diferentes esferas ou campos sociais. Mais especialmente, a disseminação de fake news parece estar bastante vinculada ao campo político. O funcionamento desse campo é descrito por Pierre Bourdieu⁵: “Nas demo-

⁴ **Dilma Rousseff** (1947): economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores – PT, eleita duas vezes presidente do Brasil. Seu primeiro mandato iniciou-se em 2011 e o segundo foi interrompido em 31 de agosto de 2016. Em 12 de maio de 2016, foi afastada de seu cargo durante o processo de impeachment movido contra ela. No dia 31 de agosto, o Senado Federal, por 61 votos favoráveis ao impeachment contra 20, afastou Dilma definitivamente do cargo. O episódio foi amplamente debatido nas Notícias do Dia no sítio do IHU, como, por exemplo, a Entrevista do Dia com Rudá Rici intitulada *Os pacotes do Temer alimentarão a esquerda brasileira e ela voltará ao poder*, disponível em <http://bit.ly/2blPIHK>. Durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu a chefia do Ministério de Minas e Energia e posteriormente da Casa Civil. (Nota da **IHU On-Line**)

⁵ **Pierre Bourdieu** (1930 - 2002) sociólogo francês. De origem camponesa, filósofo de formação, chegou a docente na École de Sociologie du Collège de France, instituição que o consagrou como um dos maiores intelectuais de seu tempo. Desenvolveu, ao longo de sua vida, mais de trezentos trabalhos abordando a questão da dominação, e é, sem dúvida, um dos autores mais lidos, em todo mundo, nos campos da Antropologia e Sociologia, cuja contribuição alcança as mais variadas áreas do conhecimento humano, discutindo em sua obra temas como educação, cultura, literatura, arte, mídia, linguística e política. Seu primeiro livro, *Sociologia da Argélia* (1958), discute a orga-

cracias parlamentares, a luta para conquistar a adesão dos cidadãos (o seu voto, as suas quotizações, etc.) é também uma luta para manter ou subverter a distribuição do poder sobre os poderes públicos. (...) Os agentes por excelência dessa luta são os partidos, organizações de combate especialmente ordenadas em vista a conduzirem esta *forma sublimada de guerra civil*, mobilizando de maneira duradoura, por previsões prescritíveis, o maior número de agentes dotados da mesma visão do mundo social e do porvir”.⁶

Se entendermos assim, podemos pensar que a produção e a circulação massiva de fake news tem muito a ver com práticas de militância (defesa de uma causa, de um partido, de uma identidade social etc.) que pressupõem “milícias virtuais”: o que explicaria a velocidade com que se espalhou o conjunto de fake News sobre o vídeo da senadora Gleisi Hoffmann para a TV Al Jazeera se não a existência de grupos organizados para produzir textos pretensamente noticiosos sobre a senadora enquanto adversária política? Do mesmo modo, a rápida proliferação de memes sobre o comentário da senadora Ana Amélia, fazendo crer que ela fez associação entre Al Jazeera e Al Qaeda, não poderia acontecer se não houvesse um conjunto organizado de militantes que é crítico à posição dessa senadora. Essa é, a meu ver, uma das “lógicas” que orientam a produção e a disseminação desse gênero.

IHU On-Line – Até que ponto categorias tipicamente modernas como “verdade”, “imparcialidade”, “objetividade”, mais vinculadas a uma linguística estrutural, são capazes de dar conta da complexidade dos

nização social da sociedade cabila, e em particular, como o sistema colonial interferiu na sociedade cabila, em suas estruturas e desculturação. Dirigiu, por muitos anos, a revista *Actes de la recherche en sciences sociales* e presidiu o CISIA (Comitê Internacional de Apoio aos Intelectuais Argelinos), sempre se posicionado clara e lucidamente contra o liberalismo e a globalização. (Nota da **IHU On-Line**)
6 BOURDIEU, P. “A representação política: elementos para uma teoria do campo político”. In: *O poder simbólico*. Introdução de Diogo Ramada Curto, Nuno Domingos e Miguel Bandeira Jerónimo. Lisboa: Edições 70, 2011, p.167-215. (Nota da Entrevistada)

fenômenos comunicacionais contemporâneos?

Anna Bentes – A meu ver, essas categorias estavam/estão ligadas a ideia de instâncias mediadoras. A emergência das interações sociais por meio das tecnologias de informação e de comunicação e as diversas interpretações de seu papel nas sociedades ocidentais conduziram muitos a uma compreensão de que essas instâncias mediadoras não seriam/são mais necessárias e que, portanto, os indivíduos poderiam acessar diretamente, a partir de seus repertórios e interesses, conhecimentos e interações diversificados. No entanto, isso se mostra cada vez menos real. As mediações no campo do jornalismo seriam os jornalistas e sua formação, as equipes de trabalho (presenciais ou à distância), as empresas jornalísticas, as agências reguladoras das práticas jornalísticas e das práticas empresariais, a legislação trabalhista e a legislação sobre a liberdade de imprensa. Isso tudo deixa de ser importante, dado que hoje, essas posições profissionais podem ser ocupadas por pessoas sem formação jornalística e dado que há um enorme esforço, especialmente no Brasil, para deslegitimar as conquistas sociais desses últimos anos. Entendo que essas categorias foram também muitas vezes relacionadas ao compromisso com uma distribuição menos desigual do conhecimento e do acesso à informação. No entanto, esse tipo de preocupação também está sendo fortemente questionada. Por isso, essas categorias acabam por sucumbir, já que o nosso horizonte de verdade atual inclui a negação de certas formas de mediação.

IHU On-Line – Que tipos de valores estão sendo construídos nas redes digitais e na circulação de conteúdos (falsos ou não)?

Anna Bentes – Por um lado, acredito que os valores críticos (aqueles que possibilitam o sonho com uma sociedade outra, melhor, mais justa e menos socialmente desigual) estão vivos e disputando os corações

e mentes. Por outro lado, as chamadas “forças anti-reflexivas”, representadas particularmente pelo setor industrial e pelos movimentos conservadores, que defendem a ordem capitalista mundial de qualquer crítica, negando a importância de grandes problemas sociais⁷ estão mais do que nunca atuantes e vivas. Estão ocupando lugares de poder muito importantes (a presidência de vários países do Ocidente, por exemplo) e, infelizmente, encontram “eco” nas sociedades, muito em função da descrença nos atuais sistemas políticos e econômicos.

Há um sentimento difuso de desilusão, desesperança, insegurança. As fake news colaboram para a consolidação dessa subjetividade “baixo-astral”, dado que são vetores de frustração para aqueles que, em um determinado momento, nelas acreditaram. Se fosse só por isso, já valeria a pena combatê-las. Para mim, no entanto, a busca pela compreensão do funcionamento das redes sociais está relacionada não apenas à compreensão dos modos de circulação de informação, mas principalmente, à compreensão dos modos como os diversos atores sociais se engajam na produção de textos que indiciam posicionamentos políticos em relação aos acontecimentos do mundo social. Nesse sentido, nada está perdido. A produção de textos nas redes sociais exemplifica de maneira bastante concreta como os sujeitos do fazer textual buscam “criar uma diferença” em relação a um determinado estado de coisas ou curso de eventos pré-existentes. Se as redes, como os textos, possibilitam o estabelecimento de vínculos e também a possibilidade de transições e de mudanças, é importante pensar que as possibilidades de criação de uma cultura participativa, que compartilhe valores mundializados, universalizados, pode estar tanto nas redes como “tecnologia do espírito”, como nos textos, como formas de conexão entre nós e de como formas de ação sobre o mundo social. ■

7 KOIKE, D.; BENTES, A.C. *Tweetstorms* e processos de (des)legitimação social na Administração Trump. CADERNOS CEDES, Unicamp, no prelo. (Nota da Entrevistada)

Cultura de verificação é um caminho para enfrentar as fake news

Para Taís Seibt, o chamado *fact-checking* tensiona um aprimoramento da cobertura jornalística e abre caminhos para a necessidade de reflexão ao invés da reprodução automática de notícias

Ricardo Machado | Edição: João Vitor Santos

A chamada Revolução 4.0 se potencializa nas redes e, inevitavelmente, impacta também o campo de produção de conteúdo, especialmente o jornalismo. No mundo de hoje, a tecnologia realinha a velha lógica comunicacional de emissor e receptor, transformando todos no híbrido que une esses polos. E num ambiente em que todos podem dizer o que quiserem e levarem isso a circulação, as fake news germinam. Para a jornalista e mestra em Comunicação Taís Seibt, uma reação possível a esse fenômeno é o *fact-checking*, que não só supera as fake news como também confere um outro status ao produto do jornalismo. “Os processos de verificação e *fact-checking* vêm acompanhados de um método jornalístico mais transparente, que permite ao leitor escrutinar o processo de apuração, algo totalmente ausente da notícia em sua forma clássica”, explica.

Entretanto, é preciso ter clareza e não ver este como um problema estritamente da tecnologia. Ou seja, não é a invenção de uma máquina que vai resolver os dilemas das fake news. “O método de verificação é essencialmente humano, assim como o mecanismo que aciona a disseminação de informações falsas: somos nós que compartilhamos

e, assim, ‘ensinamos’ o algoritmo a propagar tais conteúdos”, aponta.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Taís explica que “o *fact-checking* está mais ligado à checagem do discurso público em si, ou seja, à veracidade de declarações que influenciam a opinião pública, especialmente no debate político”. Por isso, crê que esse pode ser um caminho para que se crie uma cultura de verificação que vá além do jornalismo. “Mas isso é um processo bastante lento. A maioria das iniciativas de checagem mantêm projetos ligados ao que se poderia chamar de ‘alfabetização midiática’”, analisa.

Taís Seibt é jornalista, formada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos e mestra em Comunicação pela mesma instituição. Doutoranda em Comunicação e Informação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, atua como repórter independente. Seus estudos se centram na prática de *fact-checking* (checagem de fatos, em tradução livre) no Brasil. Atuou em assessorias de imprensa e em redações como as do jornal Zero Hora, Canal Rural, O Estado de S. Paulo e BBC Brasil.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – As chamadas fake news não são nenhuma novidade, afinal estiveram presentes nas sociedades, pelo menos, desde a Roma Antiga. Mas como poderíamos caracterizar o fenômeno contemporânea-

mente? O que há de novo?

Taís Seibt – Espalhar boatos para deslegitimar governantes ou oponentes políticos é uma estratégia histórica, e em momentos importantes da história da civilização ocidental os jornais foram instrumentos cen-

trais nesse processo. Se pensarmos na Revolução Francesa¹, havia em

¹ **Revolução Francesa:** nome dado ao conjunto de acontecimentos que, entre 5 de maio de 1789 e 9 de novembro de 1799, alteraram o quadro político e social da França. Começa com a convocação dos Estados Gerais e a Queda da Bastilha e se encerra com o golpe de estado do 18 Brumário, de Napoleão Bonaparte. Em causa estavam o Antigo Regime (*Ancien Régime*) e a autoridade do clero

“O que diferencia o fenômeno contemporâneo das fake news não é tanto o potencial de disseminação dessas informações, mas sim a possibilidade de personalização dessas mensagens”

Paris os *canards*², jornais de apelo bastante popular, recheados de ilustrações, mensagens chamativas e muitos boatos. Historiadores registram que esses jornais tiveram um papel importante para incitar o ódio à rainha Maria Antonieta³, que acabou executada em 1793. Mas é preciso contextualizar bem esses dois momentos antes de compará-los.

No século XVIII, os jornais eram instrumentos de luta política. Não havia ainda a noção de notícia como um relato dos acontecimentos, não havia o compromisso jornalístico de buscar a verdade sobre os fatos. Isso vem com a Modernidade, entre o final do século XIX e início do século XX, com a consolidação das democracias e a garantia da liberdade de imprensa. No pós-guerra, quando se tornam evidentes os abusos da propaganda dos exércitos e a manipulação de informações sobre o que acontecia no *front*, os jornais assumem de vez o papel de fiscais do poder e de defesa do interesse público.

e da nobreza. Foi influenciada pelos ideais do Iluminismo e da independência estadunidense (1776). Está entre as maiores revoluções da história da humanidade. A Revolução Francesa é considerada como o acontecimento que deu início à Idade Contemporânea. Aboliu a servidão e os direitos feudais e proclamou os princípios universais de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” (*Liberté, Egalité, Fraternité*), lema de autoria de Jean-Jacques Rousseau. (Nota da **IHU On-Line**)

2 O termo designa um relato ou história falsa ou infundada. Na França, foram associados a jornais popularescos que circularam na época da Revolução. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Maria Antonieta de Habsburgo** (1755-1793): arquiduchessa da Áustria e rainha consorte da França de 1774 até a Revolução Francesa, em 1789. Era a filha mais nova de Maria Teresa de Habsburgo e de Francisco I da Áustria, imperadores daquele país. Exerceu grande influência política sobre seu marido, e, consequentemente, sobre toda a França; apesar disso, ela pouco sabia sobre a vida dos plebeus franceses e o custo dela. Contam que, uma vez, quando o povo se reuniu em frente ao palácio real reivindicando melhores condições de vida, um dos manifestantes disse que não tinha pão para comer. Ao saber disso, disse ela: “Se não têm pão, que comam brioches”. (Nota da **IHU On-Line**)

Há um contrato implícito com o leitor que pressupõe a credibilidade das informações publicadas no jornal, é um “contrato fiduciário”. Se está no jornal, é porque aconteceu, é verdade. É claro que houve distorções na história, e há no presente. Mas a verdade é um princípio jornalístico, e um erro de apuração não pode ser confundido com má-fé. Nas últimas três décadas, com o avanço das mídias digitais, houve uma forte fragmentação da vida pública, que afetou a credibilidade não só do jornalismo, mas de todas as instituições sociais. A globalização e o individualismo são polos de um mesmo fenômeno social caracterizado pela perda do sentido comum e também da noção sobre o que é verdade. É verdade o que me interessa, o que me convém.

Por isso, o que diferencia o fenômeno contemporâneo das fake news não é tanto o potencial de disseminação dessas informações, ou seja, a ampla e rápida circulação de conteúdos via redes digitais, mas sim a possibilidade de personalização dessas mensagens. A segmentação é uma característica da Internet, e os algoritmos das plataformas têm sido cada vez mais eficientes nisso. De início, soava positivo saber exatamente com que leitor estávamos conversando. Mas criou-se um mercado de desinformação em torno disso. Tornou-se lucrativo, tanto comercialmente quanto politicamente, criar, literalmente, realidades para públicos específicos com objetivos questionáveis. As informações não só são falsas, como são encomendadas para sustentar os sentidos de-

sejados por um determinado público, de acordo com suas convicções, medos, expectativas. Isso alimenta teorias conspiratórias, faz crescer a desconfiança pública e pode ter efeitos sociais muito perversos.

IHU On-Line – Até que ponto categorias tipicamente modernas como “verdade”, “imparcialidade”, “objetividade” são capazes de dar conta da complexidade dos fenômenos comunicacionais contemporâneos? Que tipos de valores estão sendo construídos nas redes digitais e na circulação de conteúdos?

Tais Seibt – A resposta ao fenômeno contemporâneo passa pela recuperação desses valores, porém associados a outro valor: a transparência. O processo jornalístico moderno é tão opaco quanto a programação dos algoritmos das plataformas digitais: não há clareza sobre seus critérios e procedimentos. Se pensarmos na resposta jornalística às fake news, os processos de verificação e *fact-checking* vêm acompanhados de um método jornalístico mais transparente, que permite ao leitor escrutinar o processo de apuração, algo totalmente ausente da notícia em sua forma clássica. Com essa metodologia, recupera-se o sentido da verdade e da objetividade no jornalismo.

Já imparcialidade é um conceito mais delicado. Foi em nome de uma pretensa imparcialidade que o jornalismo, especialmente na cobertura política, ficou cada vez mais “decla-

ratório”. Abre-se aspas e publica-se o que um disse e outro disse, mas quem está dizendo a verdade? Se há uma fonte falseando a opinião pública por meio da imprensa, qual o papel do jornalismo, afinal? Tenho me questionado sobre esses valores diante do fenômeno contemporâneo, e vejo na prática de verificação uma resposta possível. Mas precisa ser uma verificação com método, e um método transparente.

IHU On-Line – Muito do debate em torno das fake news, sobretudo para combatê-las, é pautado por uma perspectiva industrial de jornalismo. De que forma isso revela uma abordagem antropocêntrica sobre o fenômeno e como pensar isso nas sociedades tecnocientíficas permeadas por Inteligência Artificial, Internet das Coisas, learning machine etc?

Taís Seibt – Quando me consultam sobre como funciona o *fact-checking*, vejo que há uma expectativa de que eu revele alguma ferramenta tecnológica mágica que possibilite identificar se uma informação é verdadeira ou falsa. É claro que existem recursos maquímicos que auxiliam nesse processo, inclusive, iniciativas como *Aos Fatos*⁴ e *Lupa*⁵ estão desenvolvendo em parceria com Twitter e Facebook robôs de checagem para atuar contra fake news já nas próximas eleições. Mas o método de verificação é essencialmente humano, assim como o mecanismo que aciona a disseminação de informações falsas: somos nós que compartilhamos e, assim, “ensinamos” o algoritmo a propagar tais conteúdos.

Um recente estudo sobre fake news do Instituto de Tecnologia de Massachusetts - MIT, divulgado na revista *Science*, versa sobre isso. Alguns pesquisadores têm criticado a forma como eles divulgaram suas conclusões, pois, na verdade, o que eles identificaram é que no-

tícias falsas mais “apelativas” (ou sensacionalistas) circulam muito mais e se espalham mais rápido do que notícias verdadeiras em geral. Se comparássemos o número de acessos de notícias sensacionalistas (verdadeiras) sobre celebrações, por exemplo, com notícias em geral teríamos um resultado parecido, provavelmente. Na minha experiência em redação, era notável que notícias desse tipo ficassem no topo das “mais lidas” e “mais compartilhadas”. Então, o que faz com que uma notícia falsa tenha um grande poder de viralização é justamente esse apelo exagerado à sensação – o sensacionalismo.

Entretanto, talvez a conclusão mais importante do estudo seja que os grandes responsáveis pela propagação de fake news são os seres humanos, não os robôs. Então a solução para freá-las também deve ser humana. Em uma entrevista para a revista *Época*⁶, no ano passado, a matemática estadunidense Catherine O’Neil⁷ deixou claro que “não temos uma tecnologia de inteligência artificial que identifique verdades e mentiras” e que a melhor forma de combater fake news nas redes seria “criar processos e políticas editoriais transparentes para que profissionais humanos façam a seleção do conteúdo da melhor forma possível”. É claro que há um enorme ponto de interrogação aí, porque a capacidade humana de verificação é infinitamente menor do que a programação algorítmica (matemática) de disseminar informação. De toda forma, uma visão mais antropocêntrica do fenômeno tende a ter efeitos sociais mais benéficos. A tecnologia não resolve tudo.

IHU On-Line – Como o escândalo do Facebook e da Cambr-

dge Analytica⁸ jogam luz⁹ sobre o papel dos algoritmos digitais como mediadores sociais de informação? Estamos diante de desafios de que ordem?

Taís Seibt – O ex-funcionário da empresa que vazou as informações para a imprensa disse, em uma entrevista para o *El País*¹⁰, que o Brexit¹¹ não teria acontecido sem a atuação da Cambridge Analytica. Isso é muito preocupante. Tenho a impressão de que ainda não temos a real dimensão do impacto que essas plataformas podem ter no debate público e, para além do debate, na definição dos rumos da sociedade propriamente ditos.

Nessa entrevista, há uma leitura que este ex-funcionário faz sobre o fenômeno que me parece bem contundente. Ele fala sobre a criação de uma realidade sob medida para as convicções de cada um. Como cada *timeline* é uma bolha, porque o algoritmo não entende o sentido da pluralidade, mostra apenas aquilo que nos agrada, as pessoas ficam condicionadas a um tipo de discurso. Quando veem o noticiário na televisão ou em um site jornalístico

8 **Cambridge Analytica:** é uma empresa privada que combina mineração e análise de dados com comunicação estratégica para o processo eleitoral. Foi criada em 2013, como um desdobramento de sua controladora britânica, a SCL Group para participar da política estadunidense. Em 2014, a CA participou de 44 campanhas políticas. A empresa é, em parte, de propriedade da família de Robert Mercer, um estadunidense que gerencia fundos de cobertura e que apoia muitas causas politicamente conservadoras. A empresa mantém escritórios em Nova York, Washington, DC e Londres. (Nota da IHU On-Line)

9 O Instituto Humanitas Unisinos - IHU, na seção Notícias do Dia em seu site, publicou diversos textos acerca desse acontecimento. Entre eles *Facebook: adeus à ingenuidade*, disponível em <http://bit.ly/2HhGmtC>; e *Facebook admite que coleta dados de quem não tem conta na plataforma*, disponível em <http://bit.ly/2EYtaZ1>. Acesse mais em ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias. (Nota da IHU On-Line)

10 Entrevista disponível em <http://bit.ly/2qJro91>. (Nota da entrevistada)

11 **Brexit:** a saída do Reino Unido da União Europeia é apelidada de Brexit, palavra-valise originada na língua inglesa resultante da fusão das palavras Britain (Grã-Bretanha) e exit (saída). A saída do Reino Unido da União Europeia tem sido um objetivo político perseguido por vários indivíduos, grupos de interesse e partidos políticos, desde 1973, quando o Reino Unido ingressou na Comunidade Econômica Europeia, a precursora da UE. A saída da União é um direito dos estados-membros segundo o Tratado da União Europeia. A saída foi aprovada por referendo realizado em junho de 2016, no qual 52% dos votos foram a favor de deixar a UE. O Instituto Humanitas Unisinos - IHU, na seção Notícias do Dia de seu site, publicou uma série de análises sobre o tema. Entre elas, *A alma da Europa depois do Brexit*, artigo de Roberto Esposito, publicado no jornal *La Repubblica* e reproduzido nas Notícias do Dia de 1-7-2016, disponível em <http://bit.ly/2gazMuF>; e *O Brexit e a globalização*, artigo de Luiz Gonzaga Belluzzo, publicado por *CartaCapital* e reproduzido nas Notícias do Dia de 12-7-2016, disponível em <http://bit.ly/2eY4f68>. Confira mais textos em ihu.unisinos.br. (Nota da IHU On-Line)

6 A entrevista está disponível em <https://glo.bo/2J8yBXX>. (Nota da entrevistada)

7 **Catherine Helen O’Neil:** conhecida como Cathy, é uma matemática americana e autora do blog mathbabe.org, além de vários livros sobre ciência de dados, incluindo *Weapons of Math Destruction*. Foi a ex-diretora do Programa Lede em Práticas de Dados na Escola de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade de Columbia, Tow Center e foi contratada como Consultora de Ciência de Dados na Johnson Research Labs. Ela mora em Nova York e é ativista no movimento Occupy. (Nota da IHU On-Line)

4 Saiba mais sobre a iniciativa em <https://aosfatos.org/>. (Nota da IHU On-Line)

5 Saiba mais sobre a iniciativa em <http://piaui.folha.uol.com.br/lupa/>. (Nota da IHU On-Line)

convencional e não encontram eco àquele discurso, isso alimenta ideias conspiratórias. A perda de credibilidade do jornalismo tradicional nas últimas décadas passa muito por isso. Mas quem, afinal, está criando (ou falseando) realidades? E com que objetivos?

IHU On-Line – Existem dados quantitativos sobre a circulação de notícias em aplicativos como WhatsApp? Dado que se trata de um ambiente relativamente novo de circulação de conteúdos, como o *fact-checking* pode contribuir para reduzir a problemática em torno das fake news?

Taís Seibt – Uma pesquisa¹² recente do Instituto Reuters¹³ mostra um crescimento de 15% no consumo de notícias via WhatsApp e queda de 12% para consumo de notícias via Facebook. Uma das razões para isso, segundo os pesquisadores, é que no WhatsApp, por ser uma rede privada, o usuário se relaciona apenas com amigos e familiares. Isso reduziria constrangimentos por compartilhar certos conteúdos e aumentaria a confiança do usuário nas mensagens que recebe, porque ele acredita nos amigos e familiares – mais do que na mídia.

Se pensarmos na mudança de algoritmo que o Facebook anunciou no começo do ano (e levou a *Folha*¹⁴ a sair da rede), a explicação do Reuters tem lógica. O Facebook resolveu priorizar informações de amigos e desidratar páginas, com a justificativa de frear a disseminação de fake news. Não parece que está

tudo ao contrário? Todo mundo tem um grupo da família ou da academia no WhatsApp que é um repositório imenso de fake news. Não faz o menor sentido dar mais crédito à informação de um parente do que a uma notícia apurada por um jornalista. É mais uma das distorções do fenômeno contemporâneo que corrói a confiança social.

O *fact-checking* tenta responder a isso, reposicionando o próprio jornalismo, por meio da verificação. Correntes de WhatsApp são checadadas frequentemente, porém há uma outra nomenclatura usada para caracterizar essa prática de desbancar boatos: *debunking*. O método e o objetivo do *debunking* é um pouco diferente do *fact-checking*. No Brasil, temos o *Boatos.org*¹⁵ e o *E-farsas*¹⁶, que são especialistas nisso. O *fact-checking* está mais ligado à checagem do discurso público em si, ou seja, a veracidade de declarações que influenciam a opinião pública, especialmente no debate político. Para isso, há um método de apuração que segue um código de princípios compartilhado internacionalmente. As iniciativas mais consolidadas no Brasil são o *Truco*¹⁷, o *Aos Fatos* e a *Lupa*, mas há outras espalhadas em veículos de referência ou mídias locais, como o *Filtro*¹⁸, recém criado para fazer checagens com foco no Rio Grande do Sul.

IHU On-Line – Como as iniciativas de *fact-checking* podem contribuir no atual contexto brasileiro, especialmente em um ano eleitoral? E para o jornalismo, qual sua contribuição?

Taís Seibt – O *fact-checking* surgiu nos Estados Unidos como uma espécie de resposta ao jornalismo “declaratório”. Havia uma insatisfação dos jornalistas com a cobertura

política baseada no “ele disse”, “ela disse”. O *fact-checking* estabelece uma crítica a esse modelo de cobertura. Nesse sentido, diz mais sobre como se faz jornalismo do que sobre como se faz política, porque a mentira, a distorção faz parte da estratégia política historicamente, como já mencionamos. Mas o jornalismo tem compromisso com a verdade. Já nos anos 1990, a imprensa estadunidense começou a prestar atenção nas imprecisões do presidente Ronald Reagan¹⁹ em seus pronunciamentos. O *The Washington Post* passou a publicar barras laterais na edição, chamadas de “truth boxes” (caixas da verdade), questionando dados do presidente. Na campanha eleitoral de 1992, a CNN colocou no ar um quadro em que Brooks Jackson²⁰ confrontava declarações dos candidatos.

Isso está documentado no trabalho de Lucas Graves²¹, que escreveu sua tese de doutorado, defendida em 2013 na Universidade Columbia, sobre *fact-checking*. Com o crescimento da web, essa prática encontrou espaço para “amadurecer” e hoje já conta com uma rede internacional, a *International Fact-checking Network* - IFCN²², que tem um código de princípios compartilhado, realiza encontros anuais e promove tanto a prática quanto a reflexão sobre ela. Graves considera o *fact-checking* um movimento de reforma do jornalismo, e uma reforma que parte de um princípio fundamental da ideologia profissional: a objetividade. O método de verificação é um método para a objetividade do discurs-

12 A pesquisa está disponível em <http://bit.ly/2K10lte>. (Nota da entrevistada)

13 **Instituto Reuters:** O Reuters Institute é o centro de pesquisa da Universidade de Oxford sobre questões que afetam a mídia global. O Instituto foi fundado no Departamento de Política e Relações Internacionais da Universidade de Oxford em 2006 para conduzir pesquisas acadêmicas e profissionais em mídia noticiosa, operar o Programa de Bolsas de Estudo de Jornalismo da Thomson Reuters e hospedar bolsistas de pesquisa acadêmica. O Instituto Reuters recebe financiamento da Thomson Reuters Foundation e fundos adicionais de empresas de mídia, fundações e academias científicas em todo o mundo. (Nota da **IHU On-Line**)

14 Saiba mais sobre esse caso acessando o texto *A Folha saiu do Facebook. E agora?*, publicada nas Notícias do Dia de 15-2-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unidos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2J971th>. (Nota da **IHU On-Line**)

15 Saiba mais sobre a iniciativa em <http://www.boatos.org/>. (Nota da **IHU On-Line**)

16 Saiba mais sobre a iniciativa em <http://www.e-farsas.com/>. (Nota da **IHU On-Line**)

17 Saiba mais sobre a iniciativa da Agência Pública em <https://apublica.org/checegama/> (Nota da **IHU On-Line**)

18 A iniciativa ainda busca captação de recursos. Saiba mais sobre o projeto e como participar em <http://bit.ly/2J8OpcQ>. (Nota da **IHU On-Line**)

19 **Ronald Reagan** (1911-2004): ator norte-americano formado em economia e sociologia. Foi eleito governador da Califórnia em 1966, e se reeleger em 1970 com uma margem de um milhão de votos. Conquistou a indicação à presidência pelo Partido Republicano em 1980, e os eleitores, incomodados com a inflação e com os americanos mantidos há um ano como reféns no Irã, o conduziram à Casa Branca. Antes de ocupar a presidência, passou 28 anos atuando como ator em 55 filmes que não entraram para a história, mas que lhe deram fama e popularidade. Sua carreira no cinema terminou em 1964, em *“The Killers”*, único filme em que atuou como vilão. (Nota da **IHU On-Line**)

20 **Brooks Jackson:** jornalista e diretor emérito do site de fatos políticos FactCheck.org. Ele foi cofundador do FactCheck.org com Kathleen Hall Jamieson em 2003 e foi o diretor do site até Eugene Kiely assumir em janeiro de 2013. (Nota da **IHU On-Line**)

21 Acesse o trabalho em <http://bit.ly/2He9lct>. (Nota da entrevistada)

22 Saiba mais em <http://bit.ly/2JXmePk>. (Nota da entrevistada)

so jornalístico – não do jornalista, são coisas diferentes. Isso já estava presente enquanto conceito em outros estudos, como o trabalho de Bill Kovach²³ e Tom Rosenstiel²⁴, *Os Elementos do Jornalismo*, que, no início dos anos 2000, já destacava a verificação como um elemento central e diferencial do jornalismo em relação a outros discursos, como a arte e a própria política.

O que o *fact-checking* faz é alçar procedimentos de apuração ao patamar de produto final, criando um tipo específico de discurso jornalístico, que é complementar à cobertura tradicional, ainda que seu método possa ser replicado em quaisquer outros formatos. Para o jornalismo, isso é uma oportunidade de recuperar sua identidade e seu valor nas sociedades democráticas. Para a sociedade, especialmente em ano eleitoral, isso significa mais informação qualificada no debate público, elemento fundamental para a tomada de decisão. Quando escolhemos em quem votar, estamos escolhendo em quem confiar. É preciso confiar, primeiro, no que dizem nossos representantes. Nesse sentido, vejo o *fact-checking* como um benefício não só para a mídia, mas para o processo democrático de forma mais ampla.

IHU On-Line – Como toda essa dinâmica das fake news produz uma nova economia política da comunicação? De que forma isso impacta nos processos democráticos?

Taís Seibt – Eu não diria que as fake news produzem uma nova economia política da comunicação, mas sim que elas se beneficiam de uma nova economia política da

comunicação: a economia das plataformas digitais. Quando a circulação do conteúdo passa para o domínio dessas plataformas, toda a dinâmica do mercado de mídia se altera. A começar pela destinação dos recursos publicitários, principal fonte de financiamento da indústria jornalística durante o século XX. Quando essa receita passa a ser administrada pelas plataformas e elas se transformam na principal fonte de informação dos leitores, o modelo de negócio da mídia tradicional entra em colapso.

A resposta inicial do mercado foi apostar nas chamadas matérias “caça-clique”, o que de alguma maneira acabou contribuindo para essa cultura apelativa de consumo de informação nas redes, que hoje repercute na disseminação de fake news. O problema é que essa cultura não se restringe ao entretenimento e avança cada vez mais profundamente na política. Isso pode ter um impacto perverso nos processos democráticos. Em tese, informação de qualidade ajuda os cidadãos a tomar melhores decisões, porque permite um conhecimento mais amplo da realidade. Quando temos uma visão de mundo restrita, pela contaminação do discurso público com conteúdos encomendados e que falseiam propositalmente a realidade, é bem provável que nossas decisões não serão as melhores.

IHU On-Line – Como combater a produção das fake news sem escorregar na censura?

Taís Seibt – A melhor alternativa, e a que vem sendo há muito tempo defendida por pesquisadores nos Estados Unidos, que estão mais próximos do Vale do Silício, seria as plataformas assumirem compromissos editoriais. Só que elas têm se esquivado disso, alegando que são apenas um canal de distribuição e, por isso, não têm responsabilidade sobre os conteúdos. Está cada vez mais claro que não é bem assim, mas não há uma regulamentação sobre as reais responsabilidades das plataformas. E isso é benéfico para o modelo de

negócio dessas empresas, que afinal lucram com o compartilhamento de conteúdos, sejam eles falsos ou verdadeiros. Então não há interesse nessa discussão.

Mas medidas legais também são delicadas. Se a regulação do que é verdadeiro ou falso ficar a cargo de um órgão governamental, por exemplo, quais as possíveis consequências disso? Especialmente se pensarmos no debate político, isso é um problema. Mesmo havendo previsão de sanções legais para o compartilhamento de informações falsas, como um juiz poderá deliberar sobre isso? Com base em que elementos? No caso envolvendo a vereadora Marielle Franco, que, depois de ser assassinada violentamente no Rio de Janeiro, foi vítima de ataques à sua imagem nas redes sociais, páginas que disseminaram fake news sobre ela foram responsabilizadas e até retiradas do ar. Mas veja só, o conteúdo foi desbancado por iniciativas de *fact-checking* antes de chegar à Justiça (os sites *Aos Fatos* e *Boatos.org* fizeram a verificação).

Diante do desinteresse das plataformas em assumir compromissos editoriais e dos riscos de uma regulação governamental que possa desviar para a censura, o caminho que resta ainda é criar uma cultura de verificação, mas isso é um processo bastante lento. A maioria das iniciativas de checagem mantêm projetos ligados ao que se poderia chamar de “alfabetização midiática”. O *Truco* e o *Aos Fatos* têm trabalhado na tradução de guias sobre verificação e combate a fake news produzidos pela IFCN, estão todos disponíveis on-line. A *Lupa* mantém diversas ações através do Lupa Educação. No *Filtro*, todas as recompensas da nossa campanha de financiamento coletivo incluem um tipo de contrapartida social, com foco na disseminação de informação contra fake news. A visibilidade que o debate sobre esse tema está ganhando é uma oportunidade para se preencher esses espaços e, quem sabe, impulsionar uma tomada de consciência. ■

²³ **Bill Kovach**: jornalista americano de ascendência albanesa, ex-chefe do Departamento de Washington do The New York Times, ex-editor do Atlanta Journal-Constitution e coautor do livro *Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir* (Geração Editorial, 2004). (Nota da **IHU On-Line**)

²⁴ **Tom Rosenstiel**: escritor americano, jornalista, crítico de imprensa e diretor executivo do American Press Institute. Ele também é membro sênior não residente da Brookings Institution. Rosenstiel foi fundador e por 16 anos diretor do Projeto para Excelência em Jornalismo (PEJ), uma organização de pesquisa que estuda os meios de comunicação e faz parte do Pew Research Center em Washington. (Nota da **IHU On-Line**)

A contemporaneidade em debate

Intérpretes e obras (2ª Edição)

18 de abril a 07 de junho de 2018

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU



51

Inscrições e informações em
ihu.unisinos.br/eventos

Honduras: governo ilegítimo e regime autoritário civil

Bruno Lima Rocha

O presidente ilegítimo JOH aplica de forma integral o novo modelo de dominação latino-americana: judicialização da política e fraudes dentro do frágil sistema de consulta eleitoral. No centro decisório, as metas estratégicas de desmonte das capacidades nacionais e privatização de áreas estratégicas como setor elétrico, vias públicas e águas. O regime executa mais de 500 projetos privatizantes após a fraude eleitoral.

Bruno Lima Rocha é graduado em Jornalismo pela UFRJ, doutor em Ciência Política pela UFRGS e professor da Unisinos.

Eis o artigo.

52

A América Latina está diante de uma nova guinada à direita, em um período quando o mecanismo eleitoral – a frágil soberania popular parcialmente tolerada pela democracia indireta liberal-burguesa – se vê ameaçado. Até a ilusão de indicar um mandatário em formato quase plebiscitário está concorrendo contra sutis manipulações (através de algoritmos e fake news) até fraudes escancaradas e grosseiras, como é o caso atual de Honduras.

Em 26 de novembro de 2017, foram realizadas eleições gerais no país centro-americano que nos anos 1980 foi base territorial para a chamada “contrarrevolução” da América Central, com ênfase na presença imperialista contra o regime sandinista na Nicarágua. Durante a aplicação da “teoria do dominó” na Era Reagan, acompanhada do emprego da guerra de extermínio de terra arrasada, Honduras foi o país que recebeu maior contingente de contras nicaraguenses e cujos oficiais de carreira nas forças armadas têm a maior proporção de pessoal militar treinado nos EUA.

A história das eleições de 2017 tem relação direta com o passado pró-imperialista dos anos 1980. O presidente Juan Orlando Hernández (JOH, eleito em janeiro de 2014, oligarca e pró-yankee do Partido Conservador) modificou a constituição do país, garantindo o estatuto da reeleição. Vale lembrar que, em junho de 2009, o então presidente José Manuel Zelaya Rosales (um oligarca remodelado do Partido Liberal), eleito em 2006, tentou modificar a carta magna do país (escrita por generais formados na Escola das Américas, liderados pelo ditador-general Policarpo Paz García, e decretada em janeiro de 1982), e a resposta da Suprema Corte de Justiça foi autorizar a intervenção militar e empossar a Ricardo Micheletti – cujo governo não foi reconhecido internacionalmente – até a eleição do conservador Porfirio Lobo (em um pleito em que Zelaya foi proibido de concorrer) em 2010. Desde então, a presença política do Partido Liberal – que em um típico giro latino e centro-americano se torna uma legenda progressista e de centro-esquerda – vem sendo tolhida pela força do aparelho de Estado e com a cumplicidade de órgãos internacionais. O próprio Zelaya Rosales retornou ao país após o golpe, ficando protegido dentro da Embaixada do Brasil em Tegucigalpa por mais de quatro meses, até partir para o exílio definitivo. Zelaya participou em 2017 da campanha vitoriosa e fraudada pelo Partido Conservador e hoje coordena a desobediência civil contra o golpe eleitoral.

Não bastasse mudar as regras do jogo com a partida em andamento, JOH concorreu contra Salvador Nasralla (Partido Liberal e indicado político por Zelaya Rosales) e estava perdendo na contagem de votos quando houve um mais que suspeito apagão elétrico no país (a conta-

“Honduras é um país com quase dez milhões de habitantes convivendo com um altíssimo índice de extrema pobreza.”

gem de votos é manual, e as cédulas em papel), levando o Tribunal Supremo Eleitoral - TSE de Honduras a suspender o anúncio do vencedor. Passados 17 dias, a corte eleitoral dominada por partidários de JOH e apoiadores do golpe de 2009 reconhece a vitória da situação, convertendo Honduras em uma autêntica ditadura civil.

O fato político, uma fraude eleitoral evidente através de um governo que alterna a Constituição – permitindo a autorreeleição e não é impedido pela Suprema Corte, o oposto do que ocorrera em 2009 –, implica em um novo padrão na América Latina. Honduras reproduziu na América Central uma vergonhosa fraude eleitoral como a ocorrida no pleito presidencial do México em 2006. Na ocasião, Felipe Calderón (concorrendo pelo Partido da Ação Nacional, PAN, de corte neoliberal e que rompera com mais de 70 anos de domínio priista) ganhou a corrida fraudando as urnas contra Andrés Manuel López Obrador (do Partido da Revolução Democrática, PRD, então ex-governador do Distrito Federal de Cidade do México). Novamente a fraude se deu na contagem eleitoral, levando o país tanto ao impasse como definindo a ilegitimidade do governo “eleito”. Os votos da cidadania mexicana começaram a ser contados em 6 de julho, e os resultados só foram confirmados em setembro de 2006. Em Honduras, ocorreu algo muito semelhante, somado ao requinte de um suspeito acidente de helicóptero onde estava a irmã do presidente JOH e mais cinco pessoas, mas no momento exato em que o candidato eleito Nasralla estava em Washington pedindo o apoio – não concedido – do Departamento de Estado e da Organização dos Estados Americanos - OEA.

Para além da coalizão eleitoral que ganhou, mas não levou, se verifica diariamente em Honduras um contínuo estado de desobediência civil e indignação coletiva iniciados em julho de 2009, quando do primeiro golpe civil com aval da Suprema Corte. Tal padrão se mantém e ganhou intensidade na virada do ano de 2017 e agora em 2018. Mais da metade da população sequer reconhece o governo reeleito através da fraude, e o Poder Executivo “governa” através do frágil apoio das forças armadas do país e com o aval da Casa Branca.

Como o governo ilegítimo de Juan Orlando Hernandez atua de forma discricionária e assina uma série de parcerias público-privadas, sistemas de concessões e privatizações de quase toda a frágil infraestrutura existente no país, já se afirma que o Partido Conservador, em consonância com os EUA, instalou um regime. Este teria como base um poder autoritário civil, eleições fraudadas, frágil legitimidade e, ao mesmo tempo, um consenso de elite local de desmonte das condições básicas de o país aderir ao Sistema de Integração Centro-Americano - SICA e o Mercado Comum do istmo, mas de forma soberana, sem abrir para a presença do capital transnacional de forma absurda, sem controle algum e com ausência de soberania.

A grande possibilidade de o povo hondurenho, o país e os países vizinhos alcançarem um desenvolvimento baseado em suas próprias necessidades e demandas seria justamente o oposto, promovendo uma integração horizontal entre os países vizinhos e sempre defendendo os recursos naturais e a infraestrutura já existente.

Honduras se apresenta como o laboratório da distopia neoliberal latino-americana, com o aumento do custo de vida e da pobreza, assim como da rebelião permanente.

Expediente

Coordenador do curso de Relações Internacionais da Unisinos: Prof. Ms. Álvaro Augusto Stumpf Paes Leme

Editor: Prof. Dr. Bruno Lima Rocha

A perversão da política moderna: a apropriação de conceitos teológicos pela máquina governamental do Ocidente

Em sua edição de número 269, o Cadernos IHU Ideias apresenta o artigo *A perversão da política moderna: a apropriação de conceitos teológicos pela máquina governamental do Ocidente*, de Osiel Lourenço de Carvalho. O autor cita que Giorgio Agamben, em *O Reino e a Glória*, faz uma genealogia teológica do poder. Para ele, o poder assumiu a forma de uma “economia”. Em sua análise, Agamben discute a oikonomia com pais da Igreja,

como Tertuliano, Irineu, Santo Agostinho e Tomás de Aquino. Nos primeiros séculos, o cristianismo procurou conciliar o monoteísmo com a doutrina da Trindade (Pai, Filho e Espírito Santo) e, a partir daí, discutiu-se a oikonomia, a qual está relacionada com o governo dos homens e das coisas. Para Agamben, esse paradigma teológico-econômico se fundiu com a doutrina da providência divina. Esses imaginários teológicos teriam sido assumidos pela máquina de governo do Ocidente, configurando, assim, a concepção de um Estado-providência. Todavia, esse governo não é apenas poder, mas é também glória. Desse modo, há marcas teológicas no Estado moderno. O autor acredita que, ao incorporar conceitos teológicos secularizados, a máquina governamental perverteu a política, e o resultado desse processo foi a efetivação do estado de exceção e da biopolítica.

Osiel Lourenço de Carvalho é doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo, mestre em Teologia pela Escola Superior de Teologia – EST, bacharel em Teologia e licenciado em História. É professor e pesquisador da Faculdade Refidim (Joinville).

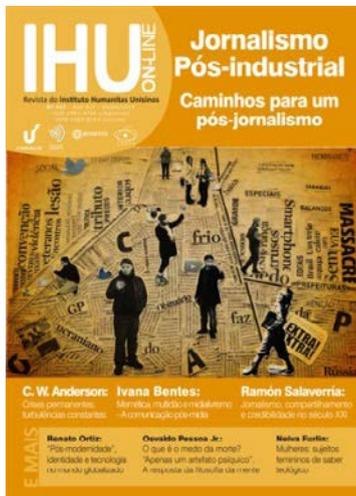
A versão completa do artigo em PDF está disponível em <https://bit.ly/2K4bija>.

Esta e outras edições dos Cadernos IHU ideias também podem ser obtidas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos – IHU, no campus São Leopoldo da Unisinos (Av. Unisinos, 950), ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br. Informações pelo telefone (51) 3590-8213.





Outras edições em www.ihuonline.unisinos.br/edicoes-anteriores



Jornalismo pós-industrial. Caminhos para um pós-jornalismo

Edição 447 – Ano XIV – 30-6-2014

As novas mídias, a tecnologia ubíqua e as redes sociais permitiram a articulação de uma sociedade midiaticizada e tensionam o jornalismo tradicional em diversas instâncias, num contexto que pesquisadores nomearam jornalismo pós-industrial. No entanto, enquanto o termo descreve bem o futuro no qual já estamos inseridos, seria possível vislumbrar o que vem em seguida.



Arqueologia da mídia. Um passado presente

Edição 375 – Ano XI – 3-10-2011

“Não aceitamos a ideia de que a mídia tenha sido inventada no século XIX com o advento da fotografia, telefonia e cinematografia, ou seja, que a mídia seja resultado da industrialização.” Assim o pesquisador alemão Siegfried Zielinski compreende a arqueologia da mídia, conceito por ele criado e que inspira o debate desta edição.



Mídia livre? A democratização da comunicação

Edição 254 – Ano VIII – 14-4-2008

O que é hoje, no Brasil, uma mídia livre ou alternativa? Esta, entre outras, é a questão debatida nesta edição.



28 de maio de 2018 (segunda-feira)

A reinvenção política no Brasil contemporâneo à luz das experiências latino-americanas

9h às 10h30min – A modernidade viscosa latino-americana e a reinvenção política

Prof. Dr. Eduardo Gudynas – Centro Latino Americano de Ecología Social – CLAES – Uruguai

11h às 12h15min – Populismo pós-estrutural e multidão. Possibilidades à reinvenção política brasileira e latino-americana

Raúl Zibechi – Uruguai

14h às 15h30min – O contexto latino-americano e a reinvenção da política e da esquerda

Prof. Dr. Pablo Miguez – Universidad de Buenos Aires – UBA – Argentina

16h15min às 17h30min – O cenário político e da esquerda no Brasil à luz do contexto latino-americano

Prof. Dr. Pablo Ortellado – USP

18h15min às 19h15min – Apresentações de trabalhos científicos

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU



Todas as atividades do Instituto Humanitas Unisinos – IHU têm 10 vagas gratuitas no UNISINOS LAB. Saiba mais em ihu.unisinos.br/eventos



ihu.unisinos.br

ihu.unisinos.br | ihuonline.unisinos.br

 twitter.com/_ihu  bit.ly/faceihu  bit.ly/instaihu  bit.ly/youtubeihu  medium.com/@_ihu